

lig

revista de psicanálise

24

Nº1 · 2024

ISSN 2238-9083

VERSÃO IMPRESSA

ISSN 2316-6010

VERSÃO ONLINE



revista de psicanálise

ANO 13, Nº 1, JAN-JUN/2024 - PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

SIG REVISTA DE PSICANÁLISE

REVISTA SEMESTRAL DA SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

ANO 13, NÚMERO 1, JAN-JUN/2024

ISSN 2238-9083 VERSÃO IMPRESSA

ISSN 2316-6010 VERSÃO ONLINE

A SIG Revista de Psicanálise é a publicação científica da Sigmund Freud Associação Psicanalítica, editada regularmente desde 2012. Nos formatos impresso e on-line, em duas edições anuais, publica artigos teórico e teórico-clínicos, ensaios, resenhas, traduções de artigos de autores estrangeiros e entrevistas no campo psicanalítico. Publica, ainda, textos voltados à interlocução entre a psicanálise e outros campos do saber, como filosofia, literatura, história e outras áreas ligadas ao estudo crítico da sociedade e da cultura.

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de ser um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais, científicas, não comerciais, desde que citada a fonte.

As normas para a publicação e instruções para submissão de artigos estão disponíveis em:

<http://sig.org.br/revista-sig>

VERSÃO ONLINE DA REVISTA EM <https://ojs.sig.org.br>

TIRAGEM: 180 EXEMPLARES | IMPRESSÃO: SETEMBRO DE 2024

S574 Sig: revista de psicanálise / Sigmund Freud Associação
Psicanalítica. - Vol. 13, n. 24 (jan./jun.2023). - Porto Alegre:
Sigmund Freud Associação Psicanalítica, 2012-

Semestral
ISSN 2238-9083

1. Psicanálise - Periódicos. I. Sigmund Freud Associação
Psicanalítica.

CDU 159.964.2(05)

Bibliotecária responsável: Clarice da Luz Rodrigues, CRB 10/1333.

Sig revista de psicanálise

REVISTA DE PSICANÁLISE

PUBLICADA POR SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

PORTO ALEGRE, RS - BRASIL

2024

SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

GESTÃO 2022/2024

Presidente: Magda Medianeira de Mello

Diretora Administrativa: Nathalia Hammerschmitt

Diretora de Ensino: Júlia Gaertner Geyer

Diretora Científica: Martina Dall'Igna de Oliveira

Diretora da Clínica Psicanalítica: Renata Brum Birck

Diretora de Comunicação: Ingrid Ricardo Stoll Coelho

Secretária do Conselho Deliberativo e Fiscal: Fernanda Dornelles Hoff

SIG REVISTA DE PSICANÁLISE

Editora: Eneida Cardoso Braga

Editora Assistente: Luiza Tolardo Dal Conte

CORPO EDITORIAL:

Adela Stoppel de Gueller	Edson Luiz André de Souza	Miriam Chnaiderman
Almerindo Boff	Eneida Cardoso Braga	Mônica Medeiros K. Macedo
Ana Lúcia W. dos Santos	Ernani Pinheiro Chaves	Nelson da Silva Júnior
Bárbara de Souza Conte	Eurema Gallo de Moraes	Patrícia Alkolombre
Bianca Savietto	Gabriela Xavier de Araújo	Patrícia Porchat P. S. Knudsen
Carolina N. de Barros Falcão	Julio Bernardes	Paulo Cesar de Carvalho Ribeiro
Charles Elias Lang	Karin Wondracek	Paulo Endo
Cláudia Perrone	Luciana Maccari Lara	Rafael Marucco
Clarice Moreira da Silva	Luís Claudio Figueiredo	Roberta Araujo Monteiro
Cristina L. Saint Martin	Magda Mello	Sérgio de Gouveia Franco
Christian Ingo Lenz Dunker	Maria Cristina Poli	Sidnei Goldberg
Daniel Kupermann	Marília Etienne Arreguy	Simone Perelson
Débora Farinati	Marina Lucia Tambelli Bangel	Sissi Vigil Castiel
Denise Costa Hausen	Marta Rezende Cardoso	Vera Blondina Zimmermann

COMISSÃO EXECUTIVA:

Andréa Bandeira Caldeira Mongeló

Felipe Szyszka Karasek

Gabriel Teitelbaum

Natacha Hennemann de Oliveira Becker

PROJETO GRÁFICO:

Débora Dutra

*Capa: arte sobre fragmento da obra de Henri Matisse (reprodução), Litografia para a Verve, 1937.

DIAGRAMAÇÃO:

Marconbrasil
Comunicação Direta

SUMÁRIO

SUMMARY

EDITORIAL	7
EM PAUTA/ON THE AGENDA	
APOCALIPOPÓTESE: AS FORMAS DA ESPERANÇA E DO DESESPERO 60 ANOS DEPOIS DO GOLPE	9
Apocalypse: the forms of hope and desperation 60 years after the coup	
Apocalipopótesis: las formas de la esperanza y de la desesperación 60 años después del golpe de Estado	
- <i>Edson Luiz André de Sousa</i>	
COLETIVO TESTEMUNHO E AÇÃO: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE PSICANÁLISE E DEMOCRACIA.....	15
Collective Testimony and Action: an articulation between psychoanalysis and democracy	
Colectivo Testimonio y Acción: una articulación entre psicoanálisis y democracia	
- <i>Coletivo Testemunho e Ação</i>	
HÉLIO PELLEGRINO	27
Hélio Pellegrino	
Hélio Pellegrino	
- <i>Heitor O'Dwyer de Macedo</i>	
HORIZONTES DE REPARACIÓN A CINCUENTA AÑOS DEL GOLPE DE ESTADO: LA CLÍNICA Y SU INTIMIDAD COMO POSIBILIDAD DE SUBVERSIÓN A CIERRES DE SIGNIFICADO.....	33
Horizontes de reparação cinquenta anos após o golpe de estado: a clínica e sua intimidade como possibilidade de subversão aos fechamentos de significado	
Horizons of reparation fifty years after the coup d'état: the clinic and its intimacy as a possibility of subversion to closures of meaning	
- <i>Ignacio Fernández Rosas</i>	
NARRAR, REMEMORAR E ELABORAR: O DEVER DA MEMÓRIA	41
Narrating, recalling, and elaborating: the duty of memory	
Narrar, recordar y elaborar: el deber de la memoria	
- <i>Giordanna Conte Indursky</i>	
O GOLPE DE 1964: UM GOLPE CONTRA EROS	51
The 1964 coup: a coup against eros	
El golpe de 1964: un golpe contra eros	
- <i>Heliete Karam</i>	
TRAVESSIAS NO TEMPO: 60 ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR, QUAL A POTÊNCIA DO TESTEMUNHO NA CENA ANALÍTICA E NA PÚBLICA?.....	59
Crossings in time: 60 years since the civil-military coup, what is the power of testimony on the analytical and public stage?	
Travesías en el tiempo: 60 años después del golpe cívico-militar, ¿cuál es el poder del testimonio en la escena analítica y pública?	
- <i>Vera Vital Brasil</i>	
DEL TRAUMATISMO: UNA CLÍNICA DEL LAZO SOCIAL Y LA INQUIETANTE ALTERIDAD...65	
Do trauma: uma clínica do vínculo social e da alteridade inquietante	
From trauma: a clinic of the social bond and the unsettling alterity	
- <i>Pablo Cabrera</i>	

ENTREVISTA/INTERVIEW

ENTREVISTA COM FABIANA ROUSSEAU73
Interview with Fabiana Rousseau
Entrevista con Fabiana Rousseau

RESENHAS/REVIEW

PSICANÁLISE, DEMOCRACIA E OUTROS TEMAS URGENTES.....79
Psychoanalysis, democracy and other urgent topics
Psicoanálisis, democracia y otros temas urgentes
- *Lísia da Luz Refosco*

SOBRE O INTERMINÁVEL: DA EXPERIÊNCIA ANALÍTICA AO TRAUMA HISTÓRICO.....85
About the endless: from analytical experience to historical trauma
Sobre lo infinito: de la experiencia analítica al trauma histórico
- *Fernanda Faerman*

EDITORIAL

Sabemos que o sofrimento psíquico nunca está dissociado do momento político e social que vivemos, pois movimentos culturais produzem efeitos no psiquismo dos sujeitos. Neste ano de 2024, no Brasil, o golpe civil-militar completa 60 anos. Diante disso, entendemos que a Psicanálise tem um importante papel político de se ocupar com a rememoração, com o testemunho e a sustentação da alteridade. Assim, o eixo temático proposto para este número foi “Psicanálise, Democracia e Rememoração”.

Recentemente, temos observado narrativas nas quais regimes militares autoritários vêm sendo exaltados, o que nos parece alarmante. As lutas pela democracia, que nunca cessaram, passaram a sofrer deturpações com objetivos extremistas que nos convocam a refletir sobre verdade, memória e justiça. Para tanto, contamos com excelentes textos de autores comprometidos com essas questões. Entre eles, estão os membros do Coletivo Testemunho e Ação, que também elaboraram as perguntas para a entrevista com Fabiana Rousseaux, e aos quais registramos o nosso agradecimento.

Além disso, rememorando essa data histórica de 60 anos do golpe e se posicionando em favor da democracia, a SIG – Sigmund Freud Associação Psicanalítica criou, também em 2024, o Instituto SIG – Psicanálise & Política, entidade civil sem fins lucrativos que objetiva a promoção de intervenções clínicas e sociais, estudos e pesquisas, articulando a psicanálise com outros campos do saber.

Por fim, desejamos que os textos encorajem e ajudem a seguir sustentando a luta pela democracia e pela ética da alteridade. Vida longa ao Instituto SIG – Psicanálise & Política e boa leitura!

Eneida Cardoso Braga
– Editora

Luiza Tolardo Dal Conte
– Editora Assistente

Andréa Bandeira Caldeira Mongeló

Felipe Szyszka Karasek

Gabriel Teitelbaum

Natacha Hennemann de Oliveira Becker

– Comissão Executiva

APOCALIPOPÓTESE: AS FORMAS DA ESPERANÇA E DO DESESPERO 60 ANOS DEPOIS DO GOLPE¹

APOCALYPOTHESIS: THE FORMS OF HOPE AND DESPERATION 60 YEARS AFTER THE COUP

APOCALIPOPÓTESIS: LAS FORMAS DE LA ESPERANZA Y DE LA DESESPERACIÓN 60 AÑOS DESPUÉS DEL GOLPE DE ESTADO

Edson Luiz André de Sousa²

Resumo: Este ensaio revisita a história dos 21 anos do golpe da ditadura militar, civil e empresarial no Brasil evocando algumas manifestações artísticas no campo das artes visuais e do cinema que deixaram registros vivos da violência de Estado e as consequências traumáticas na vida de muitas pessoas. Estas obras funcionam hoje como arquivos preciosos de memória. Abordo mais detidamente o trabalho proposto por Antonio Manuel e Hélio Oiticica realizado no Rio de Janeiro em julho de 1968 e que foi nomeado por eles de Apocalipopótese. Este artigo traz também uma extensa lista de filmes sobre o tema.

Palavras-chave: Ditadura militar. Violência de estado. Trauma. Artes visuais. Cinema.

Abstract: This essay revisits the 21-year history of the military, civil and corporate dictatorship in Brazil, evoking some artistic manifestations in the field of visual arts and cinema that left living records of state violence and the traumatic consequences in the lives of many people. These works function today as precious archives of memory. I take a closer look at the work proposed by Antonio Manuel and Hélio Oiticica in Rio de Janeiro in July 1968, which they named Apocalipopótese. This article also includes an extensive list of films on the subject.

Keywords: Military dictatorship. State violence. Trauma. Visual arts. Cinema.

Resumen: Este ensayo revisa los 21 años de historia de la dictadura militar, civil y empresarial en Brasil, recordando algunas manifestaciones artísticas en el campo de las artes visuales y del cine que dejaron registros vivos de la violencia estatal y de las consecuencias traumáticas en la vida de muchas personas. Estas obras funcionan hoy como preciosos archivos de la memoria. Abordo en detalle la obra propuesta por Antonio Manuel y Hélio Oiticica en Río de Janeiro en julio de 1968, a la que dieron el nombre de Apocalipopótese. Este artículo también incluye una extensa lista de películas sobre el tema.

Palabras clave: Dictadura militar. Violencia de estado. Trauma. Artes visuales. Cine.

¹ Este texto foi escrito com endereçamento para este número da *SIG Revista de Psicanálise* e para o *Correio da APPOA* (n.º 342 de maio de 2024).

² Psicanalista. Analista membro da APPOA. Doutorado e pós-doutorado pela Universidade de Paris VII. Doutorado na EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris). Foi professor titular do Instituto de Psicologia da UFRGS. Autor, entre outros, dos livros: *Furos no futuro: psicanálise e utopia* (Artes & Ecos, 2022), *Imaginar o amanhã* (Diadorim, 2021) em coautoria com Abrão Slavutzky, *Freud: ciência, arte e política* (LP&M, 2009) em coautoria com Paulo Endo. Professor visitante na Deakin University (Melbourne), Instituto de Estudos Críticos (México), De Paul University (Chicago), University of Limerick (Irlanda). Coordena com Maíra Brum Rieck o Museu das Memórias (In)possíveis do Instituto APPOA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1634-230X>. E-mail: edsonlasousa@uol.com.br

“Eu, brasileiro, confesso
Minha culpa, meu pecado
Meu sonho desesperado
Meu bem guardado segredo
Minha aflição”
Torquato Neto
Marginalia II

Começo a escrever este texto às vésperas dos 60 anos do golpe militar, civil e empresarial de 1964 depois de ter assistido à estreia do filme de Pedro Lucas Isaias *Jango no Exílio: o documentário*. A pequena sala de cinema da Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre, nos transportou para este sempre “fora de lugar” que todo exílio produz. De alguma forma, ali estava em jogo, nas imagens e testemunhos que o filme nos ofereceu, um pensamento sobre o dever de memória desta ferida aberta na história do Brasil, mas sobretudo uma reflexão sobre como recuperar estes lugares perdidos. Os vapores da destruição de 1964 ainda pairam no ar e tantos acontecimentos recentes de nossa história mostram que ainda estamos mergulhados nos “sonhos desesperados” de um exílio em aberto. Por onde puxar este fio da história para tentar, mais uma vez, entender as arquiteturas da destruição que sofremos, e também para reinventar estratégias de resistência?

Pedro faz um filme apostando que a arte e a criação cumprem um papel fundamental na aposta de futuro porque têm um compromisso com a transmissão e registro destas histórias ainda engasgadas na garganta. Abrimos caminhos quando buscamos novas formas de linguagem. Mas as sombras do apagamento insistem quando Lula, uma das figuras mais importantes na história da luta democrática em nosso país, vetou um evento programado pelo Ministério dos Direitos Humanos. A atividade pretendia fazer um registro de memória deste trauma na história do Brasil, com o slogan “sem memória, não há futuro”. Em uma entrevista, Lula declarou que “o golpe de 1964 faz parte da história e que o povo já conquistou o direito de democratizar esse país. Eu, sinceramente, não vou ficar remoendo e vou tentar tocar esse país para frente” (BRASIL DE FATO, 2024). Mas onde mesmo fica a frente? Como seguir em frente se constatamos que as forças conservadoras que efetivaram o golpe de Estado ainda pulsam vorazes, ferozes e a maquinaria da violência e da tortura segue sendo moeda corrente no Brasil? Não seguiremos em frente se não abirmos todos os arquivos para que possamos recuperar essas rasuras no texto da história. Talvez se já tivéssemos levado adiante o trabalho importante da Comissão Nacional da Verdade, implementado no governo de Dilma Rousseff, não teríamos eleito um Bolsonaro que, como deputado federal em 2016, celebra, em pleno Congresso Nacional, o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra. Outra cena chocante é a do último discurso da vereadora Marielle Franco na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro em 8 de março de 2018, celebrando o Dia Internacional da Mulher. Marielle falava na tribuna em defesa da luta das mulheres. Foi perturbador ver a trupe de homens engravatados alheios a seu discurso, um deles tamborilando com os dedos na mesa, indiferente às palavras vivas que ela compartilhava. A beleza de sua fala foi subitamente interrompida por alguém que grita no fundo da sala “Viva Ustra!”. Esta voz repugnante e criminoso reatualiza aquela outra manifestação no Congresso Nacional. Marielle responde à altura, indignada, subindo o tom de voz e silenciando completamente o plenário. Reagia assim a estes fascistas de plantão que estão sempre a postos para impor à força suas visões de mundo. Milhares deles estavam, como sabemos, naquele abominável 8 de janeiro de 2023 em Brasília, destruindo o que viam pela frente. Um pouco depois, mais uma vez, Marielle é interrompida enquanto falava, por um gesto cínico e provocador de um vereador que lhe entrega uma flor. Ela pega a flor, agradece e diz: “As rosas da resistência nascem no asfalto. Recebemos rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas” (SOUSA, 2024). Esse foi seu último discurso. Seis dias depois foi brutalmente assassinada. Flores também morrem no asfalto. É nosso compromisso recolher estas vidas interrompidas e cuidar de sua memória, pois só assim teremos alguma chance de efetivamente irmos em frente.

Sabemos bem que um dos slogans da ditadura militar nos anos 70, aproveitando a efêmera conquista do tricampeonato mundial de futebol, foi “Pra frente Brasil!”. Este slogan faz referência a uma canção de Miguel Gustavo que foi escolhida pelo regime militar na campanha da seleção brasileira na época. Em 1982, Roberto Farias realiza um filme com este título mostrando os horrores da ditadura, ainda no poder quando do lançamento do filme. Um detalhe fundamental no cartaz do filme é que a palavra “Brasil”, em letras verdes, está escrita ao contrário. O filme foi censurado, mas devido à grande pressão da imprensa e da opinião pública, já em tempos de redemocratização, foi posteriormente liberado. O cinema produzido no Brasil continua sendo um grande arquivo aberto e certamente continuará contando as histórias que ainda precisamos ouvir. Deixo aqui como registro uma lista de filmes para revisitar de tempos em tempos:

- O desafio (1965), filme de Paulo César Saraceni
- A entrevista (1966), filme de Helena Solberg
- Pra frente Brasil (1982), filme de Roberto Farias
- Jango (1984), filme de Silvio Tendler
- Cabra marcado para morrer (1984), filme de Eduardo Coutinho
- Verdes anos (1984), filme de Giba Assis Brasil e Carlos Gerbase
- Que bom te ver viva (1989), filme de Lúcia Murat
- Lamarca (1994), filme de Sérgio Rezende
- O que é isso, companheiro? (1997), filme de Bruno Barreto
- Quatro dias em setembro (1997), filme de Bruno Barreto
- Ação entre amigos (1998), filme de Beto Brant
- Tempo de resistência (2003), filme de André Ristum
- Cabra-cega (2005), filme de Toni Venturi
- Sonhos e desejos (2006), filme de Marcelo Santiago
- O ano que meus pais saíram de férias (2006), filme de Cao Hamburger
- Zuzu Angel (2006), filme de Sérgio Rezende
- Batismo de sangue (2007), filme de Helvécio Rattón
- Diário de uma busca (2010), filme de Flávia Castro
- Setenta (2013), filme de Emília Silveira
- Em busca de Yara (2013), filme de Flavio Frederico
- O dia que durou 21 anos (2013), filme de Camilo Tavares
- Verdade 12.528 (2013), filme de Paula Sacchetta e Peu Robles
- Tatuagem (2013), filme de Hilton Lacerda
- Democracia em preto e branco (2014), filme de Pedro Asbeg
- A batalha da Maria Antônia (2014), filme de Renato Tapajós
- Mario Wallace Simonsen, entre a memória e a história (2015), filme de Ricardo Pinto e Silva
- Pastor Cláudio (2017), filme de Beth Formaggini
- Torre das donzelas (2018), filme de Susanna Lira
- Deslembro (2019), filme de Flávia Castro
- Marighella (2019), filme de Wagner Moura
- Giocondo Dias: ilustre clandestino (2019), filme de Vladimir Carvalho
- Tá rindo de quê? Humor e ditadura (2019), filme de Alê Braga, Álvaro Campos e Cláudio Manoel
- Ibiúna, primavera brasileira (2019), filme de Silvio Tendler

- Fico te devendo uma carta sobre o Brasil (2020), filme de Carol Benjamin
- Utopia distopia (2020), filme de Jorge Bodanzky
- Ana. Sem Título (2021), filme de Lúcia Murat
- Memória sufocada (2021), filme de Gabriel Di Giacomo
- Libelu: abaixo a ditadura (2021), filme de Diógenes Muniz
- Codinome Clemente (2021), filme de Isa Albuquerque
- Cadê Heleny? (2022), filme de Esther Vital
- O pastor e o guerrilheiro (2023), filme de José Eduardo Belmonte
- Jango no exílio, o documentário (2024), filme de Pedro Lucas Isaías

Farei aqui algumas breves anotações de uma história extensa de o quanto os artistas mantiveram vivo o espírito de revolta diante da violência nestes tempos de ditadura. Enfrentaram a censura, os riscos de serem presos, e muitos se exilaram. Entre eles: Hélio Oiticica, Lygia Clark, Rubens Gerchman, Glauber Rocha, Oscar Niemeyer, Zé Celso, Caio Fernando Abreu, Cacá Diegues, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Jards Macalé, Augusto Boal, Chico Buarque, Ferreira Gullar e Geraldo Vandré.

Nas artes visuais, muitos artistas reagiram à ditadura. Não foram poucas as obras censuradas e exposições fechadas. Para mencionar alguns exemplos, podemos lembrar do IV Salão Nacional de Arte Moderna de Brasília em 1967, onde agentes do DOPS retiraram da exposição trabalhos de Rubens Gerchman (*Um bilhão de dólares e só*), de Claudio Tozzi (*Guevara vivo ou morto*) e de José Roberto Aguilar (*Ele*). Um ano depois, em 1968, a II Bienal da Bahia no Convento da Lapa foi fechada, pessoas foram presas, obras apreendidas e algumas destruídas. Entre os artistas que participaram desta exposição estavam Antonio Manuel, Carlos Vergara, Humberto Espíndula e Evandro Teixeira. A obra de Antonio Manuel denunciava a violência policial contra as manifestações políticas na rua e tinha como título *Repressão outra vez: eis o saldo*. Neste trabalho, o artista imprimia em serigrafia, sobre um fundo vermelho, capas de jornais impressos com imagens da polícia agredindo manifestações populares. O detalhe interessante neste trabalho, peça importante no acervo artístico da época da ditadura, é que estas imagens estavam cobertas por um tecido preto. Caberia ao espectador se deparar com a imagem ao levantar a cortina. Assim, Antonio Manuel nos coloca em um lugar de responsabilidade diante da imagem, pois depende de um gesto do espectador. Este trabalho nunca foi devolvido ao artista, que soube depois que teria sido queimado. Outra obra emblemática nesta exposição foi uma fotografia de Evandro Teixeira, *Motociclista da FAB*, publicada originalmente na primeira página do *Jornal do Brasil* em 1965. Evandro registra o instante em que um soldado da aeronáutica cai de sua motocicleta na escolta que fazia da Rainha Elizabeth em sua visita ao Brasil. A fotografia, que não havia sido censurada no jornal, ao entrar em uma exposição de arte, adquiriu uma outra camada discursiva: a queda de um militar e uma motocicleta à deriva sem condutor.

Um dos eventos que marcaram época foi a ação artística realizada no Rio de Janeiro em julho de 1968, concebida e organizada por Hélio Oiticica e Rogério Duarte. Esta ação aconteceu no último dia da exposição "Arte no Aterro", que foi apresentada durante todo o mês de julho no Aterro do Flamengo. O título proposto por Oiticica e Duarte já nos coloca vários caminhos de reflexão: APOCALIPOPÓTESE. Esta palavra surge da fusão das palavras "apoteose", "hipótese" e "apocalipse". Como reagir ao clima de apocalipse e destruição daquele tempo se não acionando as forças rebeldes de invenção que a arte coloca em cena?

O filme *Apocalipopótese – guerra & paz* de Raymundo Amado, de 1968, documenta as ações artísticas que aconteceram naquele dia. O filme abre com imagens do aterro do Flamengo e com a música *Paisagem útil* de Caetano Veloso:

Olhos abertos ao vento
sobre o espaço do aterro
sobre o espaço sobre o mar...
(AMADO, 2022).

Era o momento de abrir os olhos. O público que ali estava pôde tocar com as mãos e o coração um pouco da história pela qual passava o Brasil. Uma das frases chama atenção na narrativa do filme: “Acabar com tudo que é ignóbil”. Antonio Manuel propôs o trabalho *Urnas quentes*. O artista construiu 20 caixas de madeira lacradas, e que precisavam ser arrebentadas para que o público pudesse ter acesso ao seu conteúdo. Antonio Manuel disponibilizou martelos, mas deixou livre para que cada um pudesse encontrar sua forma de abrir as urnas. A palavra “urna” aqui é fundamental no contexto político deste trabalho, pois remete tanto à urna eleitoral como à urna funerária. Dentro das caixas, o público encontrava textos referentes à situação política, recortes de jornais com imagens de violência da ditadura militar, denúncias diversas, poemas e algumas frases pintadas no fundo da caixa, entre elas: “Fome! Fome!”, “Retrato do Brasil”, “Viva as armas da guerrilha!”. No filme de Raymundo Amado, podemos ver muitas crianças se divertindo neste processo. De alguma forma, estavam ali quebrando as caixas para abrir futuros. Junto às urnas quentes, sambistas da Mangueira dançavam e cantavam vestidos com os parangolés de Hélio Oiticica. A presença viva do samba como revolta. Em um dos parangolés de Oiticica estava escrito “Incorporo a revolta”. Torquato Neto definiu este acontecimento de forma precisa e poética:

Cultura & Loucura & Sambistas & Samba & Mangueira & Cage passeando & Parangolés & Caeteles Velásia Parangolé 1968 & Outros & Esses cães fazem coisas do arco da velha & num domingo Apocalipopótese, apocalipopótese, hipopótamo hipótese louca cultura manifestações planos gerais no Aterro tropicália conhecimentos e transações variadas amores novos observação e desfile, levantamento como sempre do espólio, cultura, loucura (NETO, 1972).

Esta anotação de Torquato Neto evoca uma presença especial neste acontecimento, o músico John Cage que estava no Brasil, levado ao evento pela coreógrafa Maria Esther Stockler. Outro trabalho emblemático foi o de Rogério Duarte. Ele trouxe para o Aterro um adestrador de cães. A cena, que poderia ter ali um caráter lúdico e divertido, na verdade era uma metáfora da situação pela qual passava o Brasil: as vozes de comando de um adestrador impondo à força a obediência aos cães. Curiosamente, havia algo de premonitório nesta performance. No dia seguinte, o Rio de Janeiro foi palco de uma feroz repressão da polícia onde cães adestrados foram usados para perseguir os manifestantes. Tempos de muita turbulência e muitas manifestações de protestos na rua. É importante lembrar que, um pouco antes, no dia 26 de junho de 1968, aconteceu a Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, organizada pelo movimento estudantil.

A psicanálise nos desafia a revisitar os traumas que vivemos. Aposta nas novas narrativas que possam dar forma aos capítulos censurados de nossas histórias. Sabemos que não há outro caminho possível para abrir novos futuros que escapem à compulsão de repetição. A arte aciona este desafio de recriar outros domingos no parque na inspiração de apocalipopótese. Assim, quem sabe, poderemos reescrever estas páginas rasuradas. Novas frentes no campo da psicanálise têm se aberto para acolher estas narrativas traumáticas ainda muito vivas nos corações e mentes de muitas pessoas. Alguns projetos inovadores em instituições psicanalíticas abriram espaço para a escuta e registro destas narrativas. Pessoas afetadas pela violência de Estado puderam compartilhar os efeitos traumáticos que sofreram e ainda sofrem. Uma das experiências mais importantes nesta direção foi o projeto Clínica do Testemunho RS colocado em cena em sua primeira edição pela Sigmund Freud Associação Psicanalítica (SIG) e posteriormente também pela Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA). É importante ainda

sublinhar o trabalho do Museu das Memórias (In)possíveis da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), um museu virtual que tem se dedicado a acolher estes registros de memória.

REFERÊNCIAS

AMADO, Raymundo. Apocalipopótese, Guerra & Paz (1968, Raymundo Amado). *YouTube*, 24 set. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/uOpcazdla2g>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MONCAU, Gabriela. 'Lula é incoerente com a questão da ditadura', diz historiador às vésperas dos 60 anos do golpe militar. *Brasil de Fato*, 21 mar. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/21/lula-e-incoerente-com-a-questao-da-ditadura-diz-historiador-as-vesperas-dos-60-anos-do-golpe-militar>. Acesso em: 31 mar. 2024.

NETO, Torquato. Espaço partido ao meio, meia oito. Rio de Janeiro, 4 de março de 1972. In: PIRES, Paulo Roberto (Org.). *Torquatália – Geléia Geral*: obra reunida de Torquato Neto (Vol. II). Rocco: Rio de Janeiro, 2003.

SOUSA, Edson. As utopias e a urgência de sonhar. *Revista Cult*, n. 302, p. 42, fev. 2024.

COLETIVO TESTEMUNHO E AÇÃO: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE PSICANÁLISE E DEMOCRACIA

COLLECTIVE TESTIMONY AND ACTION: AN ARTICULATION
BETWEEN PSYCHOANALYSIS AND DEMOCRACY

COLECTIVO TESTIMONIO Y ACCIÓN: UNA ARTICULACIÓN
ENTRE PSICOANÁLISIS Y DEMOCRACIA

Coletivo Testemunho e Ação¹

Resumo: O artigo propõe apresentar a constituição do Coletivo Testemunho e Ação, da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Marca os efeitos históricos e psíquicos da violência de Estado do passado e do presente, através do eixo histórico, político e os efeitos de alteridade na subjetividade, que enlaçam a clínica, a comunidade, as instituições e a política. Relaciona a experiência de violência de Estado que incidiu como interrupção do projeto Clínica dos Testemunhos e a constituição do Coletivo, como referência de trabalho nos eixos de memória, verdade, justiça e reparação psíquica, a partir do dispositivo do testemunho. Estuda sobre o passado político da violência do desmentido como forma de enfrentar o silenciamento que se mantém até os dias atuais, através da escuta abstinentemente e implicada dos testemunhos e o compromisso coletivo e público do “Nunca Mais”.

Palavras-chave: Testemunho. Escuta. Violência de Estado. Memória coletiva.

Abstract: The article proposes to present the constitution of the Sigmund Freud Psychoanalytic Association's Witness and Action Collective. It examines the historical and psychic effects of state violence in the past and present, through the historical and political axis and the effects of alterity on subjectivity, which link the clinic, the community, institutions and politics. It relates the experience of state violence that interrupted the Testimony Clinic project and the constitution of the Collective, as a reference for work on the axes of memory, truth, justice and psychic reparation, based on the device of testimony. It studies the political past of the violence of denial as a way of confronting the silencing that continues to this day, through abstinent and implicated listening to testimonies and the collective and public commitment of “Never Again”.

Keywords: Testimony. Listening. State violence. Collective memory.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar la constitución del Colectivo Testigo y Acción de la Asociación Psicoanalítica Sigmund Freud. Analiza los efectos históricos y psíquicos de la violencia estatal en el pasado y en el presente, a través del eje histórico-político y de los efectos de la alteridad en la subjetividad, que vinculan la clínica, la comunidad, las instituciones y la política. Relata la experiencia de violencia estatal que interrumpió el proyecto de la Clínica de los Testigos y la constitución del Colectivo como punto de referencia para el trabajo sobre memoria, verdad, justicia y reparación psíquica, a partir del dispositivo del

¹ Alexandre Pandolfo, Andréia da Silva Daltoé, Bárbara de Souza Conte, Eurema Gallo de Moraes, Helena Dória Lucas de Oliveira, Iris Campo, Heliete Karam, Mariana Lange, Marilena Deschamps da Silveira, Maíra Brum Reick, Marta Haas, Maria Luiza Castilhos Cruz, Manoela Matos, Miriam Burguer, Pedro Isaias Lucas e Sérgio Fikler. E-mail: coletivotestemunhoeacao@gmail.com

testimonio. Estudia el pasado político de la violencia de la negación como forma de enfrentar el silenciamiento que continúa hasta hoy, a través de la escucha abstinentemente e implicada de los testimonios y del compromiso colectivo y público del "Nunca Más".

Palabras clave: Testimonio. Escucha. Violencia de Estado. Memoria colectiva.

Dedicamos este trabalho à memória de
Nilce Azevedo Cardoso,
trajetória de luta pela democracia e justiça,
força nos testemunhos e alegria pela vida.

“O esquecimento, diz o poder, é o preço da paz, [...] uma paz fundada na aceitação da injustiça como normalidade cotidiana. Acostumaram-nos ao desprezo pela vida e à proibição de lembrar [...]”

Eduardo Galeano²

Quando escrevemos, não somos um, mas vários. Mesmo nossa escrita “individual” já vem marcada por tantos que nos antecederam, pelas leituras que fizemos, pelas experiências que tivemos, pelas vozes que ecoamos. Ainda assim, um *eu* toma a palavra e, textualmente, produz o efeito de se apossar dos sentidos como se fossem singulares e tivessem um dono.

Mas então, como pensar esta prática quando nos propomos a escrever a várias mãos, como é a proposta deste texto que aqui se apresenta? Ao certo, não sabemos, mas parece-nos que a coautoria potencializa a pluralidade de vozes e nos coloca em um verdadeiro experimento de linguagem, um experimento de escrita coletiva tão desafiador como o é todo trabalho que se faz no conjunto, no estar *com*. É um desafio que passa, então, por acordos e renúncias, mas não só, há ainda o desafio da própria língua em dar conta do dizível: sempre da ordem do impossível, restando às palavras bordejarem a realidade. Mesmo assim, conforme Skliar:

trata-se de um *não poder dizer, dizendo-o*. [...] de um *não poder escrever, escrevendo-o*. [...] um movimento de palavras sob todos os aspectos efêmero, sinuoso e fragmentário, que só pode sobreviver conservando para si, em sua ética e estética de exterioridade, em sua tosca materialidade, sua mais genuína, sua mais extensa e sua mais dolorosa incompletude (SKLIAR, 2012, p. 16, grifo do autor).

É todo este desafio que enfrentaremos agora, ao apresentar a escrita dos que integram o Coletivo Testemunho e Ação da SIG, cuja costura se dará pelo modo como seus membros se propõem a pensar a relação entre psicanálise e democracia a partir de um comprometimento engajado com o laço social.

UM POUCO DA HISTÓRIA DO COLETIVO TESTEMUNHO E AÇÃO...

A partir de 2018, surge em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Brasil, o Coletivo Testemunho e Ação: Memória, Verdade e Justiça, colocando o exercício do testemunho como central a um trabalho de enfrentamento das violências de Estado, com suas possibilidades de criação, de vias de superação das lógicas de exceção e horror e, conseqüentemente, de aproximação com aspectos da realidade social frequentemente silenciados. Credo que toda violência é traumática, parece-nos potente manter a palavra na contramão das práticas

² Galeano, 2009, p. 214.

autoritárias que tratam da política como um jogo de forças. O pressuposto, portanto, é da reflexão em espaço público sobre as relações do sujeito com a “política” em sua dimensão cultural, para não reproduzir a autorização do “outro” como objeto, aspecto perverso da política, que aprendemos como “natural”. De composição plural, autogestionária, é evidente a contribuição da psicanálise na construção dos pilares do Coletivo, em aproximação com os recursos do “clínico-político” quanto às possibilidades e limites que a política de terror impõe ao laço social.

Desde 2018, então, são realizados espaços coletivos de fala abertos à comunidade, periodicamente, abordando temas e situações estratégicos na compreensão dos mecanismos históricos que engendram a violência de Estado em suas mais diversas manifestações atuais. Racismo, violência policial, religião como instrumento de dominação na política, roubo de bebês, discriminação de gênero, violência escolar, entre tantas outras questões, têm gerado testemunhos públicos em encontros mensais e redes sociais. Também são temas de conversas públicas: debates, narrativas, manifestações artísticas e cursos, acenando para a dimensão ética das transformações que só o reconhecimento da violência pode produzir sobre o sujeito e sua coletividade.

As ações ao longo do tempo vêm agregando colaboradores dos mais diversos lugares do País e também fora dele, experimentando algumas facilidades que o modo virtual, imposto pela pandemia, oportunizou. O testemunho se dá como um compartilhamento de experiências no sentido que nos coloca Walter Benjamin (1994): necessário que o indivíduo se deixe incorporar pelo vivido, assim se transformando em experiência possível de ser narrada, indissociável de um processo coletivo – experiência esta que, em geral, como temos observado, é seguida de outros testemunhos espontâneos das pessoas que participam das referidas atividades.

Talvez seja uma das construções inusitadas a que a Clínica dos Testemunhos nos levou, no sentido de que o que fazemos não se constitui numa intervenção clínica tradicional, como também não significa apenas um recurso de transmissão de conhecimentos ou de promulgação de direitos humanos. Não há contornos definitivos para a prática que se encontra em construção; há, antes, reflexões que o Coletivo Testemunho e Ação provoca e que aqui compartilhamos fortalecidos por alguns conteúdos tratados durante este percurso.

Uma delas é que não há como pensar em trabalho *por* direitos humanos a partir do ideal de causa, colocando à frente da experiência do sujeito a ideologia como verdade que o antecede – tal como adverte Aceituno (2012) no debate sobre a questão do Outro na clínica do traumático. É preciso que tenhamos como princípio que a dimensão simbólica do sujeito é fundamental e que o indivíduo não pode “desaparecer”. De outra forma, a dimensão coletiva tem que “aparecer”. Não apenas na Clínica do Traumático, mas no que se compreende da constituição da cultura. Ou seja, sendo afetado pelos *outros*, *é preciso que se considere a função do Outro*, seja esta pessoa, instituição, equipe ou um terapeuta: o outro *faz testemunho* – afirma o mesmo autor – e, emprestado desta constatação clínica, propomos também pensar que, naquilo que a pessoa diretamente afetada pela violência não pode expressar por si, o testemunho torna possível ser refletido/pensado.

O Coletivo Testemunho e Ação reúne, então, a função de Outro, num trabalho que tem propiciado que *a experiência* do indivíduo tenha lugar para ser pensada, podendo ser narrada em sua singularidade e verdade possível, sabendo-se que todos estamos implicados no que se escuta. Por isso é crucial ao trabalho o resgate da confiança mínima na *palavra*, mesmo diante da complexidade de que temos um Outro invisível quando se trata das relações com o Estado, no qual, por vezes, não podemos confiar. Restabelecer o que se pode, como nos lembra Aceituno e como também pontuam Fabiana Rousseaux, quando refere que alguns modos de esquecimento são “condição” e efeito da rememoração (2014, p. 71), e Bárbara Conte, quando destaca que há um não dito que fica como pedaços, a serem decifrados (2014, p. 87).

Outro aspecto da importância do grupo/coletivo neste processo de testemunho é que o indivíduo sempre está referido a uma relação com outros, portanto precisa se compreender como *implicado*. Um grupo pensante precisa ser baseado, desse modo, na escuta do *outro*, permitindo o diálogo que atravessa as diferenças na busca do *em-comum*. As resistências no sentido de defesa e as diferenças no sentido da desigualdade tendem a não criar obstáculos à troca e à transmissão das experiências. Todos somos testemunhas, todos somos contraditórios, portanto, o que precisamos saber é em que lugar cada um está.

Concluindo sobre aspectos que certamente deveriam ser melhor aprofundados, colocamo-nos a pergunta: é possível fazer uma clínica *com* testemunho que não tenha como foco exclusivo a elaboração de traumas ou reparação do horror de Estado, mas que trate deste “luto permanente” contra o risco de a melancolização retirar a capacidade de enfrentar e descobrir formas de “viver” e combater a violência estatal replicada no tecido social? Fazemos uso da palavra de Eureka Gallo de Moraes sobre o excesso psíquico que o desamparo da violência produz, quando marcado pelo registro da indiferença. É a vivência da indiferença que atualiza a matriz do excesso (MORAES, 2011). Lutamos pela oportunidade de que as distinções entre os *eus* e os *outros* passem a ganhar novos significantes e a resistência ganhe, assim, a força dos desejos impossíveis: de que a repetição da violência *não mais aconteça*.

O ESTADO E O PROJETO CLÍNICAS DO TESTEMUNHO...

As Clínicas do Testemunho foram o primeiro projeto de reparação psíquica do Estado brasileiro dirigido aos atingidos pelas graves violações de direitos humanos da ditadura civil-militar brasileira (1964 a 1985). No edital de 2012, tinha Paulo Abrão como presidente da Comissão de Anistia. A Sigmund Freud Associação Psicanalítica concorreu a este edital e foi aprovada. O projeto foi, então, executado de 2013 a 2015 na SIG (Sigmund Freud Associação Psicanalítica) a partir do primeiro edital e, na APPOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), de 2016 a 2017, a partir do segundo edital.

Mesmo o projeto tendo sido executado em um tempo exíguo, de 2013 até seu cancelamento em 2017, tornou-se possível a produção de conhecimento sobre os impactos da história de violência do Estado brasileiro na subjetividade dos sujeitos. O projeto, assim, não apenas reinscreveu a Clínica do Traumático em novas práticas terapêuticas, mas também no exercício profícuo do testemunho enquanto dispositivo de escuta que instala um novo lugar para o sujeito que testemunha, possibilitando nova inscrição no corroído tecido social do cidadão brasileiro.

Nossa reflexão se dá em torno do efeito do encerramento abrupto do projeto em 2017 sobre os grupos de reparação psíquica, num momento de reedição do ciclo de violências e de instabilidade política que mudaram radicalmente os rumos da política da Comissão de Anistia, dos direitos humanos em geral e, por fim, da democracia na sociedade brasileira. Queremos referir à angustiante questão de “o que fazer” após ouvir diversas vozes depois do longo silêncio imposto pela ditadura, tendo à frente a reedição galopante do movimento negacionista do Estado brasileiro, rompendo com processos e compromissos já instaurados de responsabilização pela histórica política terrorista praticada até então. Estávamos em um tempo que, assustadoramente, acenava um governo reinstaurador das lógicas de Estado de exceção e da impunidade, marcado pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff com o golpe do, à época, vice-presidente Michel Temer.

As questões que se impuseram foram, portanto: como dar continuidade a um trabalho que se propõe a reparar danos de violência criminosa sem o reconhecimento daquele que os pratica? Como “abandonar” um processo que demonstrou ser capaz de criar possibilidades de responsabilização social a partir do desvelamento das lógicas dicotomizadoras, arbitrarias e encobridoras da repressão? Como interromper um processo de leitura e reconhecimento histórico do que temos sido, dos laços de continuidade entre o passado e o presente que

permitem vislumbrar o que escolhemos ser no futuro? Como deixar de reagir às políticas de desmemória, considerando que o desconhecimento opera para a repetição da violência? O que podemos fazer quando uma política de Estado, apenas em sua segunda edição, é extinta e nós, profissionais executores e beneficiários, estamos dela participando?

Com o golpe do Temer e forças políticas de diversos setores em 2016, o projeto é encerrado logo em seguida e nós, enquanto equipe, e todos os que estavam inscritos passamos a viver a angústia de como sustentar o compromisso da escuta frente a mais esta violência do Estado. Lembramos que estávamos em uma reunião com colegas de outros estados, discutindo sobre o encerramento do projeto, no dia seguinte ao brutal assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. Novamente, a política de Estado que não se responsabiliza por seus mortos e desaparecidos. Todos fomos silenciados pela repetição da violência de Estado.

Nós, as e os beneficiárias(os), sentimos na mente e no coração o alcance que tem um trabalho de reparação às vítimas. É possível falar, perguntar, pensar em voz alta, porque há escuta, há quem acredite na palavra do testemunho. É uma escuta afetiva e efetiva: afetiva, porque quem escuta viveu algo parecido ao que é relatado; e efetiva, porque quem escuta é um profissional que tem conhecimentos teóricos socialmente comprometidos com a democracia.

Naquele momento, perguntávamo-nos: o que fazer? Foi aí que criamos o Coletivo Testemunho e Ação e passamos a exercitar o testemunhar.

APESAR DO SILÊNCIO IMPOSTO, BUSCANDO ESPAÇO DE ESCUTAS...

Compreendemos que a ruptura entre a experiência e sua representação, entre a experiência vivida e seu relato, é constitutiva da experiência traumática (VIÑAR, 2005, p. 125). A falta de narrativa e o silenciamento, portanto, tomam assento.

A literatura de Itamar Vieira Junior (2019) oferece-nos uma especial metáfora para reflexão sobre o traumático e o difícil de dizer. O autor inicia *Torto arado* com o acidente ocorrido quando as duas irmãs, ainda crianças, buscavam descobrir o segredo guardado num pacote da avó, escondido dentro de uma mala. As duas se machucam, mas uma delas perde a língua ao manusear e ao trazer para a boca o fio da faca contida no pacote. Emudece e, dali em diante, uma forte ligação se estabelece entre elas, já que uma delas será a voz da outra.

No desenrolar do romance, sabemos que aquele “fio da faca” apontava o registro não só de uma violência, mas de tantas outras. A violência sofrida como excesso, no corpo e no psíquico, emudece, faz “perder a língua”. O excesso traumático impede o psiquismo do seu trabalho representacional, significando que o psiquismo fique à deriva. Reviver a violência através da fala significa voltar à posição de desamparo e sua correlativa angústia, e só é possível diante da esperança de que a representação possa ser encontrada por meio da palavra e com a garantia da restituição da sua condição de sujeito e semelhante (VIÑAR, 2005, p. 124).

A fala que se articula à restituição do sujeito aponta a metáfora literária, acontece na dependência de um outro semelhante que não se coloque como indiferente: dependência circunscrita por uma escuta empática, em que um tenta se colocar no lugar do outro, auxiliando na difícil nomeação do singular experimentado.

Ainda, a partir da mesma metáfora e do desenrolar do romance, percebemos os efeitos sobre aquele que emudece ao “perder a língua”. A emudecida e silenciada continua capturada pelas restrições impostas, enquanto a portadora da voz passa a reivindicar os direitos, repetidamente negados à sua comunidade e aos trabalhadores do entorno. Com o passar do tempo, as duas irmãs, juntas, aproximam-se ainda mais, lutando pela mesma causa, pelo conhecimento compartilhado das injustiças que ali ocorriam.

Então, se o autor inicia o romance a partir do acidente, no qual uma das irmãs perde a língua, desenvolverá sua prosa apresentando a realidade de um passado social brasileiro de

violência para com os trabalhadores rurais, descendentes de pessoas escravizadas. Pessoas sendo exploradas pelos senhores da terra, num universo definido pela condição de servilidade e por um destino marcado pela exclusão. Com delicadeza e sensibilidade, o autor não deixa clara na narrativa a época em que se desenvolve a história, colocando-nos simultaneamente dentro de dois tempos, passado e presente. Ou seja, o que teria ocorrido num outro tempo ali se repete e se aplica ao contexto social atual, em relação tanto ao racismo como a todo um grupo de pessoas consideradas descartáveis ou “vidas matáveis” (AGAMBEN, 2010).

A constituição do Coletivo Testemunho e Ação tem, na sua origem, o desejo comum de enfrentamento ao silenciamento da violência ditatorial a partir da experiência singular de cada um. O reconhecimento da violência perpetrada pelo Estado ditatorial constitui e molda a base da transferência, possibilitando o circular da palavra através do testemunho. O testemunho, como palavra compartilhada no Coletivo, significa ação para dar forma àquilo que transborda e que, pela sua intensidade afetiva traumática, dificulta nossa capacidade de falar e pensar (SELIGMANN-SILVA, 2000).

Na ação do Coletivo, portanto, encontramos-nos articulados ao campo do testemunho e da palavra, buscando a construção da memória. Sabemos que, dessa forma, colaboramos para que o circuito das violências estatais não se repita na atualidade. Trabalhamos para que o demais da intensidade dos efeitos da violência no sujeito não se fixe como um impossível de ser dito, mas que possa ter espaço de fala a partir do testemunho. O testemunho como ação coletiva promove outros testemunhos, gerando um compartilhamento da experiência através da linguagem, num protagonismo ético frente aos movimentos de desumanização.

Assim, a partir do testemunho como ação, o Coletivo Testemunho e Ação move-se entre a construção da memória das violências ocorridas durante o período ditatorial e os testemunhos das violências de Estado presentes e repetidas na atualidade. Dois tempos, o passado e presente, cuja intersecção apresenta o fio comum da violência de Estado que silenciosamente estabelece tantas formas de desigualdades sociais no nosso país.

Como referência a este trabalho do Coletivo, podemos citar a atividade pública “Roubo de Crianças pelo Estado: Testemunhos”, realizada em março de 2022. O *card* de divulgação da atividade assinalou que, através dos testemunhos, promoveu-se o debate:

a respeito da atuação criminosa do Estado brasileiro e seus poderes públicos constituídos e consolidados na Operação Condor em toda a América Latina, e que se mantém hoje contra mulheres vulneráveis em situação de rua e seus filhos. Trata-se da violência praticada pelo poder público em nome de uma administração higienista dos corpos e das subjetividades (*card* da atividade).

Esta prática de roubo de bebês, realizada em nome da lei e acompanhada por discursos de que seria para o bem da criança, é uma das piores formas de violência de Estado. A escuta dos testemunhos revela que está movida pelo racismo, etnocídio, além da prática sistemática de criminalização da pobreza e outras formas de viver: “Ouvimos mães destruídas pelo Estado, destruídas suas imagens e capacidades, assim como destruídas por nunca mais terem acesso a seus filhos, num luto impossível de se concluir”, conforme está descrito no *card*, “Isso não é exceção. Segundo Ato: roubo de crianças”.

Portanto, quantos ouvidos são necessários para que a sociedade se convença de que este tipo de prática não é exceção? Quantos testemunhos são ainda necessários para criminalizar o Estado por estes atos hediondos e nos posicionarmos contra esta barbárie legalizada?

A ação de tornar visível, por meio do testemunho publicizado, busca interferir no movimento que age com indiferença e que mantém o desmentido vigente no entorno social sobre as violências do passado e do presente. Expressões como “ah, não é bem assim”, ou “vejo,

mas não acredito”, inoculam qualquer possibilidade de ação contra o horror, ou ainda justificam a violência ocorrida. O próprio espanto não tem gerado ações sociais efetivas, mas muito mais posições de evitação como “vivo melhor sem saber disso”.

Num sonho recorrente, já bastante comentado, Levi (1988, p. 60) dirige-se ao grupo, no caso o grupo de entes queridos, para expressar sua experiência traumática no campo. É para esse grupo, para uma certa quantidade de ouvidos, que vislumbra narrar o horror do vivido. Porém, o grupo se retira e não ouve Primo Levi. Poderíamos considerar a atitude do grupo para com o sonhante como vizinha ao desmentido? Presença de grupo que se esvai sem escutar? Ou que se dissipa ao escutar? Ou ainda, que se mantém indiferente diante da presença do outro que deixa ver em si as marcas do horror?

Continuamos a trabalhar o testemunho como possibilidade fecunda para romper com o silenciamento e com a indiferença diante das violências estatais, que percebemos num contínuo movimento de repetição, e nos perguntando de qual outra força precisamos dispor para enfraquecer o desmentido. Do que ainda precisamos para que nosso entorno social possa “ver” e reconhecer os atos violentos que fazem proliferar condições indignas de viver? Os testemunhos revelam e constroem memória, mas uma memória que parece se manter invisível, enquanto a barbárie se manifesta com força e sem pudor!

Acreditamos que a falta de julgamento e responsabilização dos perpetradores dos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura civil-militar brasileira mantém o desmentido. A anistia ampla, geral e irrestrita é desmentida através de um pacto perverso que traz graves repercussões para a violência na sociedade brasileira, colocando a barbárie dentro da lei e do civilizatório. Propomos também nos interrogar em como avançar, a partir da escuta abstinentemente e de uma política de recepção que nos interroge sobre o que a psicanálise produz com aquilo que sabe sobre os efeitos do terror de Estado. A ideia de um “por traduzir” que nos indaga é da ordem do não traduzido também no campo das transferências. O que continua desmentido pelos limites de uma escuta dita neutra reproduz o silenciamento do Estado, do não dito, não sabido que mantém o silenciamento.

Ao escutar e não repetir o silenciamento do desmentido da crueldade, podemos dar uma nova volta na história. Fazemo-nos presentes frente ao outro não como repetição, mas na diferença da escuta implicada com a dor, com o sofrimento e com os efeitos da dominação. A não responsabilização de quem tem como projeto a manutenção do silêncio é um pacto de repetição da violência. Esse é um circuito a ser rompido com a construção de memória, e não de neutralidade ou desmentido (CONTE, 2023). O lugar ético do analista é não ser neutro frente à violência de Estado. Afinal, estamos todos atravessados pelo que está sendo produzido ou recriado como violência.

SEM LUTA, A DITADURA SOBREVIVE SOB OUTRAS FORMAS...

Estes escritos colocaram-se no desafio de pensar a relação entre psicanálise e democracia, testemunho e ação política, palavra e prática, compreendendo que não é possível construir uma democracia sem que suas fraturas sejam significadas e ressignificadas.

O Projeto Clínicas do Testemunho e o Coletivo Testemunho e Ação se organizavam e se organizam, respectivamente, nesse sentido. Compreendem o papel da escuta, da palavra, do testemunho para a construção do laço social. As instituições e organizações civis têm este papel, o que não se dá sem luta: luta política e luta pelos sentidos da história. Desse modo, falar em memória é falar também em esquecimento e relações de poder, afinal, como nos diz Pêcheux (2006, p. 30), o Estado sempre tentará gerir nossa memória.

Tomemos o caso da Comissão Nacional da Verdade (CV). Instalada em outros países da América Latina tão logo acabava sua ditadura, no Brasil somente em 2011 a CV foi criada pela Presidenta Dilma Rousseff por meio da Lei n.º 12.528.

É importante lembrar, conforme Daltoé (2016, p. 94), que, desde 1982, os familiares de mortos e desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia (1972-1975) lutavam na Justiça brasileira para que os corpos das vítimas fossem localizados, para que fossem lavrados os atestados de óbito e para que fosse apresentado um relatório oficial do Ministério da Guerra sobre as atividades militares nesta região do Araguaia. Durante anos, o processo caminhou na Justiça brasileira, e somente em 2003 a sentença da juíza Solange Salgado julgou procedente o pleito (BRASIL, 2010). A União, porém, apresentou recurso, à época, que foi aceito, tanto no Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto no Superior Tribunal Federal (STF). Em 2009, a sentença transitou em julgado e não pode mais ser contestada pelo Estado brasileiro. Em 1995, os familiares decidem denunciar o Brasil à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que envia o processo à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em 24 de novembro de 2010, o Brasil foi punido e, então, condenado por não esclarecer os fatos, não prestar reparação às vítimas, nem punir os responsáveis pelos crimes cometidos no interior dos aparelhos do Estado e em nome do Estado. Entre as 11 punições estabelecidas pela sentença da Organização dos Estados Americanos (OEA), estava a criação da CV.

Tardiamente criada e talvez apenas por força da sentença da OEA, a CV teria apenas cerca de dois anos para toda a complexidade do trabalho que se destinava a fazer: “apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988” (BRASIL, 2014). Somando-se a isso, a CV não conseguiu acessar os arquivos das Forças Armadas. Conforme o Relatório Final (BRASIL, 2014, p. 64), dos 84 ofícios enviados ao Ministério da Defesa, a resposta era padrão: que não teria havido desvio de finalidade no interior dos aparelhos de Estado.

Com isso, podemos observar o quanto o Estado, enquanto aparelho de poder, luta por não assumir sua responsabilidade com este passado, embora haja segmentos dentro dele que busquem esta justiça e reparação. É com estes conflitos e contradições que lutamos quando nos dispusemos a pensar coletivamente ações de memória e de justiça deste passado, encontrando o que nos diz Pêcheux (2011, p. 273): “[...] a luta ideológica não tem a ver com os chamados mal entendidos semânticos que provocam problemas que desapareceriam à luz de formulação de uma semântica universal”, mas com uma luta por palavras, uma disputa em torno dos sentidos de um tempo.

Nessa perspectiva, Orlandi (2020, p. 258) vai dizer sobre o modo como a extrema-direita tem encontrado condições favoráveis para *processos de dessignificação* a seu favor, no funcionamento de uma metaforização em que os sentidos se esvaem, fogem e se tornam descartáveis. Em outro trabalho, a autora (2021, p. 4)³ relaciona isso com a “diluição do real (pela força do imaginário) e a evanescência dos fatos (que são produzidos de múltiplas maneiras)”.

Como vemos, não se trata de uma questão de designação mais adequada, mais correta, que reproduza o real... o real é inatingível: “um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, 2006, p. 43). Nestas disputas, o Estado tira proveito dos esquecimentos produzidos que o eximem de sua responsabilidade, garantindo, por meio de “técnicas de gestão social dos indivíduos” (PÊCHEUX, 2006, p. 30), modos de nos gerir a vida, a memória e o próprio esquecimento.

Esta gestão não resulta num apagamento completo; permite, antes, que outros sentidos aí se estabeleçam. Como nos diz Orlandi (2007, p. 32), o silêncio não é vazio e “escorre por entre a trama das falas”. Assim, o silêncio sobre este nosso passado, que é o espaço dos muitos sentidos, permite deixar trabalhar, embora tantas lutas e resistência, os sentidos que amenizam o que foi a ditadura, sobre todos os crimes praticados e sobre os quais muitos tiraram proveito. Neste jogo, a narratividade daquele tempo se mistura com a de hoje, quando a

³ Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/310>> Acesso em 05 de abril de 2024.

ditadura, em suas ressonâncias e práticas, não se apresenta mais com toda a violência que lhe fosse própria, mas, conforme Orlandi (2013, p. 10):

[...] o não se apresentar com a sua própria violência não significa que ela a esteja ocultando em qualquer lugar obscuro. Não. Ao contrário, o que a ditadura faz é justamente dizer-se cotidianamente como algo natural, familiar, sem constituir um período de exceção. É essa normalidade a sua maior violência. Sua violência simbólica. Sem altos nem baixos. No seu efeito de senso comum, de discurso social aceitável, e fato de opinião pública, não de alteração da vida comum.

Nesta tentativa de transformar a ditadura e todas as suas práticas em normalidade cotidiana, trazemos a questão da educação, tal como vem sendo atacada principalmente desde 2016, com “projetos” que temos chamado de antidemocráticos (DALTOÉ, 2022): o Escola Sem Partido (ESP), a proibição da linguagem não binária, a Semana Escolar Estadual do Combate à Violência Institucional contra a Criança e o Adolescente (projeto que ressuscita o ESP em outros termos), o *homeschooling*, a proibição de determinados livros nas escolas, entre outros. Projetos estes que, conforme Daltoé (2022), mesmo tendo sido dados como inconstitucionais, foram produzindo o estrago de desmerecer o papel da escola pública, imprimir práticas de censura e colocar o professor como o grande inimigo da sociedade: o doutrinador, aquele que pode colocar em risco os “valores da família de bem”.

Para nós, estes projetos vêm para nos dizer o quanto a educação é um perigo para as formas autoritárias de poder, no passado e no presente, o quanto a classe dominante precisa dela como meio de alienação, levando toda força democrática que ela tem (ou venha a ter) a ser contida, vigiada, abortada. Em nome da neutralidade do professor e dos conteúdos a serem trabalhados na escola e da falácia de que escola não é lugar de política, justamente buscam imprimir uma única forma de compreender a sociedade: aquela que não questiona, que não luta por seus direitos.

Todavia, conforme Freire (2019, p. 96), a presença do professor em sala de aula é “em si política”, aliás, nosso agir no mundo o é, logo, a “neutralidade” da educação, para o nosso patrono da educação (p. 95-96), só é reivindicada como espaço “em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra”.

É prática costumaz das ditaduras atacar a mídia, a cultura e a educação como meio de controle dos corpos. Estamos vivendo ataques graves nesse sentido que não se arrefeceram com a mudança de governo em 2022. As ressonâncias e práticas autoritárias que atualizam uma memória da ditadura estão aí no nosso dia a dia. Parece-nos que o que está acontecendo na escola ou com a educação como um todo hoje aponta consideravelmente como a democracia não é algo conquistado e, por isso, garantido, mas algo pelo qual se precisa lutar permanentemente, como temos feito nas frentes de que participamos, tanto na recuperação e elaboração da memória do nosso passado como nas formas atuais da violência que reproduzem a destituição do sujeito em sua condição de fala, de ser.

Trata-se de uma dívida com o passado, mas também com o presente. Como nos ensina Galeano (2009, p. 215-216),

por mais que a queimem, por mais que a rasguem, por mais que a mintam, a história humana se nega a calar a boca. O tempo que foi continua pulsando, vivo, dentro do tempo que é, ainda que o tempo que é não o queira ou não o saiba.

É nesta empreitada, neste jogo de forças para que não lutemos contra as formas de violência do passado e do presente, nestas tentativas de silenciamento e de aniquilamento de muitos... que o Coletivo Testemunho e Ação se ergue somando forças e não aceitará, recuperando a epígrafe de Galeano, “uma paz fundada na aceitação da injustiça como normalidade cotidiana” (2009, p. 214).

HOMENAGEM

Sérgio Fikler foi nosso companheiro do Coletivo Testemunho e Ação – SIG. Em 2017, ele escreveu seu testemunho no livro *Por que uma Clínica do Testemunho? Clínicas do Testemunho RS e SC* (Instituto APPOA, 2018), de onde transcrevemos algumas de suas falas que apontam sua trajetória de compromisso e luta pela democracia no tempo da ditadura civil-militar brasileira.

“As madrugadas eram úmidas e cobertas de névoa. Percebo agora como era difícil ser jovem naquele tempo.”

Nas passeatas que saíam do prédio da Filosofia da USP, na praça da República, no centro de SP, até o DOI CODI no Rio de Janeiro, de 1964-1969, a luta foi se tornando cada vez mais cruel e do seu quarto ouviu os tiros e depois “o fusquinha azul desbotado com o corpo de Marighella coberto de sangue”.

Tempo de tortura e fuzilamentos quando os caminhos se fecharam no slogan “ame-o ou deixe-o”.

E Sérgio deixou o Brasil em um navio argentino cargueiro que também levava passageiros e realizava sua última viagem. Estava acompanhado de dois companheiros: Felipe Macedo (criador do Cine Elétrico em São Paulo) e Goffredo da Silva Telles Neto (filho da escritora Lygia Fagundes Telles).

Depois Londres, Galileia, Vigo e, mais tarde, voltou, por amor, nos tempos de abertura política.

Aí conheceu Miriam Burguer, também nossa companheira do Coletivo Testemunho e Ação, com que viveu por 30 anos.

Com seu afeto e presença compartilhada nas ações, reuniões e atividades, convivemos desde o segundo edital do Clínicas do Testemunho (2015-2017) e desde lá no Coletivo Testemunho e Ação até 4 de maio de 2024, quando faleceu.

Nossa homenagem ao Sérgio, que continuará em nossa lembrança.

Sérgio presente!

REFERÊNCIAS

- ACEITUNO, R. Restitución: la cuestión del Otro en la clínica de lo traumático. In: JORNADAS SALUD, DERECHOS HUMANOS: EFECTOS Y REPARACIÓN, 25, 26 e 27 jul. 2012, Santiago de Chile. [Inédito].
- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e Política: obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. *Habeas Corpus: que se apresente o corpo*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.
- BRASIL. *Relatório Final Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: [s.n.], 2014.
- CONTE, B. Do quintal ao mundo. Do silenciamento à cocriação. *Jornal de Psicanálise*, v. 56, n. 104, jan.-jun. 2023. Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.
- DALTOÉ, A. S. O Relatório da Comissão Estadual da Verdade de SC e a Exposição Ausenc’as de Gustavo Germano: gestos de leitura do arquivo. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. *A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas*. Campinas: Pontes Editores, 2016.
- DALTOÉ, A. S. “Nós somos nós, o resto é o resto”: a tautologia que engendra um projeto de educação para um projeto de país. In: DALTOÉ, A.; FLORES, G.; SILVEIRA, J. *Marcas da memória: o que resta da ditadura na educação brasileira?* Campinas: Pontes Editores, 2022.

- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019.
- GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2009.
- LEVI, P. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- MORAES, E.; MACEDO, M. *Vivência de indiferença do trauma ao ato-dor*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- ORLANDI, E. P. Apresentação: o golpe dos militares e seu modo de dizer. In: INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Unicamp, 2013.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E. P. Entrevista [realizada por E. Grigoletto e B. Mariani]. *Revista da Abralin*, v. 19, n 3, p. 247-268, 2020.
- ORLANDI, E. P. Interpretation volatility: politics, imaginary and fantasy. *Cadernos de Linguística*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. e310, 2021.
- PÊCHEUX, M. As massas populares são um objeto inanimado? In: PÊCHEUX, M. *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes Editores, 2011.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- ROUSSEAU, F. O testemunho frente aos crimes de lesa-humanidade: sujeito jurídico, sujeito do testemunho. In: CRIAÇÃO HUMANA. *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Sigmund Freud Associação Psicanalítica, 2014.
- SKLIAR, C. *Experiências com a palavra: notas sobre a linguagem e diferença*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.
- SELLIGMANN-SILVA, M. A história como trauma. In: NESTROVSKY, A.; SELLIGMAN-SILVA, M. (Orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.
- VIEIRA JUNIOR, I. *Torto arado*. São Paulo: Todavia. 2019.
- VIÑAR, M. Especificidad de la tortura com trauma. El desierto humano cuando las palabras se extinguen. *Psicoanálisis*, v. 27, n. 1/2, p. 121-148, 2005.

HÉLIO PELLEGRINO¹

HÉLIO PELLEGRINO

HÉLIO PELLEGRINO

Heitor O'Dwyer de Macedo²

Resumo: Este texto resgata algumas memórias do autor durante o período de golpe de Estado no Brasil, especialmente suas relações de amizade com o psicanalista Hélio Pellegrino, destacando suas importantes ações nesse sombrio cenário político.

Palavras-chave: Golpe de Estado. Tortura. Psicanálise.

Abstract: This text recalls some of the author's memories during the period of the coup d'état in Brazil, especially his friendship with the psychoanalyst Hélio Pellegrino, highlighting his important actions in this dark political scenario.

Keywords: Coup d'état. Torture. Psychoanalysis.

Resumen: Este texto rescata algunos recuerdos del autor durante el período del golpe de Estado en Brasil, especialmente su amistad con el psicoanalista Hélio Pellegrino, destacando su importante actuación en ese sombrío escenario político.

Palabras clave: Golpe de Estado. Tortura. Psicoanálisis.

No meu consultório, a foto ao lado da de Freud é de Hélio Pellegrino, psicanalista brasileiro. Para mim, o Hélio está, de certa forma, na origem de tudo. De minha relação com a psicanálise, certamente, mas sobretudo de minha relação comigo mesmo. Ele foi meu pai simbólico.

Fiquei sabendo da morte do Hélio no dia do lançamento do livro sobre o **Encontro Latino-Americano de Psicanálise**, que organizei, em parte, em sua homenagem. O título do livro é *Le psychanalyste sous la terreur*, 1986, Matrice- Rocinante, 364 páginas (*O psicanalista sob o terror*, infelizmente ainda inédito no Brasil).

Ele tinha morrido na véspera. Foi sua esposa quem me telefonou para dar a notícia. Recebi a ligação imediatamente antes de sair para a coletiva de imprensa. Eu não conseguia parar de chorar.

O relato de sua morte é um desses “contos fantásticos” da literatura latino-americana, de que ele tanto gostava. Não sei quem inventou essa “denominação”, se foi Cortázar ou Carpentier. Para mim, ela condensa as alianças dos contrastes excessivos do continente: a miséria com a generosidade absoluta, a dureza da realidade com uma confiança a toda prova

¹ Este texto foi originalmente publicado na França, no meu livro *Lettres à une jeune psychanalyste*, em 2008, pela Editions Stock. A tradução do livro e, portanto, deste texto, excepcional, foi realizada por Cláudia Berliner e publicada pela Editora Perspectiva em 2012. Para a atual publicação, revi alguns detalhes e mudei a enunciação.

² Psicanalista brasileiro, reside na França desde 1968, onde possui marcante presença junto a várias instituições de saúde mental e de formação em psicanálise. E-mail: hdemacedo@orange.fr

na vida, a inteligência mais fina com a crença mais tola, as tradições antigas com a técnica de ponta, a violência mais selvagem com a solidariedade, a ternura e o humor.

Hélio tinha sido internado em caráter de urgência por causa de uma síndrome cardíaca de risco. Ele era o homem de todas as intensidades, de todas as lutas, de todas as generosidades, de todas as paixões, de todas as intransigências, de todas as festas. Mas como ele já tinha tido dois infartos – provavelmente por causa das tensões vividas sob a ditadura militar –, os amigos ficaram preocupados. Contudo, a clínica era excelente, o médico, um cardiologista de renome, amigo de Hélio, e ele tinha se internado aos primeiros sinais de risco. Com efeito, três dias depois, Hélio estava fora de perigo e todo mundo aliviado. E então tomaram a decisão, vá saber por quê, de suspender, passada uma semana, a administração intravenosa de medicamentos – decisão contrária a todos os protocolos num quadro clínico como o dele – e o Hélio tem uma parada cardíaca e morre. O absurdo, a idiotice da morte. Concordo com um amigo comum que diz que essa estupidez era a de todos nós que, por egoísmo, tínhamos decidido que o Hélio jamais morreria, por ser totalmente insubstituível.

Durante várias semanas fiquei profundamente deprimido. Até o dia em que me ocorreu a ideia de que uma vida não era suficiente para transmitir tudo o que o Hélio tinha me dado, para honrar minha dívida. E esse pensamento me encheu de alegria e me devolveu o desejo. E me deu tanto mais alegria porque poderia ter sido um dos pensamentos dele.

Estava, evidentemente, pensando na minha dívida pessoal, íntima, para com ele. Mas ela se sobrepunha a outras. Com a de minha geração, que foi a primeira geração assassinada pela junta militar depois do golpe de Estado que ocorreu no Brasil em 31 de março de 1964. Com a de todos os intelectuais e artistas brasileiros da época, para quem o Hélio, pelo exemplo de sua coragem e de sua integridade, foi um apoio, uma referência. A todos nós ele ensinou o método de combate contra a ditadura com as únicas armas de que dispúnhamos perante a brutalidade: o pensamento e a indignação. Ele confrontava o poder militar com as leis que esse mesmo poder promulgava, propunha-lhe o desafio impossível de fazer coincidir com a verdade o que a propaganda oficial divulgava como sendo sua imagem.

No momento do golpe de Estado, Hélio já era um pensamento de referência: psicanalista didata admirado por seus pares, poeta, ensaísta, editorialista em jornais nacionais. Visceralmente democrata, respeitoso de todas as liberdades e de todas as diferenças, respeito arraigado numa prática clínica fecunda, ele teria feito sua a exclamação de Unamuno aos fascistas espanhóis: “Sou absolutamente contra o que vocês pensam, mas daria a vida para que tenham o direito de dizê-lo”.

Homem de esquerda e cristão, gostava de alguns intelectuais de direita que o tratavam bem. Portanto, embora não fosse um intocável – ninguém o é num regime totalitário –, sua tolerância e sua liberdade de julgamento tinham feito dele alguém indispensável. Ou melhor, com sua coragem e sua energia, ele soube utilizar os trunfos de que dispunha. E aconteceu a história do torturador.

Num fórum de reflexão sobre a clínica psicanalítica, organizado por Hélio e aberto ao público – o que significa que devia haver agentes da polícia política na plateia –, Hélio está apresentando as atividades de sua Clínica Social de Psicanálise quando um jovem o interpela: “Hélio, o que você faria se soubesse que um dos seus colegas psicanalistas é o médico de um centro militar de torturas?” Hélio: “Faria tudo o que estivesse ao meu alcance para que ele fosse punido”. “Então eu o informo de que um de seus colegas esteve presente nas minhas sessões de tortura, bem como na de meus camaradas.” Hélio: “Você acaba de fazer publicamente uma denúncia de extrema gravidade”. “E você fez solenemente uma declaração que me enche de esperança.” Hélio: “Eu a mantenho”. Começava o caso Lobo.

Amílcar Lobo, aluno psicanalista e torturador, estava em análise com o presidente da Sociedade do Rio de Janeiro, sociedade à qual Hélio pertencia. Homem de direita e bom

tático, esse presidente conseguiu que fosse votada a expulsão de Hélio da Sociedade, sob pretexto de que suas declarações públicas e seus artigos prejudicavam a imagem do grupo.

A maioria dos membros nada fez. Outros, próximos de Hélio, embora permanecessem solidários com a sua batalha política, tinham reservas quanto ao tom adotado e não estavam muito longe de pensar que antes de divulgar os fatos teria sido melhor tratar da questão no seio da Sociedade, entre psicanalistas. É importante lembrar que a discussão dessas sutilezas se dava num contexto em que a denúncia dos crimes do aparelho militar tornava você passível de ser morto. E, de fato, Hélio recebia ameaças de morte – contra ele e contra sua família.

Como ele aguentou? Havia os amigos e os familiares – e Hélio tinha muitos amigos corajosos. Isso ajuda, mas não basta. Então, como se faz para aguentar numa situação dessas? A chave está na relação que se mantém com a ambição. Segundo Hannah Arendt, os alemães que se opuseram ao nazismo fizeram-no simplesmente porque não desejavam viver o resto de suas vidas com um assassino no seu mundo interno. Creio que uma verdadeira ambição é algo tão simples e essencial quanto isso. Atos considerados por vezes como extraordinários são, do ponto de vista de quem os realiza, geralmente uma necessidade subjetiva evidente, sem o que o sujeito já não poderia se amar ou se sentir digno diante dos filhos. Nessas circunstâncias, a solidão é um dado tanto mais inevitável, um bom dado, quanto mais ela lança suas raízes na força do que constitui o desejo que nos faz existir. Também a questão do risco deve ser considerada em função dessa necessidade subjetiva. Morrer, ficar sem trabalho ou isolado de um grupo de pertença é para algumas pessoas menos perigoso do que um compromisso que negasse o sentido de um engajamento vital, ou traísse a fidelidade a uma comunidade. A experiência mostra: quem tenta o compromisso impossível entre um pensamento ético e a violência institucional nunca teve realmente um pensamento para defender.

A solução genial encontrada por Hélio foi encarregar a justiça militar de julgar o caso. Sua argumentação era simples: como não o acusavam de nenhuma falta na condução de seus tratamentos, como, muito pelo contrário, os considerandos da exclusão reafirmavam suas qualidades de clínico e de formador, essa decisão se fundava em motivos que não eram da competência de uma sociedade de profissionais. Já que a lei fora convocada, já que as autoridades militares responsáveis estavam investigando a veracidade dos fatos, cuja extrema gravidade, se confirmada, afetaria a honra das forças armadas, a sociedade profissional era obrigada a aguardar o resultado das investigações, a suspender a decisão de exclusão e a reintegrar o membro em todas as suas funções e em todos os seus direitos. Hélio obteve ganho de causa. Na época, raros eram aqueles que, apelando à justiça militar, não teriam se rebaixado para todo o sempre. Era preciso a autoridade moral de Hélio, mais todo o humor de que ele era sabidamente capaz, para que a decisão da justiça rebaixasse e cobrisse de ridículo todos aqueles que tinham tentado excluí-lo. As acusações contra Amílcar Lobo revelaram-se procedentes.

Não era a primeira vez que Hélio se erguia vigorosamente contra o poder militar. Em 1966, houve, no Rio de Janeiro, que ainda era a capital cultural, uma gigantesca manifestação que reuniu cem mil pessoas, a primeira no país depois do golpe de Estado.

Esta manifestação era um protesto: o exército tinha mandado suas tropas contra os estudantes que ocupavam um restaurante universitário para protestar contra as condições de seu funcionamento. Os soldados atiraram e um estudante morreu, ele se chamava Edson. A manifestação exprimia a revolta contra tal boçalidade. A indignação era imensa. O medo também. Medo de que a repressão se tornasse ainda mais selvagem – o que de fato aconteceu, mas somente dois anos depois. Temia-se que policiais civis infiltrados na manifestação a fizessem degenerar em carnificina, que a tensão em que todos vivíamos encontrasse uma válvula de escape numa violência delinquente.

Mas tudo transcorreu bem. Uma verdadeira aula de civismo. Em grande parte graças a Wladimir Palmeira, dirigente estudantil, calmo, firme, cheio de humor. Na metade do

percurso, momento inesquecível, Wladimir Palmeira para a multidão: “E agora, meus amigos, calmamente, sem precipitação, em honra e em memória de Edson, vamos queimar a bandeira dos Estados Unidos”. E, na calma, a bandeira dos Estados Unidos foi queimada – os Estados Unidos, cujo governo tinha apoiado o golpe de Estado militar e apoiava o regime, cujos sucessivos governos planejaram a derrubada e o assassinato do presidente Allende, a instalação do terror no Chile, na Argentina e no Uruguai.

O trajeto da manifestação terminava na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que dá para uma esplanada muito vasta. Diante da porta, no alto da escada, um palanque tinha sido instalado num equilíbrio precário. Hélio era o primeiro orador. Grande tribuno, encontrou as palavras simples, as palavras justas para falar da criança assassinada, para se dirigir à criança assassinada.

Hoje, mais de cinquenta anos depois, o que mais me espanta é como, para mim – assim como para todos os intelectuais da época –, não havia nada de excepcional em que aquele que era unanimemente reconhecido como o grande clínico da psicanálise fosse o principal orador do primeiro ato de resistência à ditadura. Também não havia nada de surpreendente em ler, alguns dias depois, no jornal, um artigo de Hélio sobre Bergman, ou sobre uma peça de teatro, ou sobre um livro, ou sobre uma exposição de pintura. Na época, na cidade latino-americana, não havia diferença entre a psicanálise, a coragem e a necessidade de pensar, a exigência de criatividade máxima e o engajamento permanente no mundo. Não havia diferença entre a psicanálise e a vida. O psicanalista não era aquele que sabia tudo sobre tudo; muito pelo contrário, ele era simplesmente um intérprete – como um músico, um poeta, um político, um pintor, um cineasta, um jornalista. Não se esperava que sua interpretação do mundo fosse mais importante que qualquer outra. Sua interpretação era insubstituível, como todas as outras, porque testemunhava uma prática de pensamento e uma prática de paixão precisas, que reconhece o inconsciente como um fato.

Hélio foi o intérprete psicanalista incansável do mundo em que viveu, do tempo que atravessou, da cidade em que morava. Se muitos artistas e psicanalistas latino-americanos dos anos 1960 foram dignos da definição do intelectual sartriano, Hélio, sem dúvida nenhuma, o encarnou de maneira exemplar. Com uma disponibilidade que sempre conservou para mim sua dimensão enigmática. Como é que ele engendrava o tempo para acolher tantas demandas, solicitações, como a proposta rocambolesca de trabalho feita por aquele moleque de dezesseis anos que uma noite apareceu na casa dele? Proposta que ele aceitou, é verdade, com uma condição: “Que você comece uma análise com alguém que eu vou indicar para que a sua desmedida se mantenha do lado da vida”.

No seu modo de encontrar a pluralidade das práticas de pensamento, havia em Hélio a paixão do enamorado, a fulgurância do poeta psicanalista e a modéstia do artesão que sabe o tempo que exige a invenção do detalhe, sem o que nada funciona.

Como intérprete da política, ele inventará, com Glauber Rocha e seis outros intelectuais importantes do país, uma conferência na porta do hotel Gloria, situado no centro do Rio, no exato momento em que se reuniam os ministros da Organização dos Estados Americanos – a OEA. Diante dos jornalistas nacionais e estrangeiros, durante quase uma hora e meia, foram denunciados o atentado às liberdades fundamentais, a pobreza, a falta de visão de curto e de longo prazo do regime. Evidentemente, eles foram todos presos pela polícia política e transferidos para um quartel durante oito dias, antes de serem libertados. O caso fez muito barulho no país – ainda havia uma imprensa corajosa – e teve uma grande repercussão internacional. Mas o mais importante era a lição de resistência: se um grupo de oito pessoas podia desestabilizar o regime, isso queria dizer que a organização de uma oposição ativa não era uma quimera.

A paciência do artesão, a fulgurância do poeta e a paixão do enamorado se condensaram no projeto da Clínica Social de Psicanálise. Para Hélio, tratava-se de socializar o

conhecimento do inconsciente, de levá-lo para a cidade, ou seja, de integrar aquele conhecimento a uma prática social. Escolheu instalá-la numa favela, onde vivem aqueles que estão nas bordas da sociedade e onde predominam a precariedade, a pobreza, a miséria, as violências, mas também o samba e grandes esperanças. A equipe de analistas era composta de profissionais com boa experiência clínica. Cada analista trabalhava, se minha memória não falha, quatro horas por semana. Ninguém era pago. No começo, a questão era ser aceito, determinar seu lugar em relação a outros agentes já presentes, como as curandeiras, com quem muito rapidamente se estabeleceu uma cooperação. Entre os psicanalistas havia alguns médicos e, como a política de saúde nos países subdesenvolvidos era inexistente, foi preciso ser médico antes de ser psicanalista. Com o tempo, porém, os lugares e as funções ficaram bem definidos e reconhecíveis pela população da favela: o lugar da curandeira, o lugar do médico, o lugar do psicanalista. Michel Foucault, que visitou a Clínica Social, considerava-a a experiência antropológica mais importante do século XX.

Quando decidi promover a reunião em Paris dos psicanalistas que tinham trabalhado durante os regimes de terror no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Chile, eu tinha dois motivos. O primeiro era que aquela reunião fosse uma homenagem a Hélio Pellegrino. À bela pessoa que ele era, encarnação do psicanalista cidadão, do resistente. E também ao criador da Clínica Social, pioneira na tentativa de inscrever na cidade o fruto das pesquisas sobre o inconsciente e, assim fazendo, fornecer os meios para ampliar o campo do possível, para tornar o encontro com a realidade mais criativo, para transformar o encontro com o real numa experiência humanizadora.

O segundo motivo era inscrever num livro – a ideia do livro já existia desde o começo – as bricolagens teóricas por meio das quais esses psicanalistas puderam realizar seu trabalho, e inscrevê-las muito rápido, antes que fossem recalçadas.

Hélio ficou entusiasmado com a ideia desse projeto. Eu sonhava grande. Queria que esses psicanalistas fossem recebidos em Paris como as pessoas excepcionais que eram. Que a viagem deles fosse paga, evidentemente, e que fossem acolhidos como príncipes – o que foi possível graças à inteligência da Sra. Danièle Mitterrand, presidente da Fundação França, que entendeu a importância do evento.

Juntos decidimos que, para cada país, escolheríamos um psicanalista cujo trabalho conhecíamos e que proporia os colegas que considerava exemplares.

Para a Argentina, Diego García Reinoso e sua esposa, Gilou Garcia Reinoso, era uma obviedade. Exilado no México, voltou a Buenos Aires com a mulher, arriscando a própria vida, para instalar uma equipe clínica para o apoio terapêutico para as mães da Praça de Maio, as camadas *Loucas*. Diego, assim como Hélio, contribuiu muito para que a psicanálise se situe no cruzamento entre literatura e política. Em ambos, a aliança entre o político e o psicanalítico não se dava a partir de um projeto político, mas a partir da clínica do tratamento. Na perspectiva deles, não se tratava de injetar o político na prática da psicanálise, mas o sujeito no pensamento sobre o poder. Que o político reconheça o singular poderia ser uma via de acesso, indireta mas eficaz, para que a questão do inconsciente fosse levada em conta na aplicação dos projetos sociais.

Dois exemplos sobre os efeitos na cidade dessa concepção das coisas. Na Argentina, durante o terror, quando descobriam que um militante político detido estava em análise, torturavam o analista para obter outros nomes. Um psicanalista que aceitava atender um militante certamente atendia outros. Em outras palavras, para o poder terrorista, um psicanalista que faz seu trabalho de psicanalista era tão perigoso quanto o militante da luta armada.

Segundo exemplo: na chamada manifestação “dos cem mil” no Rio, que mencionei acima, um amigo dirigente estudantil falou de forma muito comovente. Ele sempre foi um grande orador, mas, naquele dia, suas palavras eram puro cristal. Ao descer do palanque, estava

transtornado. Abracei-o e lhe disse que ele tinha sido magnífico. Ele me respondeu: “Eu sei, acabei de matar meu pai” (que era um militar ligado à repressão). Do singular ao universal.

A preparação do Encontro Latino-Americano de Psicanálise demandou mais de três anos. Para mim, era uma necessidade absoluta. Eu festejava a ideia de que Hélio e Diego fossem se encontrar. Esse encontro nunca ocorreu. Dez dias antes do começo do Encontro, recebi um telefonema do Hélio. Fatos graves na sua vida privada o impediam de sair do Rio.

O Encontro Latino-Americano de Psicanálise foi como todos desejamos: uma festa do pensamento durante uma semana. Pouco tempo depois, morreu. Vários infartos seguidos, logo depois de o governo Alfonsín ter anistiado os generais assassinos.

Hélio gostava do título que dei ao livro que reúne todos os textos apresentados e as discussões: *O psicanalista sob o terror*. Concordou que fosse dedicado à memória de Diego. Vamos festejar a publicação com nossas mulheres e nossos amigos, em Paris e no Rio. Fazia vinte e oito anos que eu o amava.

HORIZONTES DE REPARACIÓN A CINCUENTA AÑOS DEL GOLPE DE ESTADO: LA CLÍNICA Y SU INTIMIDAD COMO POSIBILIDAD DE SUBVERSIÓN A CIERRES DE SIGNIFICADO¹

HORIZONTES DE REPARAÇÃO CINQUENTA ANOS APÓS O GOLPE DE ESTADO: A CLÍNICA E SUA INTIMIDADE COMO POSSIBILIDADE DE SUBVERSÃO AOS FECHAMENTOS DE SIGNIFICADO

HORIZONS OF REPARATION FIFTY YEARS AFTER THE COUP D'ÉTAT: THE CLINIC AND ITS INTIMACY AS A POSSIBILITY OF SUBVERSION TO CLOSURES OF MEANING

Ignacio Fernández Rosas²

Resumo: Por ocasião da comemoração dos cinquenta anos do golpe civil-militar chileno, este artigo reflete em tom clínico sobre as possibilidades de reparação para as pessoas que foram submetidas à violência extrema do Estado durante a ditadura. Para isso, o reparável se situa como uma busca sensível pelo reconhecimento da condição humana do outro, para o qual o valor do caráter íntimo da clínica, assim como uma ordem transferencial que permite acompanhar os analisados através das catástrofes que os impactaram, possibilita a abertura de sentidos que, pela violência, foram reduzidos a significados desumanizados e macabros do ser.

Palavras-chave: Direitos humanos. Reparação. Fratura do laço social. Redução de sentido. Transferência *therapôn*.

Resumen: A propósito de la conmemoración de cincuenta años tras el golpe cívico militar chileno, el presente artículo reflexiona en una clave clínica en torno a las posibilidades de reparación de personas que fueron objeto de violencias estatales extremas en dictadura. Para ello, se ubica lo reparable como una búsqueda sensible de reconocimiento de la condición humana del otro, para lo cual, el valor del carácter íntimo de la clínica, así como de un orden transferencial que permita acompañar a los analizantes a través de las catástrofes que los han impactado, posibilita la apertura de sentidos que, vía violencia, fueron reducidos a significaciones deshumanizadas y macabras del ser.

Palabras clave: Derechos humanos. Reparación. Fractura del lazo social. Reducción de sentido. Transferencia *therapôn*.

Abstract: On the occasion of the commemoration of fifty years after the Chilean civil-military coup, this article reflects in a clinical key on the possibilities of reparation for people who

¹ Texto presentado el 12 de septiembre de 2023, en el Conversatorio “A 50 años del golpe: ¿qué reparación es posible? Violencia de Estado, trauma político y psicoanálisis. Organizado por el Programa de Reparación y Atención Integral en Salud y DDHH metropolitano oriente, Chile.

² Psicólogo clínico de la Universidad de Chile. Magíster en psicología clínica de adultos, mención psicoanálisis, Universidad de Chile. Praxis e investigación psicoanalítica, en consulta particular y en contextos públicos, en torno a la búsqueda de restitución y/o simbolización en personas que han sido objeto de violencias extremas. Coordinador del grupo de trabajo “Psicoanálisis y Violencia” de la Red Interamericana de Investigación en Psicoanálisis y Política (RedIPPol) e integrante de la Unidad de Traumatismo y Procesos de Simbolización de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Chile. E-mail: i.fernandezro@gmail.com

were subjected to extreme state violence during the dictatorship. To do so, the reparable is located as a sensitive search for the recognition of the human condition of the other, for which the value of the intimate character of the clinic, as well as of a transferential order that allows accompanying the analysands through the catastrophes that have impacted them, makes possible the opening of senses that, through violence, were reduced to dehumanized and macabre meanings of the being.

Keywords: Human rights. Reparation. Fracture of the social bond. Reduction of meaning. Therapôn transference.

A cincuenta años del golpe: ¿qué reparación es posible? Pregunta compleja que implica pensar el paso y la relación al tiempo. ¿Nos lleva a respuestas dolorosas, pesadas, desesperanzadas? ¿A un imposible? Es decir, ¿que a cincuenta años del golpe de Estado en Chile, en estos cincuenta años del golpe, la reparación está marcada por lo irreparable?

Me importa señalar desde el comienzo que pienso que el trabajo de reparación es viable, o al menos parcialmente, como habla Lacapra (2004), es decir, estoy consciente de que estamos en una sociedad quebrada que no ha generado condiciones para que heridas cicatricen (ACEITUNO, 2013), de modo que una dimensión clínica de la reparación, entendida como vías de simbolización de los daños a los soportes sociales y narcisísticos (ACEITUNO; CABRERA, 2014), se enfrenta a límites brutales; obstaculizada, entorpecida, incluso desanudada, en este presente de acento totalitario. No obstante, sostengo que el camino de cura ante lo traumático es posible, dirección que es rearticulación del entramado simbólico ahí donde los impactos de la violencia se muestran como letras sueltas, estalladas (GUERRERO, 2014; COTE, 2011); en otras palabras, sendero de reescritura que implica salidas a la repetición traumática (FREUD, 1920) que cierra posibilidades de futuro (CABRERA, 2013).

Ahora, por supuesto que reparación es un concepto complejo, con un fuerte acento jurídico (LIRA; LOVEMAN, 2005) que, por ejemplo, bajo tal coordinada designa la misma palabra para una disputa legal civil que para el daño a los derechos humanos; además, tiene un tono de volver a un estado anterior, ciertamente imposible, pues no es posible borrar las huellas de las heridas (LIRA, 1994). Sin embargo, me interesa situar la reparación en su dimensión de restitución (ACEITUNO; CABRERA, 2014; LIRA, 1994), restitución del reconocimiento de una persona como tal, es decir, como parte de un mundo compuesto entre personas, todas iguales, todas a la vez diferentes (ARENDDT, 1958). Plano de reconocimiento de la condición humana (ARENDDT, 1958) que implica a los grupos, a las instituciones y a los movimientos sociales, pero también, a la intimidad de la clínica, es decir, a aquel orden de encuentro entre un analista y un analizante que en ningún caso habla solo de una relación dual, tal mirada sería superficial, o peor, un velo de un espacio en que el lazo de dos habla también del lugar del tercero, es decir, transferencia mediante, la clínica conlleva un espacio de investigación íntima en que se pone en juego la restitución sensible del lazo social, reescribiendo los marcajes del cuerpo, las posibilidades de las palabras (ACEITUNO; CABRERA, 2014; CABRERA, 2013).

Con lo que estoy señalando, es decir, que a cincuenta años del golpe de Estado es posible la reparación, parcial, pero reparación, siendo relevante la intimidad de la clínica para ello, no planteo un escenario ingenuo, que desconsidere los abusos de poder existentes (MAYOL, 2012). Sino por el contrario, ubico un orden de esperanza, *expectancy* en palabras de Davoine y Gaudellière (2004), que no es igual a ilusión, donde en el enlace a la alteridad se generen movimientos habilitantes. Empero, reitero la importancia de nombrar y pensar el contexto en que vivimos, donde a cincuenta años del golpe ya ni siquiera es tan viable hablar de negacionismo, pues nos enfrentamos a la caída del pudor, la vergüenza o, tal vez, solamente del silencio de aquellos que validan o incluso son nostálgicos de las brutales violencias de la dictadura. Nos enfrentamos a su vez a una actualidad en que se presenta la

justificación de lo injustificable, por ejemplo ¡Qué absurdo es eso de que no hubiera habido Pinochet sin Allende! (GONZÁLEZ, 2023) Pues, sabemos que la responsabilidad es de quien violenta, de quien traiciona haciendo uso perverso de sus privilegios (ARENDRT, 2003; 1953). Y también nos enfrentamos a un Chile en que la impunidad se presenta como un muro indolente y perverso (BOTINELLI, 2007), un Chile en el que aunque han habido reconocimientos significativos a las violaciones a los derechos humanos perpetradas en dictadura, consignados por ejemplo en el Informe de la Comisión Nacional de Reconciliación (MINISTERIO DEL INTERIOR, 1991) y en el Informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura (MINISTERIO DEL INTERIOR, 2005), la impunidad sigue siendo un telón impresentable que quita el piso sobre el que sostenerse (BOTINELLI, 2007); aún más, incluso aunque hubiese mayores condenas, no hay atisbos de responsabilización de los agresores, es decir, no se han posicionado titulares de su violencia, sino que se esconden en pactos de silencio y en elites desafectadas que niegan la humanidad de aquellos que fueron dañados (PINTO; ILLANES, 2019). Junto con ello, venimos de cincuenta años, treinta años, donde se fortaleció el sistema neoliberal (MAYOL, 2012), con el individualismo y la crueldad que conlleva, impactando aún más en las posibilidades de enlaces entre las personas.

No obstante, a pesar de lo referido, hablo de esperanza y de la posibilidad de reparación. De hecho, hace algunos días, junto a Pamela Jeria, médica del Programa de Reparación y Atención Integral en Salud y DDHH en el que trabajo, hablamos de fisuras ante los efectos de violencias totalizantes que imponen significaciones, es decir, grietas que permiten la viabilidad de lo nuevo y, con ello, la posibilidad de un alivio que desafíe el encierro totalizante que genera la violencia extrema (FERNÁNDEZ; JERIA, 2023), que desafíe la repetición propiciada desde marcos que definen a personas de formas macabras (CERTAU, 2002), que imprimen lógicas fijas bajo la pretensión de mantener sentidos denigrantes o, aún más, de extinguir a otros (BUTLER, 2009). Si hablamos de fisuras, siguiendo a Butler (2009) decimos que los andamiajes de la violencia necesitan de la repetición en el tiempo y en el espacio para sostener su producción de significado, por ende, en tanto hay movimiento, es inevitable que se articulen intersticios que abran la posibilidad de reconocimiento humano, siendo el espacio clínico un lugar donde ello es trabajable, o sea, la intimidad plural de la clínica, posibilita encontrar, construir caminos de simbolización en tanto el recorrido de la sesiones y el despliegue de la transferencia (DAVOINE; GAUDELLIÈRE, 2004) permitirá interpelar las significaciones alienantes que tienden a reiterarse (CERTAU, 2002).

Ahora, antes de adentrarnos en la clínica, me gustaría retomar la idea de reparación, más bien de lo reparable y lo irreparable, clave que pienso es posibilidad de trabajo y, por lo tanto, de reconocimiento del otro. Me refiero a que, en conexión a Derrida (2012), lo reparable y lo irreparable no debe ser considerado como un binomio que instale solo una existencia-ausencia, sino como horizonte de posibilidad, pues en la medida que algo se declara irreparable, se sitúa su existencia en el entramado discursivo y social, es decir, al enunciar la imposibilidad se reescribe la necesidad y se figura el trayecto de reparación del daño acontecido. Ello me parece central, pues en la clínica de lo traumático nos vinculamos a un trabajo en que las violencias son de tal extremo, de tal empuje deshumanizador, que implica enfrentarnos a un orden de lo real (ACEITUNO; CABRERA, 2014; POMMIER, 2011), sin embargo, creo que debemos distinguir aquel real de clave lacaniana en que hay un resto que escapa al lenguaje (LACAN, 1962-1963), de aquel que, a propósito de los efectos de la violencia extrema, nos exige a un trabajo que conlleva generar posibilidades de reescritura de aquellos marcajes violentos que han reducido a la persona a significados saturados de menosprecio (CERTAU, 2002), es decir, estamos desafiados a encontrar palabras y afectos que permitan el enlace simbólico y, transferencia mediante, movilizar el encierro de significado en el que quedó una persona aprisionada (COTE, 2011; BUTLER, 2009; CERTAU, 2002).

Lo señalado me parece relevante no solo desde una perspectiva que escuche los efectos traumáticos de la violencia extrema de la dictadura, sino también a propósito de los efectos

de violencias actuales, las que, vía rechazo del otro, insisten en deshumanizar a personas cuyas heridas no han cicatrizado. Es decir, a propósito de estos cincuenta años y el empuje fascista que resuena, se juega también el orden de lo reparable al hacer entrar el lenguaje y su capacidad metonímica y metafórica (D'ELIA; BOURBOULON, 2011), es decir, en la medida que gracias a las posibilidades de las palabras y la sensibilidad (pues me ubico a propósito del despliegue de la transferencia), se restituyan caminos de pensamiento ante acciones y discursos violentos que empujan a personas a posiciones melancólicas o a la idea de que la historia, es decir, el conflicto se acabó, pues, si toda posibilidad de novedad se ha terminado, entonces ya no tendría sentido la escucha ni la palabra. Para ser más explícito, hago referencia a la importancia de trabajar el estatuto de metáfora de la distopía fascista (DEBIEUX, 2023), distanciándonos de su orden de paráfrasis (OLIVERAS, 2021), o sea, que los discursos distópicos fascistas no son la realidad ni un rodeo para describir la realidad, sino construcciones discursivas que presionan a que pensemos que no hay opciones de movimiento (DEBIEUX, 2023). Aspecto fundamental, pues la violencia totalitaria reduce el mundo a un pseudomundo, haciendo caer posibilidades de pensamiento (BIRULÉS, 2007), reducción de lo simbólico que vuelve relevante explorar aquellas falacias, que son metáforas distópicas y, por ende, no son equivalentes a la realidad, falacias aquellos discursos profundamente mentirosos que ubican como pseudo verdad que personas de izquierda, mujeres, clases pobres, o indígenas, tienen la culpa de las violencias que sufren.

De esta forma, propongo que pensar la reparación, esta como condiciones clínicas de simbolización ante los efectos de la violencia extrema (ACEITUNO; CABRERA, 2014), está en la posibilidad de reescribir, y construir junto a pacientes, aperturas de significación que impliquen movimientos a los cierres de sentidos, muchos de ellos distópicos, que la violencia extrema genera. Muestra de ello, son hitos grupales, sociales, que mueven el cerco de lo que es posible de significación (BUTLER, 2009). Por ejemplo, una analizante ante la performance de Las Tesis, la cual vio por televisión, relata que sintió que las mujeres le hablaban a ella, logrando sentir que la violencia extrema sufrida no era su culpa, sino que era de los perpetradores, violencias sexuales además conectadas con la violencia extrema de la dictadura sobre su familia. En este sentido, la performance la situó en un "entre mujeres", dándole salida a la soledad a la que la empujó la violencia, ubicándola entre semejantes que reposicionan las responsabilidades, salida sensible entonces a la imposición discursiva perversa (CERTAU, 2002) en que las mujeres violentadas son las culpables de lo vivido.

Sin embargo, me interesa subrayar la importancia de la clínica, aquel espacio íntimo de trabajo en que es posible articular condiciones de reparación, en tanto dicho espacio puede permitir condiciones de reescritura del lazo social dañado, restituyendo el andamiaje narcisístico y social; matriz, que permite abrir significados ante las totalizaciones distópicas o de reducciones de sentidos macabros (D'ELIA; BOURBOULON, 2011, BUTLER, 2009, CETAU, 2002). Lo planteo, además, ante la necesidad, en el escenario actual cruel, de pensar las posibilidades del trabajo clínico como un espacio en que, transferencia mediante, es factible desarticular cierres de significado, mentiras, o discursos que hablan como si la historia y, por ende, el conflicto, ya no tienen sentido (DEBIEUX, 2023). De esta forma, me interesa subrayar el valor de los espacios clínicos como orden íntimo de investigación que se diferencia de lo privado (ACEITUNO, 2013), distinción importante en la búsqueda de reparación, pues uno de los efectos del énfasis neoliberal chileno es la equiparación de lo íntimo a lo privado y a lo individual, es decir, como si la clínica fuese un espacio clientelar o solo de a dos, en el que no habría cabida al tercer lugar que permite la articulación de una transferencia que reconstruya el lazo social y, con ello, generé condiciones de posibilidad para desmontar significaciones macabras, para encontrar otros sentidos que aquellos abrumadores. Además, pienso relevante pensar el análisis como un espacio de investigación inevitablemente social (ACEITUNO; CABRERA, 2014; PUGET, 2006), en el cual se puede desplegar la singularidad de lo plural, lo que permite un recorrido transferencial que construya el recuerdo de una compañía, transferencia *therapôn*, para Davoine y Gaudellèire (2004), bajo la cual recorrer las zonas de

catástrofe. Orden transferencial, que implica recorrer las vías de reparación a través de pasos sensibles y enlazados.

Pienso que la clínica misma muestra como el espacio de investigación analítico implica posibilidades de reparación, es decir, de restitución del reconocimiento de la condición humana (ACEITUNO; CABRERA, 2014), para la cual es necesario que el o la analizante, transferencialmente acompañado, subvierta los sentidos abrumantes que se le impusieron (CERTAU, 2002).

Para ello, narraré partes de la investigación desarrollada con una analizante, mujer que en su juventud fue secuestrada por militares y sometida a torturas, violencia extrema cuyos andamiajes ideológicos implicaron que fuese forzada a una reducción ontológica referida a dos lugares saturados de sentido por la dictadura, a saber, mala hija y prostituta (BATASZEW, 2015; HINER, 2015; MONTECINO, 2007). La paciente, proveniente de una familia militar, era la díscola del grupo, y una vez que la secuestran es violentada de forma “correctiva”, imprimiendo con actos y palabras una suerte de ontología de “puta” por distanciarse de los cánones marianos asignados para una joven de familia militar; además, se la increpa de mala hija, como destructora de un legado, acusándola de ser una vergüenza para una familia en que primos de ella eran militares en ejercicio.

Cabe señalar que mucha de su producción, en sentido laxo, sintomática, implicó una profunda desconfianza a hombres, expresada esta en sueños traumáticos y en fobias traumáticas. Además, el desarrollo de su vida afectiva y sexual se vio fracturado, evitando la posibilidad de experiencias de pareja, pues estas eran sentirse prostituta y mala hija.

De este modo, ubicaré dos fragmentos de su análisis para expresar cómo la intimidad de la clínica es posibilidad de reparación/restitución que permite desarticular significaciones putrefactas (CERTAU, 2002), así como devolver la calidad de metáfora a distopías (DEBIEUX, 2023).

Por un lado, la paciente en las primeras sesiones me tiene miedo, tiritita y evita mi mirada, e indica: *“no sé para qué vine, me debería ir porque usted me podría hacer algo”*. No obstante, tras el transcurso de sesiones iniciales, en que junto con el miedo ella grita las violencias que sufrió y los síntomas que padece, en una ocasión se fija en que uso barba, y dice: *“los militares no usan barba”*, la misma sesión también acota que mi voz es suave, *“no como la de los milicos”*, voz que posteriormente enlaza también con la voz de su madre, quien, a diferencia de otros familiares no definió su rebeldía como un defecto, sino como cualidad de una personalidad inquieta que encontraba parecida a ella misma.

Los pasajes referidos, hablan de cómo la clínica, en tanto es un espacio de más de a dos, es fisura a la totalidad de significación que la violencia extrema impone (BUTLER, 2009), vía transferencia, la analizante indaga una voz que por un lado permite explorar un orden de feminidad en el hombre que la atiende, acercándola al objeto materno cuyo marcaje tierno sobre ella, le permitió desafiar la presión significativa de mala hija y prostituta. En este sentido, el devenir analítico expresa la articulación de lo reparable en la medida que la paciente, primero bajo el grito de lo imposible le habla a otro la magnitud y la cualidad de aquellas marcas que deben encontrar más palabras y, con ello, retomar las posibilidades de significación propias del enlace significativo.

Por otro lado, como segundo retazo de ese análisis, en sesiones posteriores, y ante la muerte de un dirigente de izquierda, la paciente dice a propósito de frases de políticos de derecha: *“¿Y si de verdad era criminal? Pensaba que no lo era”*. Indica: *“pero dicen que mandó a matar a Pinochet. A lo mejor ellos tienen razón y estamos equivocados. ¿Qué cree usted?”*. La pregunta de Gabriela exige analizar las marcas de dicho dirigente en su vida, las cuales nuevamente la conectan con sus familiares y el odio a los comunistas que, por el hecho de ser tales, bajo la clave totalitaria, podrían ser eliminados (CERTAU, 2002) y, con ello, eliminada

ella también. Ese escenario que se le vuelve nuevamente actual es distópico, es decir, le implica un pseudomundo (BIRULÉS, 2007) en que el pensamiento de izquierda conlleva la muerte, lo que nos exige un trabajo de diferenciación para pensar la actualidad en sus distinciones y similitudes con la dictadura y, con todas las complejidades del presente, pensar la imposibilidad (lógica y ética) de reducir un pensamiento político a una justificación de exterminio. Además, las sesiones requieren diferenciar la rebeldía a un dictador de la matanza a ciudadanos, junto con ello, la pregunta por mi opinión devela una nueva búsqueda de alteridad, transferencia *therapôn* (DAVOINE; GAUDELLIÈRE, 2004), que permita un diálogo que dearticule una prisión, permitiendo el reingreso de posibilidades de significación de sí misma.

En otras palabras, los pasajes mencionados hablan de cómo la entrada de palabras y afectos articulados desde la transferencia posibilitan un orden de lo reparable, en tanto hacen reingresar la potencialidad de las palabras, potencialidad simbólica, y, por ese sendero, la viabilidad del reconocimiento humano desde las bases enlazadas en las que se expresa lo íntimo. Camino, que a cincuenta años del golpe de Estado no es solo trabajo de analizantes, sino también de analistas y profesionales que trabajamos en derechos humanos, para que construyamos condiciones para una escucha que reconozca que el enlace al otro es presente y recuerdo sensible del hecho de vivir junto a otros, lo cual, requiere oídos disponibles (VIÑAR, 2005) al devenir humano que se suscita en medio de escenarios áridos, de conflicto, pero resonantes de vida debido al inevitable latir de las personas, del lazo social.

REFERENCIAS

- ACEITUNO, R. *Memoria de las cosas*. Santiago de Chile: Ediciones del Departamento de Artes Visuales. Facultad de Artes Universidad de Chile, 2013.
- ACEITUNO, R.; CABRERA, P. Elementos introductorios para una clínica de lo traumático y su elaboración. In: CABRERA, P. (Comp.). *Construcciones*. Clínica de lo traumático y figurabilidad. [S.I.]: El Buen Aire, 2014. pp. 13-25. (Colección Praxis Psicológica).
- ARENDT, H. *Eichmann en Jerusalén*. Santiago de Chile: Penguin Random House Grupo Editorial, 1953.
- ARENDT, H. *La condición humana*. Buenos Aires: Paidós, 1958.
- ARENDT, H. *Responsabilidad y juicio*. Buenos Aires: Paidós, 2003.
- BATASZEW, B. Violencia política sexual. Crimen de lesa humanidad. In: DURAN, C. (Ed.). *El continuo de violencia hacia las mujeres*. Santiago de Chile: Red Chilena contra la Violencia hacia las Mujeres, 2015.
- BIRULÉS, F. *Una herencia sin testamento: Hannah Arendt*. Barcelona: Herder Editorial, 2007.
- BOTTINELLI, M. *La impunidad como crimen de lesa humanidad*. San José: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 2007.
- BUTLER, J. *Marcos de guerra*. Las vidas lloradas. Barcelona: Paidós, 2009.
- CABRERA, P. Actualidades del golpe de Estado: memorias, desplazamientos y re-escritura. In: ACEITUNO, R.; VALENZUELA, R. (Eds. e comps.). *Golpe (Vol. 1): 2013-1973*. Santiago de Chile: El Desconcierto, 2013.
- CERTAU, M. *Historia y psicoanálisis*. Entre ciencia y ficción. México D.F.: Universidad Iberoamericana, 2002. (Biblioteca Francisco Xavier Clavigero).
- COTE, A. Lalangue traumatique. In: D'ELIA, H.; BOURBOULON, V. (Eds.). *Langage et violence*. Les effets des discours sur la subjectivité d'une époque. Paris: Centre Primo Levi, 2011.
- D'ELIA, H.; BOURBOULON, V. (Eds.). *Langage et violence*. Les effets des discours sur la subjectivité d'une époque. Paris: Centre Primo Levi, 2011.
- DAVOINE, F.; GAUDELLIÈRE, J. M. *Historia y trauma*. La locura de las guerras. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

- DEBIEUX, M. O que resta da pandemia e da virtualidade escópica. In: ENCUESTRO ANUAL Y PRE-CONGRESO RedIPPOL, "Escuchas situadas: vidas después de la pandemia neoliberal", 2023, Universidad Nacional de Villa María, Villa María, Argentina.
- DERRIDA, J. *Perdonar lo imperdonable y lo imprescriptible*. Santiago de Chile: LOM, 2012.
- FERNÁNDEZ, I.; JERIA, P. Fisuras. Grietas en marcos que encierran y posibilidades de encuentros. In: ENCUESTRO ANUAL Y PRE-CONGRESO RedIPPOL, "Escuchas situadas: vidas después de la pandemia neoliberal", 2023, Universidad Nacional de Villa María, Villa María, Argentina.
- FREUD, S. Más allá del principio del placer. In: FREUD, S. *Obras completas (Vol. XVIII)*. Buenos Aires: Amorrortu, 1920.
- GONZÁLEZ, A. "Sin Allende no hay Pinochet": Macaya (UDI) acusa interés de la izquierda por "resucitar" al dictador. *BioBioChile*, 15 jul. 2023. Disponible em: <https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2023/06/05/sin-allende-no-hay-pinochet-macaya-udi-acusa-interes-de-la-izquierda-por-resucitar-al-dictador.shtml>. Acceso em: 13 jul. 2024.
- GUERRERO, O. Traumatisme et altérité. In: CAPOGNA-BARDET, G. (Ed.). *Clinique du trauma*. Toulouse: Éditions Érès, 2014.
- HINER, H. "Fue bonita la solidaridad entre mujeres": género, resistencia y prisión política en Chile durante la dictadura. *Estudios Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 867-892, 2015.
- LACAN, J. *El seminario de Jacques Lacan (Libro X)*. La angustia. Buenos Aires: Paidós, 1962-1963.
- LACAPRA, D. *Historias en tránsito*. Experiencia, identidad, teoría crítica. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- LIRA, E. *Psicología y violencia política en América Latina*. Santiago de Chile: Ediciones Chile América CESOC, 1994.
- LIRA, E.; LOVEMAN, B. *Políticas de reparación*. Chile 1990-2004. Santiago de Chile: LOM, 2005.
- MAYOL, A. *El derrumbe del modelo*. La crisis de la economía de mercado en el Chile contemporáneo. Santiago de Chile: LOM, 2012.
- MINISTERIO DEL INTERIOR. Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Santiago de Chile: Edición Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación, 1991.
- MINISTERIO DEL INTERIOR. Informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura. Santiago de Chile: Edición de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura, 2005.
- MONTECINO, S. *Madres y huachos*. Alegorías del mestizaje chileno. Santiago de Chile: Catalonia, 2007.
- OLIVERAS, E. *La metáfora en el arte*. Fundamentos y manifestaciones en el siglo XXI. Buenos Aires: Paidós, 2021.
- PINTO, J.; ILLANES M. *Largas sombras de la dictadura: a 30 años del plebiscito*. Santiago de Chile: LOM, 2019.
- POMMIER, F. *Lo extremo en psicoanálisis*. Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2011. (Colección Praxis Psicológica. Serie Psicoanálisis y Cultura).
- PUGET, J. Violencia social y psicoanálisis. De lo ajeno estructurante a lo ajeno-ajenizante. In: PUGET, J.; KAËS, R. (Comps.). *Violencia de estado y psicoanálisis*. Buenos Aires: Lumen, 2006. pp. 21-65.
- VIÑAR, M. Especificidad de la tortura como trauma. El desierto humano cuando las palabras se extinguen. *Revista uruguaya de psicoanálisis*, n. 44, p. 1-18, 2005. Disponible em: http://www.apuruguay.org/revista_pdf/rup100/100-vinar.pdf. Acceso em: 12 jul. 2024.

NARRAR, REMEMORAR E ELABORAR: O DEVER DA MEMÓRIA

NARRATING, RECALLING, AND ELABORATING: THE DUTY OF MEMORY

NARRAR, RECORDAR Y ELABORAR: EL DEBER DE LA MEMORIA

Giordanna Conte Indursky¹

Resumo: A memória se tornou objeto de estudo em diferentes campos do saber, impulsionado pelos cenários de excesso e exceção que marcaram o século XX. A narrativa construída sobre os eventos passados é um território de constante disputa, na medida em que exerce um poder sobre o que será ou não inscrito na memória individual e coletiva, o que deixará rastro. Este trabalho visa refletir sobre como os tempos da história – passado, presente, futuro – se articulam e podem promover mudanças tanto na direção do que já se passou quanto na direção do que está por vir. Nesse sentido, o testemunho se apresenta como ferramenta fundamental para permitir que os sujeitos recuperem a palavra, possam elaborar seus traumas, assim como transmitir e produzir marcas de memória. Utilizo o filme *Argentina, 1985* para pensar sobre as diferenças entre uma política de memória e justiça, em contraponto à política de esquecimento e impunidade imposta pela autoanistia, no cenário brasileiro.

Palavras-chave: História. Passado. Trauma. Memória. Testemunho.

*Abstract: Memory has become the subject of study in different fields of knowledge, driven by the scenarios of excess and exception that marked the 20th century. The narrative constructed about past events is a territory of constant dispute, as it exerts power over what will or will not be inscribed in individual and collective memory, which will leave a trace. This work aims to reflect on how the times of history – past, present, future – articulate and can promote changes both in the direction of what has already happened and in the direction of what is to come. In this sense, testimony emerges as a fundamental tool to allow individuals to reclaim their voice, elaborate on their traumas, as well as transmit and produce memory marks. I use the film *Argentina, 1985* to think about the differences between the politics of memory and justice, in contrast to the politics of forgetting and impunity imposed by self-amnesty in the Brazilian scenario.*

Keywords: History. Past. Trauma. Memory. Testimony.

Resumen: La memoria se ha convertido en objeto de estudio en diferentes campos del saber, impulsada por los escenarios de exceso y excepción que marcaron el siglo XX. La narrativa construida sobre los eventos pasados es un territorio de constante disputa, en la medida en que ejerce un poder sobre lo que será o no inscrito en la memoria individual y colectiva, lo que dejará rastro. Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre cómo los tiempos de la historia – pasado, presente, futuro – se articulan y pueden promover cambios tanto en la dirección de lo que ya ha pasado como en la dirección de lo que está por venir. En este sentido, el testimonio se presenta como una herramienta fundamental para permitir que los

¹ Psicóloga (PUC-RS). Especialista em Saúde Mental Coletiva (ESP-RS). Membro associado da Sigmund Freud Associação Psicanalítica (SIG). Membro do Projeto Sig Intervenções (SIG). ORCID: 0009-0009-3148-7126. E-mail: giordanna.ci@gmail.com

sujetos recuperen la palabra, puedan elaborar sus traumas, así como transmitir y producir marcas de memoria. Utilizo la película Argentina, 1985 para pensar sobre las diferencias entre una política de memoria y justicia, en contraposición a la política de olvido e impunidad impuesta por la autoamnistía, en el escenario brasileño

Palabras clave: Historia. Pasado. Trauma. Memoria. Testimonio.

ARTICULAÇÕES INICIAIS

A memória se tornou objeto de estudo central em diferentes campos do saber, impulsionado pelos cenários de exceção e excesso que marcaram o continente europeu, africano e latino-americano, ao longo do século XX. A convocatória para escrita deste trabalho vai ao encontro dessa temática, na medida em que se busca a produção de um dossiê para a *re-memoração* dos 60 anos do golpe civil-militar brasileiro. Sinto-me imbuída do desafio de tecer algumas considerações a respeito desse tema, na medida em que tive o privilégio de fazer parte da 2ª edição do projeto de reparação psíquica Clínicas do Testemunho, vinculado ao Ministério da Justiça, numa parceria entre a Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA) e a Sigmund Freud Associação Psicanalítica (SIG), nos anos de 2016 e 2017, período que iniciava meu percurso como analista. Passados alguns anos dessa vivência intensa, percebo o quanto ter estudado os temas relacionados aos anos de chumbo de nosso país, como também ter escutado e ter sido tocada pelos testemunhos dos afetados direta e indiretamente pela violência de Estado, foi de fato uma experiência transformadora enquanto psicanalista e cidadã.

Confesso que lá em 2016, quando ingressei no projeto, escutava os testemunhos com uma certa distância, afinal de contas, era uma filha da democracia, havia nascido após a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. E vale ressaltar: minha condição de mulher branca, de classe média, faz com que eu não sofra na pele as violências que sempre estiveram presentes em nosso país, desde a barbárie de seu suposto descobrimento. Portanto, naquele momento, era difícil conceber como o Estado, que supostamente deveria amparar, proteger e criar condições para o acesso à saúde, à educação, à segurança, era quem privava seus cidadãos dessas prerrogativas e os desumanizava através de políticas institucionais de violência e terror, fazendo uso da censura, de perseguições políticas, tortura e desaparecimentos forçados.

Não tardou, no entanto, para que aquilo que julgava ser distante passasse a dar sinais. Após o golpe de Temer em 2016, aqueles direitos constitucionais começaram a ser questionados e desmantelados dentro e pelo próprio Estado, que antes os havia garantido. No momento em que o país trilhava seus primeiros passos dentro da Justiça de Transição e dava luz e voz aos testemunhos sobre os crimes de lesa-humanidade, tais iniciativas foram interrompidas. Pergunto-me, o que ficou tão difícil de suportar escutar e sustentar?

Tais movimentos culminaram na eleição do capitão reformado Jair Bolsonaro, que ganhou maior projeção nacional após votar pelo impeachment de Dilma Rousseff, em nome de “seu maior pesadelo”, o torturador coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Passamos por uma pandemia com um governo que negava a ciência, que era indiferente às mortes – majoritariamente de pessoas pretas e pobres –, e que estava colocando em curso um genocídio contra o povo Yanomami, a fim de facilitar o garimpo ilegal em terras indígenas. Enfrentamos uma disputa eleitoral marcada pelo uso do governo sobre o aparato policial, com o objetivo de criar barreiras em zonas onde seu adversário havia ganho expressivamente no primeiro turno, culminando em uma tentativa de golpe de Estado, articulada junto a militares de alta patente. Esta é a mesma instituição que golpeou nossa democracia durante 21 anos e que, devido à autoanistia, não passou por uma reelaboração de valores e condutas após a redemocratização.

Nesse sentido, a partir dos conceitos de história, passado, trauma e memória, proponho refletir sobre o atual contexto político de nosso país como um efeito do silenciamento sobre as violências de Estado, durante o período da ditadura civil-militar de 1964. Utilizo o filme

Argentina, 1985 como ponto de partida para discutir a importância de uma política oficial de memória e justiça, em contraponto à política de esquecimento imposta pela autoanistia brasileira. Após 60 anos, qual a importância de voltarmos nosso olhar para o passado? Qual a necessidade de rememoração?

COSTURAS ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO

Foi a partir da abertura para a escuta do que era silenciado pela sociedade e pela cultura vitoriana do final do século XIX que Sigmund Freud subverteu os estudos sobre as doenças mentais – que na época eram tomadas como afecções orgânicas – e elaborou sua teoria sobre a constituição psíquica dos sujeitos, a sexualidade infantil e o inconsciente. O fundador da psicanálise muito se ocupou na escuta das histórias de seus analisandos, numa tentativa de compreender desde onde estes falavam e, nesse sentido, em que solo se calcavam seus sofrimentos e sintomas. Pôde perceber, então, que entre um fato vivido e a forma como esse era experienciado pelo sujeito, existia uma distância, e essa distância era marcada pela realidade psíquica de cada um, afastando-se de uma concepção linear e causal dos sintomas. Em *Estudos sobre a histeria* (2016), Freud trabalha a etiologia da neurose como um processo desencadeado em dois tempos, subvertendo a noção de temporalidade, na medida em que um segundo evento, a posteriori, ressignifica uma vivência passada.

Marcado pelo cenário da guerra, Walter Benjamin ampliou tal discussão para o campo coletivo e refletiu sobre a construção da representação do passado. O filósofo, em seu ensaio intitulado *Sobre o conceito de história* (2012), faz uma crítica ao historicismo, que a partir de um paradigma objetivo e positivista, tende a tomar a história a partir de uma sequência estanque e linear de fatos que, supostamente, revelariam uma verdade universal, uma “imagem ‘eterna’ do passado” (p. 250). No entanto, Benjamin chama a atenção para o fato de que a história é sempre articulada e narrada a partir do método de empatia com o discurso dos vencedores, privilegiando os dominadores e seus herdeiros, e afirma que “Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie” (p. 245). Por essa perspectiva, Benjamin provoca a pensar sobre o dever ético do processo de transmissão na construção da representação do passado, sempre em articulação com o tempo presente e futuro, na medida em que um pode ressignificar o outro. Para isso, lança mão da figura do materialista histórico que, no contraponto ao historicista, permite-se observar com distanciamento e reconhecer os restos de barbárie carregados pelos bens culturais. E nesse sentido, amplia o conceito de história e passado, na medida em que reconhece que:

articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “tal como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem” (p. 243).

Assim como Benjamin, Freud também foi atravessado pela realidade da guerra e ampliou seu arcabouço teórico a partir do encontro com combatentes que voltavam emudecidos dos fronts de batalha e presos em seus sonhos de angústia. Tais eram os efeitos do excesso de energia que transbordava, paralisava e empobrecia o funcionamento do aparelho psíquico daqueles sujeitos, num registro *mais além do princípio do prazer*, tendo a compulsão à repetição como expressão de seu funcionamento (FREUD, 2010a). O traumático impossibilita que haja uma ligação da energia e uma inscrição da vivência no circuito de representações articuladas, transtorna a relação de tempo habitual e aprisiona o sujeito em um presente perpétuo, absoluto, que não é passível de representação. Um passado que nunca passa (KNOBLOCH, 1998).

Jeanne Marie Gagnebin ressalta a injunção ético-política de “não deixar o passado cair no esquecimento” (2009b, p. 53), sem que isso signifique produzir uma narrativa épica e triunfante sobre a história. Pelo contrário, retoma a figura do narrador a partir da imagem do

catador de lixo, que “recolhe os cacos, os restos e os detritos, motivado pela pobreza, certamente, mas também pelo desejo de não deixar nada se perder” (p. 53-54). É uma posição marcada pela fidelidade com o passado e com os mortos. A autora traz para o debate o cenário do genocídio armênio, que até os dias de hoje é desmentido pelos perpetradores e ignorado pela ampla comunidade política internacional.

É como se houvesse herdeiros de mortos, que simbolicamente falando, nunca existiram, que não pertenceram aos vivos e não podem, portanto, pertencer hoje aos mortos, tornando seu luto tão difícil – uma dificuldade análoga, quase uma impossibilidade, atormenta os familiares dos “desaparecidos” na América Latina (GAGNEBIN, 2009b, p. 56).

A autora lança luz para aquilo que é desmentido e, conseqüentemente, silenciado, assim como Ferenczi, que trabalha o trauma a partir do prisma da confusão de línguas entre o adulto e a criança em situação de abuso. Para ele, o traumático não seria decorrente do evento em si, mas de um segundo tempo, no qual a vivência e as percepções da criança não são reconhecidas como tais (FERENCZI, 1992). Nesse ponto, considero que os quatro autores dialogam. Por um lado, há o silenciamento decorrente da impossibilidade de os soldados encontrarem palavras para narrar suas experiências, de assimilar e elaborar o excesso do trauma e, conseqüentemente, inscrever tais vivências no circuito representacional. Por outro lado, há o perigo de que não haja quem escute, reconheça e inscreva na memória coletiva isso que, paradoxalmente, é da ordem do inenarrável e do resto, produzindo, assim, um duplo silenciamento.

A partir do questionamento sobre esse último perigo, esse medo compartilhado por tantos sobreviventes do Holocausto de não serem escutados, ou pior, de serem desacreditados, Gagnebin (2009b, p. 57) chama atenção para a criação de um espaço simbólico que permite romper com o par mortífero torturador-torturado, assassino-assassinado, algoz-vítima, restaurando a circulação da palavra. Esse espaço conta com a introdução de um terceiro, testemunha da testemunha, aquele que não vai embora e suporta escutar o que é da ordem do excesso. Fica não por culpa ou compaixão, mas por reconhecer que só assim é possível haver algum tipo de transmissão e inscrição do passado no presente, possibilitando a interrupção do ciclo da compulsão à repetição, a produção de uma marca de alteridade, que abre uma brecha para um futuro diferente. O processo testemunhal é marcado por esse duplo movimento, que entrelaça o individual e o coletivo, produzindo um efeito simbólico em ambos.

POLÍTICA DE MEMÓRIA, NA ARGENTINA DE 1985

Trago o filme *Argentina, 1985* (2022) como uma forma de ilustrar alguns elementos importantes nessa tarefa de escuta dos restos para a construção de uma memória coletiva. O filme retrata os desafios pessoais e políticos do procurador Júlio César Strassera e seu procurador-adjunto, Gabriel Moreno Ocampo, ao conduzirem o Julgamento das Juntas, no contexto da transição democrática, após sete anos de uma “feroz, clandestina e covarde” ditadura civil-militar – adjetivos utilizados pelo procurador. Este se deparou com a difícil tarefa de conduzir o julgamento – em um tribunal civil – dos líderes das três forças militares e demonstrar como as diferentes violações de direitos humanos tinham uma ação institucional coordenada em todo território nacional, a fim de responsabilizar não só os executores, como seus mandantes. O filme retrata como os agentes da repressão seguiam influenciando a narrativa oficial sobre os acontecimentos da ditadura, a partir do discurso de que os excessos foram necessários para conter os “inimigos” da pátria e, dessa forma, revitimizavam os afetados pela violência de Estado, como se esses fossem os criminosos. Para romper com esse discurso dos dominadores, a estratégia utilizada pela equipe foi de viajar pelo país para escutar e reunir milhares de testemunhos, que se mostraram fundamentais para fornecer evidências sobre as práticas de tortura, execuções e desaparecimentos forçados. Tais histórias obtiveram alto alcance nacional, na medida em que o julgamento contou com testemunhos dados em juízo,

posteriormente divulgados para a população. O clímax do filme se dá no testemunho (real) de Adriana Calvo de Laborde, ao narrar o parto de sua filha, em condições de tortura, retratando um movimento de virada, no qual a sociedade civil – majoritariamente cristã e conservadora, e representada no filme através da personagem mãe de Ocampo – reconhece a necessidade de justiça e punição dos generais.

Nesse ponto, acho importante ressaltar alguns elementos para pensarmos o processo testemunhal. Os promotores assumiram a posição do *narrador sucateiro* ao fundamentarem seu caso a partir dos fragmentos das histórias daqueles indivíduos assujeitados pelo Estado, rompendo com o discurso “oficial”. Nesse mesmo movimento, ocuparam também o lugar de *testemunha da testemunha*, possibilitando que esses indivíduos recuperassem suas posições de sujeitos de fala e pudessem narrar e testemunhar as violações sofridas. O promotor, em suas alegações finais, fala sobre esse lugar de terceiro, de quem fica e se deixa afetar pelo o que escuta, apontando para aquilo que é da ordem do traumático e para o trabalho de elaboração e simbolização necessário:

este processo significou, para aqueles de nós que tivemos o doloroso privilégio de conhecê-lo intimamente, uma espécie de decida às zonas mais tenebrosas da alma humana, onde a miséria, a abjeção e o horror registram profundidades *difíceis de imaginar antes e de compreender depois* (ARGENTINA, 1985, 2022, tradução e grifos da autora).

Foi a partir da narrativa de histórias individuais e, a princípio, isoladas, que os promotores puderam costurar uma narrativa coletiva sobre o período ditatorial, com uma fidelidade ao passado, aos violentados e mortos. Mas há um aspecto fundamental para que a sociedade argentina tenha construído e se apropriado dessa narrativa. Esse aspecto tem a ver com o reconhecimento oficial do Estado, que se permitiu olhar para suas feridas e julgar os representantes dos crimes de lesa-humanidade, reposicionando os lugares que haviam sido distorcidos pela narrativa militar. Os violentados estão no lugar de vítimas, não de culpados, e os algozes no lugar de violadores. A cena final do filme retrata o momento em que o procurador Strassera está lendo suas alegações finais e descreve de maneira contundente a importância da quebra do silenciamento em prol da memória e da justiça:

Nós, argentinos, tentamos obter a paz baseando-nos no esquecimento, e falhamos... Tentamos buscar a paz por meio da violência e do extermínio do adversário, e nós falhamos... A partir deste julgamento e da sentença que defendo, temos a *responsabilidade de fundar uma paz baseada não no esquecimento, mas na memória, não na violência, mas na justiça*. Quero usar uma frase que não me pertence, porque já é de todo o povo argentino. Juízes: *“Nunca mais”* (ARGENTINA, 1985, 2022, tradução e grifos da autora).

Enquanto espectadora, foi difícil não me emocionar junto com o tribunal, que vibrava e aplaudia essas palavras que marcaram a história do povo argentino². O procurador pôde transmitir de forma sensível a importância sobre o estudo da história e da memória, tirando o passado de um lugar estancado e empoeirado e o reposicionando como peça fundamental para a construção de um futuro diferente. *Nunca mais*. Como não me emocionar, na medida em que o filme escancara aquilo que não foi possível ser feito no Brasil?

POLÍTICA DE ESQUECIMENTO, NO BRASIL DE 1979

Na contramão dos outros países do Cone Sul – que puderam olhar para seus mortos e feridos e julgar os crimes de lesa-humanidade –, o Estado brasileiro impôs uma política de esquecimento, a partir da promulgação da Lei de Anistia n.º 6.683 (BRASIL, 1979). A análise

² O filme foi fiel às alegações lidas pelo promotor Strassera no dia do julgamento.

de discurso produzida por Freda Indursky (2014) sobre o processo de elaboração dessa lei é fundamental para compreensão do controle semântico utilizado pelos generais, para que no fim das contas tanto os torturados quanto os torturadores fossem anistiados, sem que isso estivesse diretamente escrito em nenhum artigo ou parágrafo da lei. Trago alguns trechos da lei, para que se possam observar as produções de sentidos provocadas por ela:

Art 1º É concedida anistia a *todos quantos*, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram *crimes políticos ou conexos com estes*, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos servidores dos poderes legislativo e judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e complementares.

§1º Consideram-se *conexos*, para efeito deste artigo, os crimes de *qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política* (grifos da autora).

Freda Indursky (2014), a partir desse recorte, trabalha com o que chama de “pontos de fuga, os pontos através dos quais os sentidos deslizaram” (p. 225). O primeiro se dá a partir da definição de que a anistia é concedida aos que *cometeram crimes políticos e conexos com esses*; dessa forma, “se alguém era enquadrado no que os ditadores entendiam como um *crime político*, ao ser preso e torturado, o torturador estava realizando um ‘*crime conexo*’ com o crime político” (p. 225), e a partir dessa leitura, o torturador só cometeu seu crime em consequência do crime do primeiro, invertendo as responsabilidades, “razão pela qual era justo anistiá-lo, pois era tão vítima quanto sua vítima” (p. 225). O segundo ponto trata de um reforço do primeiro, na medida em que o parágrafo primeiro caracteriza *conexos* como *crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos*. Indursky (2014) chama atenção para que o uso da palavra *qualquer* produz um efeito de indeterminação, igualando a natureza dos crimes, como se os crimes de lesa-humanidade não possuíssem um caráter específico; “não podem ser equivalentes atos de quem resiste à ditadura e atos que, ao abrigo da ditadura, atacam pessoas impedidas de se defender” (p. 227).

Faz-se necessário marcar uma diferença entre um esquecimento, digamos, natural, próprio do movimento psíquico de cada sujeito, e um esquecimento imposto. Padrós (2014) marca que para que se possa esquecer algo, é preciso, primeiro, poder criar uma memória, uma representação, para que, então, seja possível o esquecimento. Movimento necessário, inclusive, para a produção de novos sentidos. Em contrapartida, quando se fala de *imposição* de esquecimento, não há produção de memória, há um apagamento do rastro, aquele que “inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente”, evidenciando sua fragilidade (GAGNEBIN, 2009a, p. 44).

Nesse sentido, a autoanistia concedida pela letra da lei deixou a memória do período ditatorial em um limbo, “como se estivessem ‘fora da memória’” (PADRÓS, 2014, p. 200), impedindo uma elaboração tanto no âmbito individual, dos afetados direta e indiretamente, quanto no social, a partir de uma construção de memória coletiva sobre o período. Um bem cultural marcado pela barbárie.

ENTRE AS BRECHAS, O BRASIL DE 2024

Durante o governo Bolsonaro, a narrativa denegadora sobre a história da ditadura tomou cada vez mais força. Autorizou que a data do golpe fosse comemorada pelos quartéis do país, além de servir como argumento para novas condutas autoritárias. Através do uso de artifícios legais, o ex-presidente partiu em uma intentona golpista, tão bem descrita por Ana

Clara Costa (2023), em sua reportagem investigativa “A teia do golpe”³. No momento em que estamos tomando conhecimento dessas articulações que, no dia 8 de janeiro de 2023, levaram uma parcela da população civil a invadir a sede dos três poderes – com apoio de militares, políticos e empresários –, o ex-presidente Jair Bolsonaro, em fevereiro de 2024, realizou um ato em nome de uma suposta democracia. Em seu discurso, disse: “eu quero *passar uma borracha no passado para pacificar*”. Tal pedido de apagamento é endossado pelo PL 5.064 (BRASIL, 2023), encaminhado pelo ex-vice-presidente e atual senador general Mourão, que visa conceder *anistia* para os acusados e condenados pelas “manifestações” na praça dos três poderes, em 8 de janeiro de 2023. Chamo atenção para isso que se anuncia, através do pedido de anistia atual, como uma repetição da política de esquecimento herdada de 1964.

Ato contínuo, em uma entrevista para o jornalista Kennedy de Alencar, o atual presidente Luís Inácio Lula da Silva é questionado sobre como iria tratar a data dos 60 anos do golpe de 64 e responde:

Eu, sinceramente, vou tratar da forma mais *tranquila* possível. Eu estou mais preocupado com o golpe de 8 de janeiro de 2023 do que com 64. [...] *O povo já conquistou o direito de democratizar esse país*. Os generais que estão hoje no poder eram crianças naquele tempo. Alguns acho que não tinham nem nascido ainda naquele tempo. O que eu não posso é não saber tocar a história para frente, ficar remoendo sempre, remoendo sempre, ou seja, *é uma parte da história* do Brasil que a gente *ainda não tem todas as informações, porque tem gente desaparecida ainda*, porque tem gente que pode se apurar. Mas eu, sinceramente, *eu não vou ficar remoendo e eu vou tentar tocar esse país pra frente* (BRASIL, 2024, grifos da autora).

Grifei alguns pontos que me chamaram atenção na fala do presidente, pois me parece que carregam algumas contradições. Ao mesmo tempo que Lula colocou que o povo *já conquistou o direito de democratizar* o país, disse que está mais preocupado com a tentativa de golpe atual, o que aponta para a compreensão sobre a fragilidade de nossa democracia. Quando o presidente disse que os generais de hoje não são os mesmos daquele tempo, será que não reconhece uma ligação do passado com o presente? Do que foi herdado e transmitido nessa instituição que nunca pôde se responsabilizar e se reavaliar? Minha hipótese é que o presidente reconhece, sim, no entanto cai na narrativa da conciliação, sem perceber a armadilha em que está colocando a si e ao país. Indursky (2023) alerta para o deslizamento de sentido que “conduz pacificação à impunidade [...] produz o efeito de sentido de manutenção dos mesmos pressupostos ideológicos que conduzem ao continuísmo dos privilégios das classes dominantes de direita/extrema-direita”. Ou seja, da mesma forma que Lula quer lidar de forma *tranquila* com essa parte obscura da história, Bolsonaro quer *passar uma borracha para pacificar*. Ambas as falas são efeitos da política estatal de esquecimento que segue operando na direção da impunidade.

Isso conduz a outro ponto que me chamou atenção na fala do presidente, quando disse que não ficaria *remoendo* essa parte da história, que queria tentar *tocar o país pra frente*. Ao mesmo tempo que disse que o golpe de 64 é uma parte da história, também falou sobre não possuímos todas as informações, na medida em que *há gente desaparecida ainda, gente que pode se apurar*. Ora, parece que o presidente reconhece, então, que para essas pessoas e familiares, o passado não pôde ficar no passado, na medida em que *ainda* se trata de ferida aberta. Não houve o reconhecimento da morte, elas *seguem* desaparecidas. Retomo o texto de Freud, *Luto e melancolia* (2010b), quando descreve a importância da prova de realidade

³ Não faltam exemplos sobre as condutas autoritárias do ex-presidente ao longo de seus 28 anos como parlamentar e durante seus quatro anos na presidência do país, mas não pretendo me estender sobre isso. Deixo como sugestão o episódio sobre Bolsonaro no Podcast Autoritários, da *Folha de São Paulo*, além da reportagem acima citada.

como elemento necessário para colocar em curso o trabalho de luto. É a partir do reconhecimento que o objeto amado não existe mais que o sujeito poderá dar início ao intenso processo de investimento e desinvestimento presente no trabalho do luto. “O não saber da morte, mantém o morto vivo” (CONTE, 2020), ponto fundamental para pensarmos nas condições necessárias para a elaboração dos traumas individuais e da nação.

Gagnebin (2009c) retoma algumas reflexões de Adorno, no contexto da reconstrução da Alemanha após o nazismo, sobre o dever da memória para que nada de semelhante se repita e, nesse sentido, marca uma diferença entre *comemoração* e *rememoração*. A primeira desliza para um espaço vazio, sem produção de novos sentidos, como comemorações religiosas ou celebrações de Estado. Já a rememoração:

em vez de se repetir aquilo que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos [...] para dizer com hesitações, solavancos e incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança, nem às palavras [...] Não se trata somente de não esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente (GAGNEBIN, 2009b, p. 55).

A partir dessa leitura, pode-se perceber uma diferença entre *remoer* e *rememorar*. O primeiro indica um movimento na direção ao passado, mas numa posição estanque, sem a possibilidade de produções de novos sentidos. Já o *rememorar* indica um movimento em direção ao passado, mas com abertura para que os testemunhos possam advir. Esse movimento não é estanque, na medida em que possibilita a produção de novas narrativas e transmissão de novos sentidos, na direção da elaboração e da construção de um novo futuro. *Rememorar* possibilitaria *tocar o país pra frente*.

Nesse ponto, gostaria de retomar uma cena inicial do filme *Argentina, 1985* (2022), na qual o promotor Strassera está conversando com um amigo sobre as dificuldades de iniciar o julgamento. “Justo agora?”, perguntava-se. “Nesse momento que todos sabem que estão negociando com os militares?” Seu amigo concorda e diz: “Entra um novo governo que diz que vai mudar as coisas e imediatamente coloca os mesmos filhos da puta de sempre”. Porém, acrescenta: “Algo pode dar errado. Alguém pode se descuidar. E aparece um espaço mínimo. Uma brecha. Isso! Se abre e se fecha. E se fecha rápido”. Ele adverte: “E nesse momento, você precisa estar lá dentro, e aí então... aí então se pode fazer coisas... o que não pudemos fazer durante a ditadura”. Essa brecha, tal como o movimento de abertura e fechamento próprios do inconsciente, aponta para um momento: o presente, “o tempo presente é o tempo de conjugação de esquecimento. Este, só pode ocorrer no presente, da mesma forma que o passado se perde ou se recupera no presente. Isso coloca um problema pertinente: Como lembrar? Como transmitir o que é recordado?” (PADRÓS, 2014, p. 199). Essas não são perguntas retóricas. Faz-se necessário pensar de que forma vamos aproveitar as brechas. A data dos 60 anos do golpe teria sido uma abertura importante para que o Estado pudesse se dirigir ao nosso passado. No entanto, parece que uma nova brecha está se abrindo. Nesse momento em que estamos tomando conhecimento das articulações dessa nova tentativa de golpe, pela primeira vez em nosso país, militares estão sendo chamados a prestar depoimentos na justiça comum, frente a civis. Assim, faz-se importante lembrar da questão levantada por Benjamin:

Não existem, nas vozes a que agora damos ouvidos, ecos das vozes que emudeceram? [...] Se assim é, foi-nos concedida, como a cada geração anterior à nossa, uma *frágil força messiânica* para qual o passado dirige um apelo (BENJAMIN, 2012, p. 242, grifos da autora).

Se pudermos nos dirigir de outra forma para essa atual tentativa de golpe, estaremos também nos dirigindo àquelas vozes que outrora foram emudecidas, além de trabalhar na construção e na transmissão de memória que possibilitem uma nova perspectiva de futuro. Será que vamos conseguir aproveitar a brecha e romper com a política de silenciamento e

esquecimento e promover uma política baseada na ética da memória? Gostaria de ter resposta para essa pergunta, no entanto, ela só poderá ser respondida a posteriori. Nesse meio-tempo, a aposta possível é na ampliação dos espaços simbólicos para que a palavra possa circular e o testemunho possa deixar seus rastros, na esperança de que haja quem possa ficar, escutar e transmitir.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA, 1985. Direção: Santiago Mitre. Argentina: Infinity Hill, Kenya Films, Amazon MGM Studios, *La unión de los ríos*, 2022. 140 min.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 241-252. (Série Obras Escolhidas, v. 1).

BRASIL. Governo Federal. *Entrevista do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva à RedeTV*. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevista-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-a-redetv>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRASIL. *Lei n.º 6.683*, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 28 ago. 1979. p. 12265.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei n.º 5.064*, de 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/160575>. Acesso em: 11 abr. 2024.

CONTE, Barbara. O trabalho do luto e os ritos coletivos. *Sig Revista de Psicanálise*, v. 17, n. 2, p. 11-17, 2020.

COSTA, Ana Clara. A teia do golpe. *Revista Piauí*, v. 201, p. 14-27, jun. 2023.

FERENCZI, Sandor. Confusão de língua entre os adultos e a criança [1933]. In: FERENCZI, Sandor. *Obras completas: psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer [1920]. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas (Vol. 14): 1917-1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. p. 161-239.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas (Vol. 12): 1914-1916*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. p. 170-194.

FREUD, Sigmund. Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas (Vol. 2): 1893-1895*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 18-38.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história e testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009b. p. 49-57.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O que significa elaborar o passado? In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009c. p. 97-105.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009a. p. 39-47.

INDURSKY, Freda. Da demanda por anistia à anistia nunca mais: movimentos dos sujeitos pela espessura da linguagem. In: *MARCAS DA MEMÓRIA*, 6., 2023, Tubarão.

INDURSKY, Freda. Uma análise discursiva da lei de anistia e seus efeitos de sentido. In: CRIAÇÃO HUMANA. *Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Sigmund Freud Associação Psicanalítica, 2014. p. 213-236.

KNOBLOCH, F. *O tempo do traumático*. São Paulo: EDUC, 1998.

PADRÓS, Enrique Serra. A história e a memória confiscada: o tempo presente e as ditaduras de segurança nacional. In: CRIAÇÃO HUMANA. *Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Sigmund Freud Associação Psicanalítica, 2014. p. 193-210.

O GOLPE DE 1964: UM GOLPE CONTRA EROS

THE 1964 COUP: A COUP AGAINST EROS

EL GOLPE DE 1964: UN GOLPE CONTRA EROS

Heliete Karam¹

Resumo: Este testemunho concerne ao impacto do golpe civil-militar de 1964 sobre a subjetividade dos trabalhadores e considera que, a partir daí a violência psicológica no trabalho (campo privilegiado de experimentação das novas formas de dominação) vem sofrendo metamorfoses de alcance cada vez mais nocivo por meio de modelos de gestão cujo foco é a dessubjetivação dos trabalhadores em nome da “produtividade”. Entre os dois casos clínicos apresentados, há uma distância de 36 anos que nos permite constatar o agravamento vertiginoso dos riscos dessa violência no trabalho para a psique humana e a pólis.

Palavras-chave: Golpe de Estado de 1964. Trabalho. Subjetividade. Violência psicológica. Dessubjetivação.

Abstract: This testimony deals with the impact of the 1964 civil-military coup on the subjectivity of workers and considers that, since then, psychological violence at work (a privileged field for experimenting with new forms of domination) has undergone metamorphoses of increasingly harmful scope through management models whose focus is the desubjectivization of workers in the name of “productivity”. Between the two clinical cases presented, there is a gap of 36 years that allows us to see the vertiginous worsening of the risks of this violence at work for the human psyche and the polis.

Keywords: 1964 coup d'état. Work. Subjectivity. Psychological violence. Desubjectivation.

Resumen: Este testimonio se refiere al impacto del golpe cívico-militar de 1964 en la subjetividad de los trabajadores y considera que, desde entonces, la violencia psicológica en el trabajo (campo privilegiado de experimentación de nuevas formas de dominación) ha sufrido metamorfosis cada vez más nocivas a través de modelos de gestión centrados en la desubjetivación de los trabajadores en nombre de la "productividad". Entre los dos casos clínicos presentados hay un intervalo de 36 años que permite constatar la vertiginosa agravación de los riesgos de esta violencia en el trabajo para la psique humana y la pólis.

Palabras clave: Golpe de 1964. Trabajo. Subjetividad. Violencia psicológica. Desubjetivación.

¹ Assistente social psiquiátrica, mestre e doutora em psicologia clínica, membro ativo da Associação Internacional dos Especialistas em Psicodinâmica do Trabalho e integra o Coletivo Testemunho e Ação da Sigmund Freud Associação Psicanalítica (Porto Alegre). Exerce a clínica do trabalho junto às instituições públicas brasileiras. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9865-490>. E-mail: helietemaria@gmail.com

MEU TESTEMUNHO

O que tenho a dizer é hoje menos sobre mim do que a partir de mim. Agora, numa outra fase da vida, ocupo-me em escrever o que testemunhei com a clínica que denomino *clínica do psicopolítico* e cujo foco é o sofrimento psíquico quando ele decorre do aviltamento do trabalho, ou seja, quando o trabalho deixa de ser fonte de realização pessoal e dignificação da vida para ser campo de experimentação do que Abelhauser, Gori e Sauret (2011) chamam de *as novas fábricas de servidão* e seus objetivos – e não me refiro apenas à gestão nos ambientes físicos de trabalho, mas a toda uma lógica produtiva que hoje aprisiona o espírito: uma nova forma de tortura acrescentada às já existentes e que, pouco a pouco, fragiliza a potência do tecido social na medida em que isola e neutraliza politicamente sujeito a sujeito ao tentar mecanizá-los.

Sem abandonar a clínica, desde o golpe de 2016, e particularmente a partir de 2018, passei a rescutar as “minhas” vozes, as vozes que me confiaram o seu sofrimento ao longo de quatro décadas. **Quero trazê-las para o âmbito da psicanálise**, inclusive com as anotações e escritas clínicas já publicadas, **pois a estratégia central, eixo das novas formas de dominação, é o ataque à psique**. Busco dar visibilidade a esse horror ao transmitir minhas reflexões na perspectiva ética de um testemunho² do futuro, quase ficção científica.

O que isso tem a ver com o golpe civil-militar de 1964? O golpe encontra-se na esteira de uma sequência de acontecimentos que não se limitam ao período da ditadura dele decorrente e suas atrocidades. Além dos estragos feitos, ele abriu uma enorme fenda no tecido das relações humanas cuja restauração nos impõe um grande desafio; autorizou a morte e a tortura, inibiu o pensamento crítico e semeou o campo para a emergência do governo 2018-2022 – uma espécie de relançamento da mesma ideia de poder, revitalizada. Em outras palavras, o aparato militar, apoiado por grande parte da elite civil, atrelado aos ditames da política internacional hegemônica hoje decadente e assustada com a emergência do mundo multipolar, não ficou inerte após a reinstalação da democracia, aliás, sempre frágil. Em mais um golpe, este estratégico, o aparato militar apenas se retirou aparentemente de cena para se relançar mais adiante; mas deixou os modelos operacionais das instituições impregnados daquele ranço encardido das fardas e mentes violentadoras.

Desde os anos 70, graças à bravura da Livraria Palmarinca, em Porto Alegre, comecei a adquirir livros cuja venda era proibida. Intuitivamente eu rastreava as estratégias de dominação dos poderes abusivos, anteriores ao golpe de 1964, buscando compreendê-lo num cenário mais amplo. Como se sabe, o golpe não foi uma casualidade, mas, na linguagem do cotidiano, algo “de caso pensado”. Por quê? Para quê? As explicações mais objetivas não me convencem plenamente. Por isto busco fontes diversas e fiz do meu trabalho uma forma de militância em prol do *direito e dever de sermos humanos* – a começar pela restituição da palavra como dispositivo de reconstrução dos coletivos. Mas como explicar em poucas linhas essa defesa do óbvio?

O humano, nossa condição de humanos, está em risco – razão pela qual alinho minhas ações às da associação *L'appel des appels*, criada pelo psicanalista Roland Gori, autor de *La dignité de penser* (2011), cujo empenho comum dos participantes de diferentes áreas do conhecimento é o de resistir à destruição do laço social e recolocar o humano no centro da sociedade.

O que considero o humano? Sem me aprofundar, o nosso segundo corpo, o corpo erógeno capaz de simbolizar, sonhar, desejar, fantasiar, afetar e ser afetado pelo outro, sorrir, errar, chorar, ser sensível e solidário, cooperar e, entre outras potencialidades, pensar por si, usar e aperfeiçoar a mais avançada das tecnologias já criadas: a palavra. Garantir a circulação

² Inspiro-me aqui na noção de *ética do testemunho*, do filósofo Paul Ricœur (1955), no sentido de que sou responsável por aquilo que testemunho.

da palavra significa lutar contra “a morte do humano” (ABELHAUSER; GORI; SAURET, 2011, p. 15). Para salvarmos a vida, falemos dessa morte ou processo de *dessubjetivação*³ em curso que, ao separar do gesto a palavra, faz do humano um mecanismo.

As novas formas de dominação não se limitam mais à força bruta, como aquela que, ao torturar fisicamente, aleijou as mãos de uma trabalhadora para impedi-la de datilografar, pois era pela escrita que ela agia politicamente. Desde que a escutei em 1985, já na época da Anistia, nunca mais esqueci o que me disse: “Eles são muito ignorantes. Não é com as mãos que eu escrevo”. Hoje, as tais novas formas de dominação vêm se metamorfoseando por meio de projetos muito mais elaborados, projetos que operam técnica e ideologicamente uma cisão entre corpo biológico e corpo erógeno. Por meio da manipulação das subjetividades⁴ mecaniza-se o vivo em nome da produtividade, do lucro e sabe-se lá mais do quê. Hoje “eles” investem na subjugação das mentes e modelagem das almas. “Eles” já sabem que não é com as mãos que escrevemos.

Por estar inteiramente voltada, então, a este trabalho de tentar escrever um “testemunho do futuro”, vou dar aqui dois breves exemplos, adiantando que o ataque à palavra é ferramenta adotada para a desestabilização e dissolução dos coletivos – só que, hoje, ao invés do silenciamento (Ato I, a seguir), há excesso e desqualificação da palavra (Ato II) por parte de um sistema que não mostra seu rosto. Quero compartilhar trechos dessas tentativas de dissolução do sujeito, assinalando que, entre esses dois atos, há uma distância de 36 anos:

ATO I, 1979: em abril fui admitida na indústria petroquímica. Logo percebi as sequelas do golpe de 1964 no Brasil (vou deixar de lado o combo de golpes na América do Sul). Os trabalhadores evitavam me ligar e ir à minha sala porque suspeitavam que o meu telefone estivesse grampeado, que eu poderia ser informante e que havia microfones escondidos na sala. Quando tentei desfazer essa ideia em um contingente politizado de mil empregados e seus familiares, um deles me perguntou: “E como a senhora pode saber se também é ou não vigiada?” A seguir, de vez em quando, um ou outro, ao passar por mim na área de produção ou na área administrativa, aproveitava a oportunidade para me dar sempre o mesmo recado, pronunciado em voz baixa e sem me olhar: “A gente não pode falar”. Depois de 12 anos comecei a escrever uma tese de doutorado, sob a orientação do psicanalista Christophe Dejourn (professor pesquisador dessa articulação entre trabalho psíquico e trabalho produção), na qual demonstro que: a) “a gente” substituíra o “eu” e o “nós”, uma espécie de dissolução da palavra na primeira pessoa do singular e na primeira pessoa do plural; uma defesa no indiferenciado diante da ameaça concreta da vida; b) “a gente não pode falar”, inicialmente entendido como “estamos impedidos de falar”, podia, também, significar: “a gente se protege silenciando”; c) e, a seguir, na medida em que fui desfazendo a desconfiança por meio da restauração da confiança, descobri que, devido à inibição da palavra como política de Estado, “a gente *não pode* falar” significava “a gente não sabe mais falar; a gente não sabe mais como fazer para falar [uns com os outros]”. Uma *potência* estava ameaçada. Meu trabalho foi reconstituir a palavra e os coletivos – não sem ter sofrido, nesse percurso, injúrias, calúnias, difamações e outras formas de violência explícita ou velada, além de ter tido arquivos de trabalho vasculhados e recebido bilhetes e telefonemas anônimos.

Então, desaprendemos a falar uns com os outros e, na sequência, aos poucos, começa a entrar em cena a comunicação virtual de resultados imediatos, unidirecional. Para isso, é

³ A ideia de *dessubjetivação* encontra-se em diferentes autores, mas, de um jeito particular, em *L'Excès-l'usine* (KAPLAN, 1994).

⁴ Entendo por *subjetividade* as fantasias, a imaginação, a criatividade, o desejo do sujeito e toda a sua afetividade até o nível das pulsões, mas, também, toda a gama de valores próprios a cada sujeito – componente axiológica que não se pode deixar de lado, conforme esclareço em *Psicodinâmica do trabalho: contribuição ao método* (2023) e em “O subsolo ou da precarização das subjetividades como ferramenta da precarização do trabalho” (2021).

preciso que essa modalidade de comunicação seja higienizada, sem corpo, sem cheiro, sem toque, sem olhar, sem escuta e, portanto, sem pontos de interrogação – *sem dúvidas*. Vejamos:

ATO II, 2014-2015: fui chamada por um grupo de servidores públicos para escutá-los. Agora, as pessoas falavam demais e todas ao mesmo tempo: queixas, muitas queixas, muito ruído, movimentação, interrupções. Não vou descrever o meu processo de trabalho, pois ele consta dos meus dois livros: *Da alcoolização ao verbo: ensaio de psicodinâmica do trabalho* (KARAM, 2010); e *Psicodinâmica do trabalho: contribuição ao método* (KARAM, 2023). Relato apenas uma passagem: o vômito. O excesso de palavras era uma defesa para acobertar o sofrimento por detrás das queixas, mas, na medida em que, coletiva e cooperativamente, tentávamos restaurar a palavra, aproximávamo-nos do núcleo do sofrimento. Traduzindo: uma vez feita “a travessia das queixas”, como elabora um dos participantes, os sujeitos começaram, então, a falar o circuito físico do sofrimento psíquico e os sintomas de dessubjetivação – sintomas que denomino *sintomas psicopolíticos*. É neste cenário que uma participante se expressa a respeito do seu cotidiano: sobrecarga de processos a ler; informações a pesquisar, confirmar e digitar; cobrança dos superiores por produtividade, prazos e metas impossíveis de serem cumpridos; aceleração e sobrecarga emocional desencadeada pelos conteúdos dos processos trabalhistas; “não posso errar [continua a servidora], tenho que focar o pensamento num ponto só e quando estou conseguindo elaborar uma frase, vêm ordens de cima para dar prioridade a outro processo ou adular uma verdade [o que desencadeia o “sofrimento ético” da “raiva de si” (DEJOURS, 2015, p. 44), cumulativa e não elaborada, gerada pelo sentimento de “traição de si” (DEJOURS, 2015, p. 43),⁵ traição aos seus valores]; o pensamento é interrompido, fica todo fragmentado, sem falar nas grosserias que escuto, pois está todo mundo estressado, não se sabe mais para quem se trabalha, o sistema não tem rosto, sinto no corpo esse excesso, corro para o banheiro, vomito, é um alívio, volto à bancada de trabalho e ao computador. Tenho 35 anos... [o que posso ainda esperar da vida?]. Se, no primeiro exemplo, embora silenciados, os coletivos ainda estavam vivos e foi possível restaurar os laços sociais, neste segundo exemplo não há mais coletivos. Como os próprios participantes das reuniões verbalizaram, sentindo-se isolados, estressados pelo sono cumulativamente interrompido, esgotados e esvaziados da capacidade de desejar, sonhar e ter projetos e a atividade fantasmática curto-circuitada, “as coisas [então] não dão mais liga”. Em relação aos Atos I e II, temos dois tipos de silenciamento: o primeiro, estratégico, forte, defensivo, mas esperançoso; o segundo, defensivo também, mas, se esperança há, ela está por um fio.

A distância de 36 anos entre um ato e outro não se constitui de um vácuo. Uma ponta está conectada à outra e, entre os dois tempos, há algo da ordem do não dito (adicto – *a*, partícula de negação) que não aparece muito bem, um tipo de névoa que aos poucos se desfaz; mas, voltando à palavra, lembro que, para o psicanalista Hélio Pellegrino (1988), o golpe de 1964, com as suas perseguições, prisões, torturas e demais atrocidades que conhecemos, foi um golpe contra o trabalho (parceria entre trabalho produção e trabalho psíquico)⁶ porque foi um golpe contra a palavra; e é com ela que efetiva e afetivamente se trabalha. A palavra aprendeu a se autocensurar e o medo, que fora guindado à ferramenta de gestão nos anos de chumbo, hoje continua, mas não mais na linha de frente. O medo, agora, é o medo do outro,

⁵ Estas duas expressões também constam em Dejours e Bègue, *Suicídio e trabalho: o que fazer?* publicado na França em 2009 e, no Brasil, em 2010.

⁶ Para a psicodinâmica do trabalho, o sujeito continua a sua construção na articulação do trabalho-produção com o trabalho psíquico (o *psychische Arbeit* da metapsicologia freudiana) em todas as suas formas (trabalho do pensamento, trabalho da memória, trabalho do sonho, trabalho da cultura, trabalho do luto, exigência de trabalho, perlaboração, elaboração etc.), pois “trabalhar não é só produzir, mas, também, transformar a si mesmo” (DEJOURS, 2009, p. 62). Por meio do trabalho produzimos nossa existência. Ao transformar a matéria, seja ela uma pedra, a farinha, um procedimento cirúrgico, um processo judicial ou uma criação computadorizada, o sujeito se transforma porque, para realizar tais feitos de forma efetiva, ele implica toda a sua subjetividade, sua erogeneidade. Sublimação pela via do *trabalhar*.

meu concorrente, aquele com quem não posso mais contar, sequer contar minhas histórias. Aos poucos, dissimuladamente, aquele medo anterior, palpável, semeou a desertificação da vida, o enfraquecimento da vontade individual e coletiva e a acrasia ou indiferença pela política.

Em vez de o trabalho ser fonte de realização pessoal, há muito se tornou campo de experimentação para a criação de um protótipo humano insone, mecanizado, produtivo e consumidor. É oportuno lembrar que “[...] as novas formas de dominação na *polis* foram, inicialmente, testadas no mundo do trabalho” (DEJOURS, 2009, p. 10-11) e a coisa não termina, mas começa aí. Jonathan Crary, em *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono* (2016), considera que o sono se tornou a última fronteira de liberdade da espécie humana. Não se trata mais de ficção científica, mas de um projeto do Departamento de Defesa dos Estados Unidos em parceria com vários pesquisadores de diferentes universidades. Por iniciativa da Darpa (Defense Advanced Research Projects Agency) – divisão de pesquisas avançadas do Pentágono –, vários laboratórios da indústria farmacêutica, com recursos do governo, realizam experimentos sobre a privação do sono. Com base na migração de certos pássaros, em particular o pardal de coroa branca, a ideia é descobrir, a exemplo deste pássaro, como as pessoas poderiam, ao mesmo tempo, ser privadas de sono e funcionar de maneira produtiva. Começa-se pela criação do soldado capaz de não dormir como precursor do trabalhador e do consumidor insones. Este soldado em fabricação seria igualmente capaz de não sentir medo, e isto é apenas uma parte do projeto que tem a chancela de renomadas universidades, conforme relata Jonathan Crary, professor de arte moderna e teoria na Universidade de Columbia (Estados Unidos) desde 1989.

O golpe de 1964 no Brasil, num contexto geopolítico mais amplo, causou os estragos que causou e ainda abriu o caminho para a emergência de uma nova forma de dominação e tortura local: o sucateamento das subjetividades para reduzir o humano a mero corpo biológico cumpridor de ordens, produtivo e descartável. O que vem a seguir? Valorização mítica da inteligência artificial, manipulação das subjetividades sob nosso consentimento para a consolidação do projeto pós-humano, projeto em curso denominado *transumanismo*?

O golpe contra o corpo erógeno falante fez proliferar, então, os sintomas psicopolíticos (ansiedade, depressão, síndrome do pânico, assédio moral, suicídios, adoecimentos, *karoshi* ou mortes súbitas por excesso de trabalho, violência doméstica e urbana), pois, em geral, as pessoas não têm uma representação política do seu sofrimento psíquico. Entram em cena, e agora com toda a força, os psicofármacos. Os afetos passam a ser diagnosticados. Não se tem mais direito à tristeza. Este vocábulo caiu em desuso. Hoje a tristeza, por mais justificável que seja, chama-se depressão. Assim quer a ciência. Os psicofármacos ocuparam o lugar da palavra, como ocorre com as substâncias psicoativas e o álcool – embora encontremos nestes dois últimos uma tentativa de reorganizar o símbolo, de injetar linguagem lá onde a linguagem foi estuprada ou nem existe mais. O sofrimento humano que, se transformado em enigma e decodificado pelo sujeito no *setting* do espaço intersubjetivo, poderia aceder a sofrimento criador, paralisa-se na condição de sofrimento patogênico. Há um congelamento do *pathos* e, assim, da potência do *sujeito* em construção – embora reconheçamos, com Luciano Elia (2007, p. 7), que o sujeito não é um conceito acabado, uma vez que “o saber em psicanálise é atravessado de ponta a ponta pelo inconsciente”. No entanto, hoje é fácil aceitar que os modelos de gestão das vidas dentro das instituições adquiriram um caráter mortífero. Vistos em sua massividade, esses modelos, garantidos pelo Estado, grandes ou pequenos e cotidianos, são sempre golpes contra Eros. Não adianta as instituições insistirem em campanhas para melhorar o clima organizacional, pois as pessoas sabem da sua violenta artificialidade; e, quando elas chegam ao extremo do cinismo, alguém, de um coletivo, passa ao ato e fala por todos. Assim aconteceu: o servidor encarregado de coordenar a campanha de prevenção ao suicídio de uma determinada instituição pública brasileira, durante o Setembro Amarelo de 2023, cometeu suicídio em pleno trabalho. Não se trata de um ato de covardia, mas de um

último gesto, um alerta, uma mensagem endereçada a todos diante da palavra que se tornou indizível.

Ao golpear a palavra, conforme depreendemos dos relatos do professor Jonathan Crary, mencionado antes, é o inconsciente que as novas formas de dominação querem atingir, apesar de negarem a sua existência. Ao mesmo tempo podemos inferir que a negação da existência do inconsciente e toda a tecnologia de ponta, com o seu uso de “substâncias neuroquímicas, terapia genética e estimulação transcraniana” (CRARY, 2018, p. 11-12) visando à indução da insônia no longo prazo, é a sua própria confirmação. Na sequência já podemos nos perguntar: o que esperar, em termos de futuro, dessa lógica ao mesmo tempo mercantilista e utilitária, e de pessoas (o sujeito aqui já desapareceu) programadas cientificamente para trabalhar, consumir e matar?

O golpe de 1964, como dizia inicialmente, não é fato isolado. Hoje há toda uma literatura disponível e fontes midiáticas reconhecidamente sérias onde podemos encontrar as pesquisas do antropólogo e professor Piero Leirner e sua equipe, as quais nos esclarecem passo a passo sobre as estratégias militares nacionais e suas técnicas de dominação, articuladas às internacionais. Na mesma linha temos o já citado Jonathan Crary (2018, p. 12-13): “Gastam-se incontáveis bilhões de dólares em sistemas de mira e assassinatos robóticos e de operação remota” [...] enquanto, simultaneamente, “[...] o complexo científico-militar [e] as Forças Armadas têm financiado diversas outras áreas de investigação do cérebro,⁷ bancando inclusive o desenvolvimento de uma droga contra o medo”; mas para isso é preciso esvaziar o sujeito de sua subjetividade para nos transformar nos *homens ocos* de Eliot (2017) ou no *homem do subsolo* (personagem coletivo) de Dostoiévski (2019) – aquele que habita o porão da sua própria alma.

Atingida a palavra – este nosso valioso dispositivo dialógico – resta a obediência, o mero cumprimento de ordens, pois “não se tem mais rota de fuga” – verbaliza um participante das nossas reuniões. À capacidade de suportar viver sob tal aridez, o novo cinismo da *intelligentsia* deu o estimulante nome-fantasia de *resiliência*. Enquanto isso e desde sempre, continuo a acreditar que “este quase nada que é uma palavra pode ser uma arma de combate contra o totalitarismo” (DE MACEDO, 1988, p. 13).⁸

Os dois exemplos acima (Ato I e Ato II) não retratam o quantum de sofrimento psíquico que testemunhei ao longo de quatro décadas ou mais, nem a complexidade do seu enredo; mas acho que pude transmitir uma ideia não só do que aconteceu em decorrência do golpe civil-militar de 1964 (e que não pode se repetir, sob pena de nos desumanizarmos definitivamente), mas, também, do que, a partir dele ou devido à sua colaboração, está sendo ensaiado para acontecer. Não se trata de um delírio ficcional, mas de reconhecer que somos objeto de um experimento em relação ao qual nos induzem a aceitar a denominação de “o novo normal”. Em *A história sem fim*, aprendemos com o autor, Michel Ende (2020), que *o pior do horror é quando nos acostumamos a ele*. Os motivos que levaram, no exemplo do Brasil, ao golpe de 1964, não sumiram do mapa. Eles estão aí, espalhados pelo globo terrestre, metamorfoseando-se como um camaleão por entre sombras de silêncio.

Para finalizar, preciso dizer ainda que o vômito (Ato II) poderia ser também uma expressão de nojo (luto) pelo excesso imposto ao sujeito, excesso que o “esvazia” ou o faz “esvaziar-se”; ou a expressão de um *trabalho do luto* (*Trauerarbeit*) impossível de ser feito, luto pela sua própria morte interior. Mas não foram estas as interpretações da servidora – aliás,

⁷ Supõe-se que, para elas, na sua visão pragmática, o inconsciente esteja fisicamente localizado no cérebro como inicialmente buscava Freud.

⁸ Esse livro, de edição esgotada e publicado só em francês, reúne testemunhos de psicanalistas brasileiros, uruguaios, argentinos e franceses e debates ocorridos durante o colóquio sobre os golpes de Estado na América do Sul – colóquio organizado e coordenado pelo psicanalista citado, ocorrido em Paris, em 1983.

provavelmente nem lhe ocorreu interpretar: seria outro excesso insuportável. De qualquer maneira, não é normal, não podemos aceitar como normal nem “novo normal” que, em vez de articular palavras (que não sejam mecânicas) para expressar uma formulação intelectual e singular à qual todos temos o direito inalienável, o sujeito venha a expelir um vômito para poder continuar a produzir a sua existência.

REFERÊNCIAS

- ABELHAUSER, A; GORI, R.; SAURET, M.-J. *La folie évaluation: les nouvelles fabriques de la servitude*. Paris: Mille et une nuits, 2011.
- CRARY, J. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016.
- DE MACEDO, H. O. (org.) *Le psychanalyste sous la terreur*. Vigneux: Matrice, 1988.
- DEJOURS, C. *Le choix*. Souffrir au travail n'est pas une fatalité. Paris: Bayard, 2015.
- DEJOURS, C. *Travail vivant*. Tomo I: sexualité et travail. Paris: Payot, 2009.
- DEJOURS, C.; BÈGUE, F. *Suicídio e trabalho: o que fazer?* Brasília: Paralelo 15, 2010.
- DOSTOIÉVSKI, F. M. *Diário do subsolo*. São Paulo: Martin Claret, 2019.
- ELIA, L. *O conceito de sujeito*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- ELIOT, T. S. Os homens ocos. *Poemário*, 26 dez. 2017. Disponível em: <https://textosdepoesia.wordpress.com/2017/12/26/os-homens-occos-t-s-elliott/>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- ENDE, M. *A história sem fim*. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- GORI, R. *La dignité de penser*. Paris: Les liens qui libèrent, 2011.
- KAPLAN, L. *L'excès-l'usine*. Paris: P.O.L., 1994.
- KARAM, H. M. C. *Da alcoolização ao verbo*. Ensaio de psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2010.
- KARAM, H. M. C. “O subsolo ou da precarização das subjetividades como ferramenta da precarização do trabalho”. *Revue Travailler*, Paris, n. 45, p. 95-108, 2021.
- KARAM, H. M. C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuição ao método*. Salvador: Edufba, 2023.
- PELLEGRINO, H. “Pacte œdipien et pacte social (De la grammaire du désir à l'absence de honte)”. In: DE MACEDO, H. O. (org.) *Le psychanalyste sous la terreur*. Vigneux: Matrice, 1988, p. 16-22.
- RICCEUR, P. *Histoire et vérité*. Paris: Seuil, 1955.

TRAVESSIAS NO TEMPO: 60 ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR, QUAL A POTÊNCIA DO TESTEMUNHO NA CENA ANALÍTICA E NA PÚBLICA?

CROSSINGS IN TIME: 60 YEARS SINCE THE CIVIL-MILITARY COUP, WHAT IS THE POWER OF TESTIMONY ON THE ANALYTICAL AND PUBLIC STAGE?

TRAVESÍAS EN EL TIEMPO: 60 AÑOS DESPUÉS DEL GOLPE CÍVICO-MILITAR, ¿CUÁL ES EL PODER DEL TESTIMONIO EN LA ESCENA ANALÍTICA Y PÚBLICA?

Vera Vital Brasil¹

Resumo: A colonização, a escravidão, as assombrosas experiências de destruição provocadas pelas guerras mundiais e regionais e as terríveis ditaduras civil-militares na América Latina revelam o maquinário de crueldade na cena pública e o trauma se inscreve como um fenômeno de massa e marca de nossa cultura. Este trabalho traz a ideia de que o testemunho tem sido um instrumento importante na construção de memórias, revelando-se um operador de novos sentidos na clínica e uma ferramenta que ilumina a verdade na cena pública. Restituir memória, pensamento, conhecimento, direito à fala, são formas inequívocas de resistência. Em cada narrativa testemunhal desponta um sujeito singular que se produz na diferença do que foi e do virá a ser.

Palavras-chave: Violência de Estado. Trauma. Memória.

Abstract: Colonization, slavery, the haunting experiences of destruction caused by world and regional wars and the terrible civil-military dictatorships in Latin America reveal the machinery of cruelty on the public scene and trauma is registered as a mass phenomenon and a mark of our culture. This paper puts forward the idea that testimony has been an important tool in the construction of memories, revealing itself as an operator of new meanings in the clinic and a tool that sheds light on the truth in the public arena. Restoring memory, thought, knowledge and the right to speak are unequivocal forms of resistance. In each testimonial narrative, a singular subject emerges that is produced in the difference of what was and what will be.

Keywords: State violence. Trauma. Memory.

Resumen: La colonización, la esclavitud, las inquietantes experiencias de destrucción causadas por las guerras mundiales y regionales y las terribles dictaduras cívico-militares en América Latina revelan la maquinaria de la crueldad en el escenario público y el trauma se inscribe como fenómeno de masas y marca de nuestra cultura. Este trabajo plantea la idea de que el testimonio ha sido una herramienta importante en la construcción de las memorias, revelándose como un operador de nuevos significados en la clínica y una herramienta que arroja luz sobre la verdad en la escena pública. Recuperar la memoria, el pensamiento, el conocimiento y el derecho a la palabra son formas inequívocas de resistencia. En cada relato testimonial emerge un sujeto singular que se produce en la diferencia de lo que fue y lo que será.

Palabras clave: Violencia de estado. Trauma. Memoria.

¹ Psicóloga clínico-institucional, membro do Coletivo RJ Memória, Verdade, Justiça e Reparação, membro do Psicanalistas Unidos pela Democracia, coordenadora do Projeto Clínicas do Testemunho do RJ (2013-2015). E-mail: veravitalbrasil@gmail.com

A colonização, a escravidão, as assombrosas experiências de destruição provocadas pelas guerras mundiais e regionais e as terríveis ditaduras civil-militares na América Latina revelam o maquinário de crueldade na cena pública e o trauma se inscreve como um fenômeno de massa e marca de nossa cultura. Um passado que não fecha o ciclo de violências, historicamente dirigido aos trabalhadores, aos críticos e opositores ao sistema, aos pobres, negros, mulheres, indígenas, populações LGBTQI+.

O Brasil viveu um dos períodos mais longos das ditaduras da América Latina e, transcorridos 60 anos do golpe civil-militar que atingiu o conjunto da sociedade, o Estado brasileiro não colocou a limpo o que ocorreu, não saldou as suas dívidas para com a sociedade sobre aquele obscuro momento de nossa história. O longo período de intensificação da violência e do arbítrio se constituiu em um verdadeiro laboratório de dominação e exclusão; deixou marcas indeléveis nos corpos de quem as viveu, dos que atualmente sofrem seus efeitos e também nos que não a levam em conta, embora sofram seus efeitos de alguma maneira. Somos todos afetados pela crueldade e brutalidade, pelo esquecimento, apagamento dos acontecimentos e pelo silenciamento. O autoritarismo penetrou nos modos de funcionamento social, invadiu o pensamento, as práticas sociais e perdurou no tempo. Em nossa prática psicanalítica lidamos com as reverberações deste cenário brutal em nosso dia a dia.

60 ANOS, UMA DATA A SER LEMBRADA

Em setembro de 2023, no Chile, país que acolheu exilados de diversas nacionalidades durante o período marcado por ditaduras, dentre eles cerca de 3 mil brasileiros, na apresentação em que participamos brasileiros e chilenos – “Que reparação seria possível após 50 anos do golpe”,² o tema da persistência dos danos psíquicos e suas atualizações atravessava os períodos nefastos e atuais de nossos países. Diante da variedade de atividades memoria-lísticas que a cidade expunha a céu aberto, com exposições, expressões artísticas, debates, psicanalistas se interrogavam sobre os efeitos transcorridos num longo período sobre os corpos dos que viveram e vivem a brutalidade. Foi inevitável a projeção sobre o que aconteceria nos 60 anos do golpe no Brasil e a pergunta que nos convocou ao encontro em Santiago está colocada aqui em 2024.

As datas simbólicas nos convocam às memórias do que ocorreu, do que persiste como dano e do que podemos fazer com elas. O testemunho tem sido um instrumento importante na construção de memórias, revelando-se um operador de novos sentidos na clínica e uma ferramenta que ilumina a verdade na cena pública.

A falácia de um Brasil cordato e antirracista que prevaleceu no discurso e universo subjetivo por longo período, obra de uma cultura de elite que não mediu esforços em apresentar um cenário ameno e uma face solidária da sociedade, não teve mais como sustentar-se dadas as evidências da crueldade da desigualdade social. As violências como a da tortura e desaparecimentos, práticas perversas institucionalizadas pela ditadura e amplamente utilizadas por agentes públicos, sem sanção aos executores e mandantes destes crimes, irradiaram-se como uma fásca nos anos que se seguiram à ditadura. Práticas violentas que passaram a ser adotadas pelo poder do tráfico/milícia no domínio territorial, sob a orientação de agentes da ditadura, constituindo uma composição social criminosa com tentáculos em serviços, construções irregulares e com representantes nas instituições públicas.³

² Encontro organizado por uma equipe do Programa de Reparação e Atenção Integral à Saúde, PRAIS, política pública criada nos anos 1990 pelo Estado chileno para fazer face às demandas de saúde, inclusive de saúde mental, dos sobreviventes, familiares de mortos e desaparecidos e perseguidos políticos.

³ José Claudio de Souza Alves (2015), pesquisador sobre o tema da formação das milícias no Rio de Janeiro e no Brasil, afirma que os grupos de extermínio surgiram durante a ditadura civil-militar, constituídos por policiais militares empenhados na repressão de oponentes ao regime. Estas atividades permaneceram com os

Uma violência em que o ódio e a crueldade sem freios reverberam no conjunto da sociedade e marcam o estado de guerra permanente em que nos encontramos. Birman (2024, p. 111) firma sobre o cenário sombrio e sangrento que se instala, “uma vez que a vida e a morte como potências do ser passam a se digladiar na cena social de modo permanente e sempre recomeçada”.

Por sua vez, o conceito de Justiça de Transição, que se anunciou na década de 1990 como um conjunto teórico e de medidas práticas que exigem esforços institucionais para fazer frente ao passado de autoritarismos de regimes ditatoriais e das guerras, ganha destaque nas agendas internacionais. Ao longo do período, uma vez implementadas, essas ações ampliam e sistematizam seu campo de intervenção. Quatro eixos centrais foram considerados como sendo de “boas práticas”: a busca pela **verdade**, por intermédio das Comissões da Verdade; a **justiça** pela investigação e a punição dos responsáveis; a **reparação** das vítimas; e a realização de **reformas institucionais**. Na atualidade estes mecanismos têm sido entendidos como necessários, mesmo que não mais vinculados à ideia de transição. O foco discursivo deixou de ser as mudanças de regime e passou a concentrar-se no que dele decorreu (MELO; SCHETTINI, 2021).

Se em alguns países da América Latina atingidos pelas políticas de terror de Estado houve avanços na afirmação dos direitos humanos, um campo inequivocamente indissociável das diretrizes e normativas da Justiça de Transição, no Brasil o processo tem sido lento, tardio e limitado e o cenário atual expõe de forma densa a crueldade generalizada dirigida aos setores mais empobrecidos e vulneráveis da sociedade. Na responsabilização de executores e mandantes de crimes de lesa-humanidade não houve mudança significativa pela manutenção da interpretação falaciosa da Lei da Anistia de 1979 que protege os agentes públicos envolvidos nestes crimes.

Por sua vez, as reformas institucionais foram pontuais, sem atingir instituições, como, por exemplo, as Forças Armadas, que mantiveram em suas formações a mesma lógica do período ditatorial, a concepção da qual têm sido historicamente investidas, como sendo de “mediadores políticos” na segurança interna. Uma concepção que se efetivou no golpe de 64, e que até hoje insiste insidiosamente em manifestações golpistas e de ataque às instituições.

Sobre a busca da verdade logramos, tardiamente, a implantação da Comissão Nacional da Verdade, que em seu Relatório Final ao Estado brasileiro apontou 29 recomendações; passados dez anos da finalização deste trabalho, muito poucas foram adotadas. Entretanto, sua instalação e seu trabalho de investigação funcionaram como uma mola propulsora para os debates sobre as violações, identificação de torturadores responsáveis e a criação de Comissões da Verdade em todo o país.⁴ No marco da reparação às vítimas, foram duas comissões permanentes criadas por leis: a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia. Esta última, em especial, teve em seu curso desde 2007 avanços singulares com a criação de propostas inovadoras, dentre elas a reparação de danos psíquicos com o Projeto Clínicas do Testemunho, interrompido em 2017, assim como as outras ações de reparação de construção de memória. Ambas a partir de 2016, após o afastamento arbitrário da Presidenta Dilma, passaram a sofrer um notório esvaziamento, agravado em 2019 com a ascensão do governo de ultradireita que promoveu um desvirtuamento de sua função e finalidade.

Atravessamos avanços e retrocessos em políticas públicas; regimes se alternam, mudam estratégias de dominação do poder, sofrem efeitos da política externa, como evidenciam os

agentes remanescentes destes grupos criminosos que perceberam o potencial de lucro e poder; hoje mantêm braços institucionais no parlamento e no executivo e controlam territórios da periferia das cidades.

⁴ Comissões estaduais, municipais e setoriais que em seus trabalhos de investigação mantiveram o debate sobre os efeitos do regime ditatorial.

estudos que incluem a guerra híbrida para alcançar este fim (LIFSCHITZ, 2019). Usando o *lawfare* como instrumento nos países da América Latina, no Brasil houve a ascensão pela via eleitoral de um governo de características neofascistas, responsável pelo ataque às políticas de direitos humanos e por um alastramento das produções de subjetividade de cunho conservador e extremista, em que o ódio impulsiona a violência e destruição. Um período marcado pelo crescimento e difusão do discurso negacionista e da tentativa de revisionismo histórico, tendo como um alvo preferencial as Comissões de Reparação. Nos últimos dias de seu governo, arbitrariamente o presidente desativou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, até hoje não reinstalada apesar do clamor social para a continuidade de seus trabalhos.

Passados os seis anos do golpe jurídico-político-midiático que afastou a Presidenta Dilma, estas forças retrógradas e neofascistas sintonizadas com a ditadura, ativadas principalmente pelo governo de ultradireita, inconformadas com o resultado eleitoral, tentaram um novo golpe no dia 8 de janeiro de 2023. Fomentada por militares e empresários favoráveis ao candidato perdedor, questionaram o resultado das urnas, promoveram acampamentos, e numa verdadeira insurreição atacaram de forma cruel e destrutiva os prédios e simbolicamente as instituições basilares do Estado brasileiro.

Com a polarização entre oponentes políticos, em que a divulgação de mentiras e disseminação do ódio nas redes sociais se intensificam, as violências se alastram e, neste contexto dos 60 anos do golpe de 1964, perguntamo-nos sobre a potência do testemunho na cena clínica e na pública.

O fato de que convivemos com os efeitos ativos de esquecimento, negação, silenciamento, largamente utilizados como política no país durante a ditadura e nos últimos anos reativados pelo discurso oficial de ultradireita, o operador “*testemunho*” se inscreve como um dispositivo,⁵ portador da potência na produção subjetiva de novos sentidos, ressignificações de situações traumáticas. Com a possibilidade de desprivatizar o dano psíquico e reconstruir os laços afetados pela violência de Estado, efeitos mais evidentes da violência na produção do trauma, o testemunho é portador da potência de construção da memória individual e coletiva, impulsionador da Memória Política.

A presença de suportes históricos, ancorados em acontecimentos e políticas públicas que reconheçam o dano, são equipamentos para que a palavra ganhe expansão. Centros de Memória e programas de atenção clínica tornam-se suportes que permitem uma escuta qualificada de testemunhas, dispositivos clínicos que reconheçam a verdade de que o sujeito é portador. Uma escuta que contribua para recuperar a dignidade que lhe foi cassada e que seja facilitadora para a elaboração psíquica do trauma vivido. Desta maneira, o sujeito portador de um trauma poderá reorganizar seu campo afetivo, até então aprisionado ao passado, ressignificar a experiência vivida, dando lugar ao sujeito político. Como afirma Bárbara Conte, as ligações psíquicas se retraduzem em uma temporalidade que não é linear, nem literal, e nunca mais serão as mesmas (CONTE, 2014). A escuta clínica sustenta a dimensão intersubjetiva de uma ação ética que produz mudança.

E, no contexto atual dos 60 anos do golpe de 1964, *acontecimento* que mobiliza segmentos da sociedade em favor da construção de memória e recuperação de sua história, num país marcado pela ausência e/ou limitação de Centros de Memória e programas de atenção clínica estatal, qual seria a potência do testemunho? A distância no tempo do acontecimento traumático e a limitação de suportes seriam impeditivos? Como reconstruir a cena traumática, como acessar lembranças que não tiveram outro caminho para expressar-se senão o do

⁵ Dispositivo – na definição de Foucault e Agamben como conjunto heterogêneo de saberes, instituições, leis, que engloba o dito e o não dito.

sintoma? Como dar sustentação a uma experiência marcada por forças ameaçadoras e atualizadas pela violência e crueldade atuais, com potencialidade a retraumatizações?

Muitas destas perguntas estão ainda em aberto e merecem nosso esforço coletivo para encontrar caminhos ou respostas. A distância do tempo do acontecimento traumático pode ou não ser impeditiva. Arrisco dizer que a existência de equipamentos de suporte pode ser facilitadora, embora cada sujeito encontrará o momento de narrar o que viveu. (MIODOWNIK; BRASIL, 2022). Neste sentido, vale tomar o testemunho como um dispositivo em que a temporalidade possa ser pensada para além da atemporalidade do inconsciente.

Somos seres constituídos por marcas histórico-afetivas e podemos considerar a memória como uma dimensão mais além do inconsciente, que também a atravessa, mas não a engloba. Inversamente à imagem arqueológica habitualmente utilizada, preferimos investigar a memória sob a perspectiva cartográfica, constituída por planos, camadas que se superpõem e ativadas por deslocamentos associativos. Podemos articular fatos, fenômenos, acontecimentos, atos a partir do movimento relacional da memória. Mais do que uma direção vertical em busca das origens e profundidades, considerar o conceito de que há uma circulação de lembranças entre estes planos, camadas, corpos. Uma circulação que é acionada por cruzamentos de experiências múltiplas, díspares ou similares, encontrando algumas vezes pontos de contato, de identificação, de diferenciação, construindo assim uma memória que se abre e se constitui de forma coletiva (DELEUZE, 1997; LANCETTI, 2008).

Trata-se de um movimento transversal pensado como um fluxo incessante e de composição heterogênea em permanente processo de desenvolvimento. Na abordagem clínica se instaura no *com* e não no *sobre* – característico de intervenção hierárquica e vertical – e permite a criação de um outro lugar, o do *entre* como movimento transversal, uma estratégia de produção de outras maneiras de ser, de outras sensibilidades. Uma transversalidade que leva em conta os entrecruzamentos e referências de todo tipo, políticas, econômicas, culturais, sociais, sexuais (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Levando em conta que a experiência-limite se caracteriza pela impossibilidade da integração psíquica do acontecimento traumático – que permanece atuando no psiquismo do afetado –, a oportunidade de testemunhar sobre o que viveu nas violências de tortura, perseguição, no assassinato e desaparecimento de familiares e amigos, pode contribuir para dar início ao processo de elaboração, ressignificação e atualização do que ficou sem lugar na história (KOLKER, 2015; SZPACENKOPF, 2015).

A partir das situações extremas que provocam desamparo, dor, medo, culpa e como consequência a produção subjetiva de isolamento e privatização da experiência traumática, uma estratégia tem sido utilizar dispositivos grupais que facilitem a liberação de narrativas testemunhais para a coletivização destas experiências silenciadas, bem como permitir a reconstrução de laços sociais.

Para se viver no presente é necessário conhecer o passado e para tal são necessários suportes de memória que possam difundir o que ocorreu e que, através da pesquisa, cultura e arte, mobilizem o conhecimento do que foi o período autoritário e seus efeitos, visando à desconstrução dos modos de funcionamento repressivo e as marcas do autoritarismo, implantados pelo regime totalitário e em permanente circulação nas subjetividades.

O *acontecimento* 60 anos do golpe poderá ser uma oportunidade especial para que testemunhos possam ser acolhidos e reconhecidos nos diversos canais de comunicação que venham a se constituir e que proporcionem visibilidade e escuta sensível, e produzindo pensamento. O ato de testemunhar cria ação, restaura o pensamento daqueles que portam memórias de tempos sombrios. Neste sentido, o “ato de criação é um ato de resistência, potência de vida que estava aprisionada”, como nos lembra Deleuze (1995, p. 60). Restituir memória, pensamento, conhecimento, direito à fala, são formas inequívocas de resistência. Em cada

narrativa testemunhal desponta um sujeito singular que se produz na diferença do que foi e do virá a ser.

O testemunho enquanto ato público por excelência devolve à história sua dimensão coletiva, instando as autoridades a assumirem a responsabilidade pelas injustiças, exigindo ações e a criação de políticas públicas. Constrói intencionalmente (LIFSCHITZ, 2016), com compromisso ético, a Memória Política, instrumento de mudanças, alinhamento necessário para um futuro de superação das atrocidades. Porque a memória é um valor para construção e fortalecimento da democracia.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. C. S. *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contemporânea, 2015.
- BIRMAN, J. *Guerra e política em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.
- CONTE, B. Testemunho: reparação do trauma é possível? In: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA. *Clínicas do Testemunho*. Reparação psíquica e construção de memórias. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.
- DELEUZE, G. *Abecedário*. Paris: Editions Montparnasse, 1995.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- KOLKER, T. Notas sobre o papel do testemunho e do dispositivo clínico-político no processo de reparação dos afetados pela violência de Estado. In: CARDOSO, C.; FELIPPE, M.; BRASIL, V. V. (Orgs.). *Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015. pp. 57-74.
- LANCETTI, A. *Clínica peripatética*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- LIFSCHITZ, J. A. Brasil, política e vertigem. *E-L@tina, Revista Eletrônica de Estudos Latinoamericanos*, Buenos Aires, v. 17, n. 68, 2019.
- LIFSCHITZ, J. A. Em torno da memória política. *Revista Morpheus*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15 (Número especial: "Por que memória social?"), p. 67-82, 2016.
- MELO, C. C.; SCHETTINI, A. B. M. Comissão Nacional da Verdade: uma perspectiva crítica sobre os avanços e os limites da agenda da justiça de transição no Brasil. In: ASSY, B.; BERNARDES, M.; PELE, I. A. (Orgs.). *Direitos humanos: entre captura e emancipação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2021. pp. 141-166.
- MIODOWNIK, B.; BRASIL, V. V. Testemunho: a psicanálise e a história se encontram. Correspondências. *Revista Trieb*, v. 21, n. 1, p. 63-79, 2022.
- SZPACENKOPF, M. I. Trauma e suas vicissitudes. *Cadernos de Psicanálise – SPCRJ*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 34, p. 1-344 2015.

DEL TRAUMATISMO: UNA CLÍNICA DEL LAZO SOCIAL Y LA INQUIETANTE ALTERIDAD¹

DO TRAUMA: UMA CLÍNICA DO VÍNCULO SOCIAL E DA ALTERIDADE INQUIETANTE

FROM TRAUMA: A CLINIC OF THE SOCIAL BOND AND THE UNSETTLING ALTERITY

Pablo Cabrera²

Resumo: No contexto da comemoração do 50º aniversário do Golpe Civil-Militar chileno (1973-1989) e das consequências do terrorismo de Estado implementado naquele período, questiona-se sobre a reparação dessa violência, suas condições subjetivas e político-culturais. A partir desses elementos, o texto desenvolve quatro elementos fundamentais em uma perspectiva psicanalítica. O primeiro deles aborda as condições políticas e culturais necessárias para o trabalho clínico com sobreviventes de violência de Estado. O segundo trata da especificidade da clínica dos traumatismos extremos e da transmissão do trauma entre gerações. A terceira avança na questão da possível reparação a partir de duas vinhetas clínicas (uma da primeira e outra da segunda geração). Finalmente, na diferença com a clínica do fantasma e do inconsciente reprimido, procura-se elevar os tempos lógicos, já que a clínica do traumático se articula com a do fantasma.

Palavras-chave: Ditadura chilena. Violência de Estado. Clínica do traumático. Memória. Reparação.

Resumen: En el contexto de la conmemoración de los 50 años del Golpe Civil Militar chileno (1973-1989) y de las consecuencias del terrorismo de estado implementado en aquel período, se plantea la pregunta por la reparación de aquellas violencias, sus condiciones subjetivas y político-culturales. A partir de estos elementos el texto desarrolla cuatro elementos fundamentales, desde una perspectiva psicoanalítica. El primero de ellos, aborda las condiciones políticas y culturales necesarias para un trabajo clínico con los sobrevivientes de la violencia de estado. El segundo, trata sobre la especificidad de la clínica de los traumatismos extremos y la transmisión del trauma entre las generaciones. El tercero, avanza la pregunta por la reparación posible desde dos viñetas clínicas (una de la primera y otras de la segunda generación). Por último, en la diferencia con la clínica del fantasma y de lo inconsciente reprimido, intenta plantear los tiempos lógicos desde la clínica de lo traumático se articula con aquella otra del fantasma.

Palabras clave: Dictadura chilena. Violencia de Estado. Clínica de lo traumático. Memoria. Reparación.

¹ El texto fue presentado y leído en el Conversatorio: A 50 años del Golpe. ¿Qué se puede reparar? Organizado por el equipo del Programa de Reparación y Asistencia Integral (PRAIS) del Hospital Salvador. Los PRAIS son programas de atención estatal a los y las sobrevivientes de la dictadura civil militar de Chile (1973-1989). Atiende a sobrevivientes directos/as, hasta la tercera generación.

² Psicoanalista. Psicólogo y Doctor en Filosofía con mención en Estética y Teoría del Arte (Universidad de Chile). Académico de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Chile. Director del Programa de Estudios Psicoanalíticos: Clínica y Cultura, y Coordinador de la Unidad Trauma, memorias y procesos de simbolización de la Fac. de Ciencias Sociales de la Universidad de Chile. Presidente de la Red Interamericana de Investigación en Psicoanálisis y Política (RedIPPol - <https://redippol.wordpress.com/>). ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5464-8349>. Email: pcabrerap@uchile.cl

Abstract: In the context of the commemoration of the 50th anniversary of the Chilean Civil Military Coup (1973-1989) and the consequences of state terrorism implemented in that period, a question is asked about the reparation of that violence, its subjective and political-cultural conditions. From these elements, the text develops four fundamental elements from a psychoanalytical perspective. The first addresses the political and cultural conditions necessary for clinical work with survivors of state violence. The second deals with the specificity of the clinic of extreme traumatism and the transmission of trauma between generations. The third explores the question of possible reparation from two clinical vignettes (one from the first and the other from the second generation). Finally, in the difference between the clinics of the ghost and of the repressed unconscious, it tries to raise the logical times since the clinic of the traumatic is articulated with the clinic of the ghost.

Keywords: Chilean dictatorship. State violence. Clinic of the traumatic. Memory. Reparation.

La pregunta ¿que reparación es posible? puede tomar una dirección muy precisa. ¿Qué reparación es posible luego de la masacre que produjo el terrorismo de Estado y la dictadura cívico militar, afectando al menos a tres generaciones y a las condiciones mismas del lazo social? ¿Qué posibilidad en torno a una reparación total, parcial o imposible? ¿Cómo medir sus formas y sus efectos? Lo anterior supone cuando menos un abordaje bio-psico-social. Una pregunta, por tanto, en torno al trabajo reparatorio que toma un cariz y he instituye una advertencia radical: no hay reparación sin entrelazar esas tres dimensiones quebradas, cuando no, profundamente interferidas por el Terrorismo de Estado, la dictadura y la Impunidad, como es la relación al cuerpo viviente, al sujeto de la palabra y al lazo social. Esta advertencia nos permite establecer nuestro campo: la reparación trataría sobre el trabajo de inscripción de un sujeto individual y colectivo en la historia, en la memoria de un pueblo y en la relación a sí mismo, ambas cosas hasta ahora negadas. Una inscripción, un acta de nacimiento que le permita volver de hecho y de derecho del exilio, del quebrantamiento y la desaparición en donde la violencia de Estado intentó arrojarlo. No por nada Viñar (2018) nos indica que lo afectado por el traumatismo extremo es el lazo social.

Es evidente que son muchos los ámbitos implicados en abordar, por mínimo que sea, aquella restitución del lazo social quebrado. Desde luego no solo el trabajo del psicoanálisis podría generar dicha rearticulación. Otros ámbitos fundamentales son el jurídico y el trabajo de la cultura y la educación. La dimensión jurídica es crucial en una línea de trabajo antiimpunidad, bajo el programa verdad, justicia y castigo a los perpetradores militares y civiles. Hay que recordar que, sin la fusión del Estado dictatorial con el poder judicial, como bien ha mostrado Tomás Moulián (2002), no se habría alcanzado la violencia sin límite, la masacre social ni el efecto arrasador del terror, produciendo cambios en la mentalidad estatista del sujeto social. Fue una aleación necesaria para la dictadura chilena que aún no termina de desanudarse, generando el espacio político y subjetivo de la posterior era neoliberal. La segunda, el trabajo de la cultura y la educación es relevante no sólo en torno dar cuenta de las causas de la dictadura en Chile, cómo operó y se implementó, cuál es la relación con la posdictadura, así como podemos catastrar los efectos nefastos para la vida humana en su perspectiva antidemocrática, patriarcal y evidentemente clasista. A través de la cultura es necesario asentar una forma de relación que dé lugar al otro en tanto otro, bajo una lógica de cuidado y alteridad, en la medida en que hay una dimensión obscena e irrecusable, incomprendible per se, como es la crueldad humana que se puso de manifiesto en la dictadura y se muestra en la actualidad. El nunca más es un principio moral necesario, pero a su vez es una pregunta que debe resonar como una advertencia. Desde que se elevó como principio, no ha dejado de fracasar en Chile y, mucho antes, en la historia del siglo XX, tal como muestra Todorov en *La memoria, ¿un remedio contra el mal?* (2009). Solo el trabajo con la cultura y la educación permitirá instalar la facultad del pensamiento, cuando en su centro lo único relevante pasa por resguardar una relación de existencia y reciprocidad con el otro en tanto distinto. De ahí

la actualidad de manifiesto de Adorno (1973) al decir en 1966: la única tarea de la educación es evitar que Auschwitz se repita.

¿Qué reparación es posible? Luego de 50 años. Me interesa abordar esas preguntas desde una perspectiva psicoanalítica y clínica, antes que sociológica, filosófica o histórica. La clínica se nos presenta como una forma de escuchar, leer y hacer en transferencia, con los testimonios de analizantes y de obras – formas escriturales públicas e íntimas – que buscan salir de las zonas de muerte del trauma psíquicos y sociales. Salir de las zonas de muerte que ya traspasan cuatro generaciones, cuando la violencia traumática ha desanudado las relaciones cruciales del sujeto y el lazo, lo íntimo y lo público, el tiempo y el trabajo de la subjetivación (CABRERA, 2024).

Sin embargo, el discurso de una invasión total no es sino el del poder totalitario, no lo que muestran los testimonios de las subjetividades sobrevivientes y sus memorias frente a aquella violencia. El traumatismo es no-todo, lo que tiene cruciales implicancias clínicas y subjetivas en la dirección de la cura. El sujeto no está arrasado completamente, como tampoco existe un indecible, muchas veces confundido con lo real lacaniano, que bajo ciertas condiciones, no pueda simbolizarse, al menos, parcialmente. Es a partir del no-todo de lo traumático, que un psicoanálisis del trauma puede avanzar hacia un análisis de lo inconsciente.

Una vez exiliado el sujeto del lazo por efecto de la violencia de estado, las vías habituales de regreso a casa, a lo familiar, al mundo compartido y construido, están fuertemente impedidas. La cura por la palabra, bajo la fórmula del psicoanálisis ortodoxo, fracasa, ahí donde un significante ya no remite a otro significante en la cadena (DAVOINE; GAUDILLIÈRE, 2011), y el hueco abyecto abierto por la violencia obtura la posibilidad de la elaboración y de la simbolización, así como de los accesos al placer (FREUD, 1920). Por otro lado, las generaciones siguientes, se verán confrontadas con la transmisión de lo traumático. Donde la primera generación no ha podido decir o ha mostrado en exceso la experiencia del trauma, la segunda no podrá representársela, y la tercera y siguientes tendrá importantes dificultades para pensar aquello, nos dicen los psicoanalistas húngaros Abraham y Torok (2005).

Los autores franceses Françoise Davoine y Jean Max Gaudillière (2011) han indicado, en la transmisión de su experiencia, el punto capital, a mi juicio, de esta clínica siguiendo la ética freudiana. Si el soñante no sabe que sabe el sentido del sueño, y por tanto, es este el que podría dar cuenta del saber inconsciente y no el intérprete o experto, la locura de los sobrevivientes como respuesta a las fracturas del lazo social, dicen estos autores, muestra en su producción no sólo aquello forcluido, sino además deja en claro las condiciones mediante las cuales la locura misma puede devenir palabra y lazo. Se trataría de un lazo de transferencia singular que requiere avalar e hilvanar el testimonio aún no dicho de la fractura acaecida en sus orígenes, hasta rescribir el testimonio en un relato. *De la crónica a la literatura*. Dicha re-escritura requiere de una ética de la verdad producida a través de actos sostenidos en la transferencia que interpelan bajo la forma ¿quién eres tú?, antes que ¿qué desea el Otro de mí?

ESCRITURAS DEL DETALLE Y LA DIMENSIÓN FANTASMAL DE LA HISTORIA

- Primera generación. Oscar: cayó de una silla

Oscar, militante comunista, vivió prisión política y tortura en el norte de Chile, a fines de los años 70. Luego de eso, si bien mantuvo una mirada atenta a la realidad política, dejó la militancia y la vida social, logrando armar una vida familiar amable, dentro de todo. Varios años después, fue informado a través de un mail firmado por Gobierno de Chile, que recibiría un monto en dinero como medida reparatoria, dado que se lo reconoce como una víctima de la Violencia de Estado en la dictadura militar. Me dice que cuando lee estas palabras, se cae literalmente de la silla en donde estaba sentado, y esa caída, ahora en otro plano, introdujo una sensación inquietante y extraña que nunca estuvo antes en él, ni menos de esa manera

intrusiva; siente el deseo de morir y de dejar de existir. Se angustia y melancoliza ¿por qué me pasa esto?, se pregunta.

Pasamos más de un año analizando, entre otras cosas, ese deseo de morir y de dejar de existir, y varias de sus ocurrencias expresaban que la dignidad dañada (las palabras son mías) no se podía sanar con dinero. El destino de los torturados y las torturadas y sus familias, el de los desaparecidos, el silenciamiento y la impunidad, no se puede comprar ni avalar como medida reparatoria donde no hay verdad ni justicia.

Siendo lo anterior cierto, algo se abre cuando hago este señalamiento.

Es necesaria la verdad, la justicia y el castigo a los culpables. Sin lugar a dudas. Sin embargo, eso no dice mucho por qué en ese momento, y por el mensaje del Estado de Chile, en usted se abre el deseo de morir y de dejar de existir. Retomo la marca de la escena, en lugar de la firma del mensaje. Usted dice que leyó el mail y se calló literalmente de la silla. Se "calló" suena y alude a caída y al acto de guardar silencio.

Calló le hace traer un primer recuerdo que lo remece. En ese tiempo ya habíamos hablado del período y lugar donde estuvo preso y sufrió tortura en manos de militares y civiles. Y dice algo que no deja de sorprenderme. Algo que se mantuvo en la sombra hasta ese momento.

Lo más terrible para mí no ocurrió en la tortura. Un día el coronel a cargo del campo aparece en el patio común y a viva voz llama a un joven muchacho de no más de 15 años. Lo mira y le lanza un periódico a sus pies. Le grita, ¡lo matamos como a un perro! Aludiendo al padre del joven, un dirigente comunista que buscaban intensamente.

El muchacho cae de rodillas al suelo, y los otros presos políticos, entre ellos Oscar, cayeron y callaron también frente a esta escena cruel y sádica. A través del joven, la violencia, su caída y el silencio de los otros, Oscar descubrirá en otro tiempo, cuando él siendo un adolescente cae en lo real luego que su padre lo golpeará brutalmente y los otros guardaron silencio. ¿A qué responde esa golpiza? Tiempo después lo develará. Sin embargo, se trataba de tres caídas como respuesta a tres golpes distintos: el golpe en la filiación, el golpe de estado y el golpe de la impunidad anudados al significante "calló". En la vida de Oscar se anudaron indistintamente, y el análisis desabrochará cada uno de sus planos. He ahí la partida del análisis, dos años luego de su inicio.

- Segunda generación. Carla: lo que no se puede decir, no se puede callar.

Carla, es una joven de mi generación más o menos. De la generación de aquellos y aquellas que vivimos nuestra infancia en dictadura y nuestros padres y madres fueron al mismo tiempo militantes activos que buscaron por distintos medios terminar con Pinochet y conquistar la democracia. La queja de esos niños y niñas es que esos adultos, fueron más militantes que padres y madres. Un poco más o un poco menos. Carla, sin embargo, nació en Suecia. Desde muy pequeña sintió que sus Otros, no estaban disponibles para hablar lo que ella no decía, pero registraba fragmento a fragmento. Así reunió en un "campo de investigación", más que en una línea de tiempo, lo que llama *piezas de puzle*. Descubre así la razón por la cual nació en el exilio, que su padre fue sobreviviente de un campo de exterminio, que había un país llamado Chile en dictadura, que tenía familia de izquierda y que luchaban por los derechos humanos. Esa soledad y la magnitud del registro se transformó en una necesidad existencial de hablar con esos Otros registrados en sus piezas de puzles, pero no desde las palabras y experiencias de ellos. Y cuando ellos pronunciaron finalmente sus experiencias, estas llegaron fuera de tiempo, al punto que les era muy difícil entender y escuchar sobre los asuntos que esta mujer exigía conversar.

Cuando llega a análisis está inquieta y trata de explicarme que necesita hablar con los suyos y que ellos se niegan y esquivan su indicación insistente.

De acuerdo. Requieres conversar con ellos de un tema que te inquieta y te preocupa.

No de un tema. De varios temas.

De varios temas, afirmo. ¿Cómo cuáles?

Son demasiados como para hacerte una lista.

Al ir construyendo la historización de esta extraña demanda, caímos en la cuenta del sentido de su búsqueda. – *No es una lista ni una conversación lo que demandas, es más bien un lugar para hablar de todo y de nada, de muchas cosas y en distintos tiempos. Buscas un lugar para encontrarte con ellos, que te fue negado.*

Esto produjo materiales significantes, de análisis. El primero, es cuando viene a Chile y me cuenta que en aquella ocasión conoció el lugar donde estuvo detenido su padre. Le pido que me describa el lugar, pero pasa muy rápido por ahí. Al preguntarle me dice que no se puede “detener”. Detener, remarco. No puedo... conozco un libro donde está su testimonio, y no he podido leerlo. – *Tráemelo y lo puedo leer, le digo. Me trae el libro. Lo leí, pero no me preguntó algo sobre él.*

El segundo, anudado a esa falta de pregunta y del asunto recurrente e invariable – hoy traté de hablar – no me quisieron decir, así como una serie de desencuentros con sus familiares, fue que vio un documental. Un documental que la ha dejado pensando y sintiendo muchas cosas. La obra *Punto de Encuentro*, de Rodrigo Baeza, estrenado en Chile este año, trata, me dice, de la reconstrucción de la historia de un hijo de un detenido desaparecido, Alfredo García, y de una hija de un sobreviviente al campo de concentración Villa Grimaldi, Paulina Costa. Una reconstrucción en donde ellos arman una memoria a través de fotos, entrevistas, testimonios. – *Muy recomendable, señala.*

Es a partir de ese punto/puente/indicio que fui ver *Punto de Encuentro*, pensando en las preguntas de Carla. Capté la escena a mi juicio clave. Se trataba de una escena menor, que ella no me señala. La hija pequeña de uno de los adultos que reconstruyen sus orígenes golpeados por la dictadura introduce preguntas capitales desde el inicio del Documental: *¿Odiás a Pinochet? ¿El abuelo está muerto?* Su padre, no sin titubeo, sin embargo, va armando respuestas a las preguntas de la hija. Respuestas no preestablecidas, formuladas por tanto, como respuestas íntimas para ella, larvadas desde hace 50 años y más.

Al llegar Carla a sesión, se recuesta en el diván como siempre. A diferencia de lo habitual tomé la palabra abruptamente – *Fui a ver el documental.* Hay una escena que me hizo pensar en tus preguntas. Emma, la niña de 7 años, aquella niña que ha escuchado la historia de la desaparición de su abuelo Alfredo García Vega, en una ocasión le pregunta a su padre, Alfredo, si el abuelo está muerto. El padre le dice tiernamente que el abuelo es un detenido desaparecido, que piensa que lo tiraron al mar. Emma responde: *¿Por qué? ¡No digas esas cosas!*

Carla llora. Señalo que Emma le puede decir ¡no digas esas cosas! a su padre. Carla interrumpe... Yo también me vi en esa niña. Ella le habla así porque ese padre está ahí para ella. Esos padres están disponibles.

En la siguiente sesión Carla se tiende en el diván y se queda en silencio. Por primera vez hace un silencio que se escucha. Mira hacia el exterior. Me dice que se ven las ventanas iluminadas de los departamentos aledaños a lo lejos. Me entero en aquella ocasión que le gusta la pintura, la música y escribe poemas que a nadie lee. Un poco más adelante, comenzará a hacerse parte de un grupo de su generación que también nacieron en el exilio, hijos e hijas del exilio. Descubre y produce así un espacio colectivo donde sus palabras tienen lugar y la de los otros, escuchándolas, ella puede interpretarlas y dialogar. Se trata acá menos de un

punto de encuentro y más de una serie de lugares que ella irá abriendo en su vida cotidiana y en el análisis, sacándola un poco de la soledad del soliloquio, al enlazarse a otros. Un trazo, un lugar, un lazo contundente y frágil a la vez. Por ahí va...

EL LAZO, LA INQUIETANTE ALTERIDAD Y LA ESCENA DEL MUNDO

El psicoanálisis de los traumatismos y del lazo social, guiado por la respuesta de cada sujeto singular a la violencia deshumanizante del Otro, reconoce no solo el fracaso de la palabra que cura, sino que introduce la posibilidad de producir, inventar, un nuevo origen retroactivamente. Enlazar e inscribir a un sujeto que ha quedado exiliado del lazo, es la condición de posibilidad del trabajo de eros y el pensamiento del sujeto y el Otro en un campo de vida y existencia. Ello acontece no de cualquier manera, así como tampoco en cualquier tiempo. Se requiere de una presencia de un orden distinto (singular, común y extranjero a la vez), en donde muchas veces arriesgamos toda neutralidad y precepto teórico, *mas prevalece el deseo del analista de ir por la historia no dicha y por la vida que resta*. Es a partir de esta clínica del lazo social ... que se podrá re-instalar la compleja grilla teórica y experiencial del psicoanálisis de lo inconsciente, cuando el sueño traumático ya no acose de igual modo, la noche del mundo fue, pero ya no es, y se logran producir significantes que remiten por la vía de la asociación a los indicios del trabajo del sueño y las metáforas del fantasma. Se trata del pasaje entre el testimonio de lo real a la narración simbólica, de la crónica de lo extremo al trabajo de la ficción y la literatura. Cada asunto en su propio tiempo y en su propia lógica.

Las prácticas de la violencia y de la impunidad afectan profundamente estos trabajos lentos de la restitución mínima de lazo. Lo afectan y muchas veces sino detienen el trabajo, lo desanudan, puesto que actualizan la presencia del mal radical en los discursos y las prácticas sociales actuales. Decir que los detenidos desaparecidos son un mito, como se dijo hace algunas semanas en el Congreso Nacional, es indicativo menos de su irrealdad, y más que hay quienes pueden hacer y decir sin medir daño, menoscabo, dolor de otros, nuevamente. Al contrario, inscripciones culturales y políticas como el Informe Nacional de Verdad y Reconciliación (CHILE, 1991) y el Informe Nacional sobre Prisión Política y Tortura (CHILE, 2011), así como una serie de obras documentales, literarias, teatrales u otras referida a los movimientos y la protesta social, reintroducen aquella ética de la verdad, a partir de lo cual, se puede insistir un día más, para inscribir una distancia simbólica que deje en el pasado la noche del mundo y su dimensión fantasmal, y de lugar a las posibilidades del presente, del pensamiento y de la lucha por la vida, tanto a nivel individual como socio-cultural.

El trabajo en la dimensión política y cultural de la gran historia es necesario y justo, tanto así como las articulaciones y cortes que el trabajo del psicoanálisis de los traumatismo y del lazo social, en el caso a caso, el uno a uno, encuentra su propia dirección en la cura y en los movimientos inéditos del sujeto, su historia, su porvenir.

REFERENCIAS

- ABRAHAM, N.; TOROK, M. *La corteza y el núcleo*. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- ADORNO, T. La educación después de Auschwitz. In: ADORNO, T. *Consignas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- CABRERA, P. (no prelo). *Inscripciones*. Fracturas del lazo social y procesos de subjetivación. Santiago: Tiempo Robado, 2024.
- CHILE. *Informe Nacional de Verdad y Reconciliación*. Santiago de Chile, 1991.
- CHILE. *Informe Nacional sobre Prisión Política y Tortura*. Santiago de Chile, 2011.
- DAVOINE, F.; GAUDILLIÈRE, J-M. *Historia y trauma*. La locura de las guerras. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

FREUD, S. Más allá del principio del placer. In: FREUD, S. *Obras completas (Vol. XVIII)*. Buenos Aires: Amorrortu, 1920.

MOULIÁN, T. *Chile Actual. Anatomía de un mito*. Santiago: LOM, 2002.

PUNTO de Encuentro. Dirección: R. Baeza. Santiago de Chile: [s.n.], 2023.

TODOROV, T. *La memoria, ¿un remedio contra el mal?* Barcelona: Arcadia, 2009.

VIÑAR, M. *Experiencias psicoanalíticas en la actualidad sociocultural. ¿Cómo nos cambia un mundo que cambia?* Buenos Aires: Noveduc, 2018.

ENTREVISTA COM FABIANA ROUSSEAU¹

INTERVIEW WITH FABIANA ROUSSEAU

ENTREVISTA CON FABIANA ROUSSEAU

Resumo: O eixo-temático desse número é: "Psicanálise, Democracia e Rememoração". Recentemente, temos observado movimentações no campo político que reacendem a disputa sobre a memória de regimes militares que, de forma alarmante, vem sendo exaltados. Lutas que nunca cessaram, passaram a sofrer deturpações com objetivos extremistas que nos convocam a refletir sobre verdade, memória e justiça, pois colocam a democracia em risco. Neste ano de 2024, no Brasil, o golpe civil-militar completa 60 anos. Diante disso, entendemos que a psicanálise tem um importante papel político de se ocupar com a rememoração, com o testemunho e a sustentação da alteridade, pois movimentos culturais produzem efeitos no psiquismo dos sujeitos. A partir disso, convidamos a psicanalista Fabiana Rousseaux para uma instigante entrevista realizada pelo Coletivo Testemunho e Ação².

Palavras-chave: Memória. Verdade. Justiça.

Abstract: The topic of this edition is "Psychoanalysis, Democracy and Remembrance". We have recently seen movements in the political field that have reignited the dispute over the memory of military regimes that have been alarmingly exalted. Fights that have never ceased have been misrepresented with extremist aims that call us to reflect on truth, memory, and justice, as they put democracy at risk. This year, 2024, Brazil celebrates the 60th anniversary of the civil-military coup. Given this, we understand that psychoanalysis has an important political role in remembrance, witnessing, and sustaining alterity, because cultural movements affect the subject's psyche. For this reason, we invited the psychoanalyst Fabiana Rousseaux for a provocative interview conducted by the Testimony and Action Collective.

Keywords: Memory. Truth. Justice.

Resumen: El tema de este número es "Psicoanálisis, democracia y memoria". Recientemente, hemos observado movimientos en el campo político que han retomado la disputa por la memoria de regímenes militares que, alarmantemente, han sido exaltados. Luchas que nunca han cesado se han desvirtuado ahora con fines extremistas que nos llaman a reflexionar sobre la verdad, la memoria y la justicia, ya que ponen en riesgo la democracia. Este año, 2024, Brasil celebra el 60º aniversario del golpe cívico-militar. Frente a esto, entendemos que el psicoanálisis tiene un importante papel político para recordar, testimoniar y sostener la alteridad, ya que los movimientos culturales tienen un efecto en la psique de los sujetos.

¹ Psicóloga/UBA, Psicoanalista, Ex Directora del Centro de Asistencia a víctimas de violaciones de Derechos Humanos "Dr. Fernando Ulloa" de la Secretaría de Derechos Humanos de la Nación. Ex Articuladora del Proyecto "Clínicas del Testimonio" de la Comisión de Amnistía, Ministerio de Justicia de Brasil. Fundó y dirigió la Asociación Civil Territorios Clínicos de la Memoria. Recientemente compiló el libro digital "Feminismos y Psicoanálisis" editado por la Revista #lacanemancipa (España) y Universidad Nacional de Avellaneda (Argentina). E-mail: fabianarousseaux@hotmail.com

² Alexandre Pandolfo, Andréia Daltoé, Bárbara de Souza Conte, Eurema Gallo de Moraes, Helena Dória Lucas de Oliveira, Iris Campo, Heliete Karam, Mariana Lange, Marilena Deschamps da Silveira, Maíra Brum Reick, Marta Haas, Maria Luiza Castilhos Cruz, Manoela Matos, Miriam Burguer, Pedro Isaias Lucas e Sérgio Fikler (*in memoriam*).

Teniendo esto en cuenta, invitamos a la psicoanalista Fabiana Rousseaux para una entrevista que invita a la reflexión, realizada por el Colectivo Testimonio y Acción.

Palabras clave: Memoria. Verdad. Justicia.

– TOMANDO EN CUENTA EL CÚMULO OBTENIDO EN LA EXPERIENCIA PARA TRATAR LAS MARCAS DE LA DICTADURA, TENIENDO EL TESTIMONIO COMO POSIBILIDAD DE RECONSTITUCIÓN DEL TEJIDO SOCIAL, QUÉ ES LO QUE EL PSICOANÁLISIS PUEDE PROPONER PARA CONTINUAR PERSIGUIENDO ESTOS OBJETIVOS?

A mí me parece que nosotros, luego de haber pasado por la inmensa experiencia de realizar un tratamiento posible de las marcas que dejó la dictadura, y de haber puesto en acto lo que el testimonio como verdad interpelante provoca en el conjunto social, debemos volver a preguntarnos varias cosas. No creo estar en condiciones de indicar cómo o por dónde se debe seguir frente a este contexto tan hostil, dado que las certezas de las cuales partíamos, desde la asunción de Milei están todas en reserva. Quiero decir que atravesamos un momento de mucha desorientación que va a implicar de nuestra parte un esfuerzo de traducción como quizás nunca habíamos antes necesitado realizar. Quizás no podamos pensarlo en términos de cúmulo, o de acumulación de un saber-hacer con esas marcas, porque tenemos que decir que todo el movimiento testimonial que se dio en la Argentina, que lleva casi dos décadas, y que no tuvo antecedentes mundiales similares (por la estructura en la que se inscribió, es decir, al interior mismo de los estamentos gubernamentales del poder judicial); han disminuido o cesado en la función que ejercieron hasta acá. A esa función la podemos definir como una “frontera”, ya que estableció una serie de límites a los discursos negacionistas y odiantes. Frontera necesaria, que al ser levantada desde el propio Estado, hoy, vulnerando todas las vallas, nos muestra que aquellas marcas pueden retornar de un modo crudo y desencajado de todo discurso. Es como si el trauma desencadenado por el horror hubiera reaparecido “suelto”, “voraz”, sin límite. La burla incluso, como modo de regodeo en la crueldad³ que hoy vemos diseminarse por doquier, habla de un retorno muy inquietante de los espantos vividos.

Sin embargo, no nos queda más remedio que continuar creyendo en las marcas ya que nunca sabemos de qué modo se van a presentificar, o cuándo vamos a “chocar” con ellas – en el sentido de aquello que tiene de inesperado la estructura de lo inconsciente – y ubicarlas en una cadena simbólica. Es nuestra ética insistir en el deseo de memoria, a través de los actos de escucha y de justicia. Por ahora estamos en la Tyché, en el encuentro con lo traumático inasimilable, con este nuevo escenario que no deja nada por velar, mientras muestra y reivindica el dolor y su negación.

En torno a los temas de las memorias, sus retornos y el olvido, en un trabajo muy importante que escribe el psicoanalista argentino Jorge Alemán acerca del olvido, plantea una diferencia central entre el olvido que retorna por la vía de la represión, permitiendo que la historia vuelva el lugar donde lo reprimido aparece; y (cito) “el otro olvido, que según Lacan, se caracteriza por estar en relación a la expulsión y el rechazo, ese es un olvido que no retorna, salvo en lo real”. Es decir, un “*olvido del olvido*”. Sin embargo – destaca este autor – “hay una superficie de inscripción que es el cuerpo para que aquello a lo que no se accede por la vía del significante, se pueda inscribir en forma de letra. Incluso letra áfona. Una letra que se escribe, pero no tiene retorno de lo reprimido” (ALEMÁN, 2019).

Esta es una vía que me parece indicada para analizar con profundidad el problema de la memoria traumática ante acontecimientos de orden social que nos obligan a pensar los retornos desde ambas perspectivas, sino nos quedamos muy tranquilos con una perspectiva

³ Al respecto sugiero la lectura del interesantísimo libro de Lidia Ferrari, *La diversión en la crueldad. Psicoanálisis de una pasión argentina*, Ed. Letra Viva, Buenos Aires.

más sociológica que indica – y casi podríamos decir que nos garantizaría – que si un pueblo recuerda y trabaja sobre la memoria, no hay olvido o no hay posibilidades de retornos espectrales y/o negacionistas. Desde el psicoanálisis sabemos que el olvido de acontecimientos traumáticos no está sólo en relación a “ejercitar la memoria” para evitarlo, aunque lo sostengamos como una vertiente de la insistencia deseante que nos atraviesa a un gran sector del pueblo, pero no podemos dejar de advertir que esa vía no es la única que opera en los procesos de memoria.

– NOSOTROS EN BRASIL ADMIRAMOS LA POLITIZACIÓN DEL PUEBLO ARGENTINO Y LA REACCIÓN RÁPIDA QUE TIENE EN RELACIÓN A LA APLICACIÓN DE PUNIBILIDAD PARA LOS CRÍMENES DE LESA HUMANIDAD, SIN EMBARGO, HAY SORPRESA EN RELACIÓN AL RESURGIMIENTO DE LA EXTREMA DERECHA CON LA ACTUAL ELECCIÓN DE UNA PRESIDENCIA GROTESCA EN EL PAÍS. DE CIERTA FORMA, NOS ESPANTA UN COMPORTAMIENTO ELECTORAL SEMEJANTE AL NUESTRO CON LA ELECCIÓN DE BOLSONARO. ¿ESTO PONE EN CUESTIÓN EL PROBLEMA DE CUÁNTO LA SOCIEDAD APRENDE CON EL PASADO?

¡Nosotros también admirábamos mucho nuestra politización! (risas) Hasta que llegó Milei y ya nos sabemos quiénes somos. Lo digo bajo esta enunciación un poco al modo del cuento de la *Ilíada* en su versión infantil, donde la escritora argentina Graciela Montes describe la memoria como el acto donde sólo se puede mantener la humanidad si hay alguien que pueda nombrarnos, y que cuando a un pueblo ya no hay quien lo nombre, todos se pueden convertir en bestias. El hechizo solo se rompe si hay alguien que los pueda nombrar. ¿Cómo somos nombrados hoy? ¿En qué significantes, en qué discurso, en qué lógica nos podemos sentir representados si lo que se nombra desde el Estado – que anteriormente logró inscribir el duelo por la desaparición como un problema ético de Estado, otorgándole un sentido y una trama – es aquello que hoy representa a todas las formas de humillación hacia la sociedad? Y esa sociedad humillada, aplaude su maldición. Siempre recuerdo que cuando asumí Bolsonaro, en uno de sus primeros discursos en donde ensalzaba a Ustra, profirió una frase que me heló la sangre, ya que dijo burlonamente que lo reivindicaba porque “era el terror de Dilma”, frase que, como pocas, encierra el núcleo duro del goce sádico pronunciado desde el máximo representante oficial. Existe una extrañeza infamiliar, nos invade lo siniestro y nos interpela como pueblo. Esa frase la pronunció muy poco tiempo después de que una presidenta mujer había dado a conocer las torturas por las que había pasado.

– ¿TIENES INFORMACIONES DE CÓMO LA HISTORIA DE LA DICTADURA ARGENTINA ESTÁ INCORPORADA A LOS CURRÍCULOS ESCOLARES DE EDUCACIÓN BÁSICA Y DE LOS CURSOS UNIVERSITARIOS DE LICENCIATURAS, SI ES QUE ESA PARTE DE LA HISTORIA DEL PAÍS ESTÁ EN LOS CURRÍCULOS?

En los últimos 20 años, más precisamente desde que llegó a la presidencia Néstor Kirchner en 2003, comenzó un trabajo muy articulado al interior de todas las estructuras estatales que intentaron transversalizar una perspectiva ética en torno a lo ocurrido en nuestro país durante la última dictadura cívico-militar. Un tramo traumático de nuestra historia reciente que estaba completamente omitida por el Estado como política nacional en los currículos educativos de todos los niveles de enseñanza. Fueron muchísimos los programas que fueron surgiendo desde el nivel inicial (jardín de infantes) hasta el ámbito universitario. Desde las charlas que las Abuelas de Plaza de Mayo y los nietos y nietas restituidos/as comenzaron a dar en los niveles iniciales, en función de la edad de cada sector, hasta programas que trabajan con adolescentes y jóvenes tanto en la investigación como reconstrucción de los hechos ocurridos, hasta la visita a sitios de memoria y la participación en los juicios para presenciar con grupos acompañados por sus docentes algunas audiencias públicas. También existió dentro de la formación de las propias fuerzas de seguridad y fuerzas armadas, distintos programas de capacitación en temas relacionados con el respeto irrestricto a los derechos humanos. No nos olvidemos que el comienzo de esta nueva etapa ética en la Argentina vino de la mano del

aquel acto histórico del 24 de marzo de 2004 donde el presidente de la Nación por primera vez en la historia, en un acto sin precedentes, hacía bajar los cuadros de los responsables de crímenes de Estado, en el Colegio Militar. Y lo hizo bajo una enunciación que pasó a la historia, es decir tomando el propio discurso militar el presidente – comandante jefe de las Fuerzas Armadas en calidad de tal –, dijo: “¡Proceda!” para indicar al jefe del ejército que bajara él mismo los cuadros de los máximos responsables de esos crímenes. “¡Proceda!” fue la palabra que condesó todo el sentido del cambio de época, y a partir de allí se modificaba de cuajo también quiénes pasarían a ser las víctimas para el Estado, y quiénes los responsables de crímenes de lesa humanidad. A quiénes se iba a reivindicar en su calidad de ciudadanos que habían padecido la crueldad extrema y sistemática. Este acto tuvo el valor de acta de inscripción que luego fue propagándose a otras instancias que parecen increíbles hoy mirando a la distancia, ya que por ejemplo en la Universidad donde se forman los policías comenzaron a dictarse muchas materias que se incorporaban por primera vez en el currículo, referidas a los derechos humanos. Así también se formó una fuerza especial dentro de la gendarmería de algunas provincias del interior de la Argentina donde su jefe había sido enviado a capacitarse a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos y participado de ámbitos de debate dentro de la propia Corte IDH. Además, quienes formaban parte de su fuerza especial eran policías y gendarmes que habían debido ingresar al equipo que acompañaba a testigos-víctimas en los juicios de lesa humanidad (esto ocurrió en las provincias de Córdoba y Santa Fe) luego de que sus currículums vitae fueran aprobados por una mesa de trabajo compuesta por representantes de diversos organismos de derechos humanos para garantizar de ese modo que no hubieran tenido antecedentes vinculados con la represión, dado que se trataba de quienes iban a tener un vínculo directo con sobrevivientes y garantizar su seguridad en los juicios.

También el programa “Jóvenes y memoria” de la Comisión Provincial de la Memoria (COMISIÓN POR LA MEMORIA, [s.a.]), implementó un trabajo impresionante que se llevó a cabo durante más de 20 años con jóvenes de todo el país, en particular de escuelas públicas que comenzaban a trabajar temas de memoria durante todo el año y terminaban participando de un encuentro anual, en mesas de debate, en el mismo sitio que la Fundación Eva Perón había terminado de construir como colonia de vacaciones para los niños y jóvenes más humildes en una localidad cercana al mar, durante 1951.

Una gran cantidad de tesis de maestría y doctorado comenzaron a estar impulsadas y acompañadas por docentes de todas las carreras universitarias inclusive las universidades de arte, que también llevan a sus alumnos a los juicios para pintar escenas que suceden allí. Eso ocurre hasta la actualidad. Se firmó un convenio entre la universidad el arte y la agrupación HIJOS, dando lugar a proyectos muy importantes como “Dibujos urgentes” que por ejemplo dejó registrada la última imagen del máximo responsable de la dictadura argentina, Jorge Rafael Videla, en la audiencia donde declaró el día antes de morir.

El programa La escuela va a los juicios (ESPACIO MEMORIA Y DERECHOS HUMANOS, [s.a.]), creado en 2014; las visitas de las escuelas públicas y privadas a los distintos CCD en todo el país que permitió tomar un mayor contacto con los hechos y donde se debatieron muy profundamente los contenidos que podían ser mostrados a los visitantes de las escuelas según la edad, donde el trabajo con pedagogos que fue guiando estos contenidos.

Y ya en los últimos años, se decretó feriado nacional el 24 de marzo, además de ser una fecha que se conmemora a lo largo de todo el mes en los distintos niveles educativos, donde se realizan jornadas de trabajo dedicadas a esta temática.

En fin, como verán se construyó un trabajo impactante en torno a esta decisión estatal que a modo de catarata comenzó a irrumpir en todos los intersticios sociales e institucionales.

Por este motivo, volviendo a las preguntas del comienzo, tenemos que complejizar mucho esta cuestión de la memoria porque desde el psicoanálisis podemos decir que la repetición cobra su fuerza de lo traumático y nada garantiza que los mecanismos del recuerdo

vayan en la vía de la no repetición. El esfuerzo y deseo de memoria desencadenado en la Argentina ha sido muy importante y marcó por más de 2 décadas la constitución de un nuevo sujeto político que parecía estar anudado al significativo Derechos Humanos como marca indeleble y definitiva, incluso como instancia de inscripción de aquel terror que había quedado omitido y sin embargo, hoy estamos viviendo con espanto y desorientación, el retorno de las peores pesadillas que ya no solo niegan los hechos – otra vez – sino que los reivindicán; y encuentran en lo social un cierto aval a este horror destructivo que pensábamos había quedado neutralizado. En pocos meses de gobierno, ya se han pasado varias vallas, se ha profanado la memoria, se ha insultado a un ícono de los Derechos Humanos a nivel mundial como es la presidenta de Abuelas de Plaza de Mayo, Estela de Carlotto. La actual vicepresidenta del país, Victoria Villarruel, ha dedicado un posteo infame, provocador y denigrante el 24 de Marzo pasado, a quien fuera otra de las máximas referentas a nivel mundial de la lucha por los derechos humanos, la recientemente fallecida madre de Plaza de Mayo Hebe de Bonafini. Y quien ocupa el cargo de presidente, en su discurso de apertura de las sesiones del congreso se atrevió a decir que los muertos en pandemia tendrían que haber sido 30 mil, pero “30 mil en serio” en alusión a la famosa cifra que se vuelve a poner en cuestión una vez más, cuando ya al comienzo de la dictadura, el propio Ejército daba por confirmadas más de 20 mil personas entre asesinadas y desaparecidas entre 1975 y 1978. El retorno menos pensado nos interpela.

REFERENCIAS

ALEMÁN, J. “La cuestión del olvido”. In: Rousseaux, F. (Comp.). *Legado y memorias*. Debates sobre el futuro anterior. Buenos Aires: Tren en Movimiento Ediciones, 2019.

COMISIÓN POR LA MEMORIA. Jóvenes y memoria. El programa. [s.a.]. Disponible em: <https://www.comisionporlamemoria.org/jovenesymemoria/el-programa/>. Acceso em: 13 jul. 2024.

ESPACIO MEMORIA Y DERECHOS HUMANOS. La escuela va a los Juicios. [s.a.]. Disponible em: <https://www.espaciomemoria.ar/la-escuela-va-a-los-juicios/>. Acceso em: 13 jul. 2024.

PSICANÁLISE, DEMOCRACIA E OUTROS TEMAS URGENTES

PSYCHOANALYSIS, DEMOCRACY AND OTHER URGENT TOPICS

PSICOANÁLISIS, DEMOCRACIA Y OTROS TEMAS URGENTES

Lísia da Luz Refosco¹

LIVRO: PSICANÁLISE E DEMOCRACIA

ORGANIZADORES: ANDRÉA B. CALDEIRA MONGELÓ, PEDRO A. POUZADA MANDELLI

PORTO ALEGRE: MELHORPUBLI PUBLICAÇÕES, 2023, 172 P.

Resumo: *Psicanálise e democracia* trata-se de um livro que possibilita ao leitor refletir sobre os aspectos vertiginosos que estão atualmente no centro do debate público sobre a democracia. Organizado por Andréa Mongeló e Pedro Mandelli, ambos psicanalistas, a obra discorre acerca dos efeitos de elementos históricos presentes no corpo social do país, sobre fenômenos sociais que vêm transformando as formas de discursividade e construção subjetiva e, ainda, produz interrogantes ao pensamento clínico e às práticas psicanalíticas.

Palavras-chave: Psicanálise. Democracia. Política. Formação psicanalítica.

Abstract: Psicanálise e democracia is a book that allows the reader to reflect on the dizzying aspects that are currently at the center of the public debate on democracy. Organized by Andréa Mongeló and Pedro Mandelli, both psychoanalysts, the work discusses the effects of historical elements present in Brazil's social body, social phenomena that have been transforming the forms of discursivity and subjective construction, and also raises questions on clinical thinking and psychoanalytic practices.

Keywords: Psychoanalysis. Democracy. Politics. Psychoanalytic training.

Resumen: Psicanálise e democracia es un libro que permite al lector reflexionar sobre los aspectos vertiginosos que actualmente se encuentran en el centro del debate público sobre la democracia. Organizado por Andréa Mongeló y Pedro Mandelli, ambos psicoanalistas, el trabajo discute los efectos de elementos históricos presentes en el cuerpo social de Brasil, fenómenos sociales que vienen transformando las formas de discursividad y construcción subjetiva, y aún plantea interrogantes para la práctica clínica y psicoanalítica.

Palabras clave: Psicoanálisis. Democracia. Política. Formación psicoanalítica.

¹Psicóloga. Psicanalista. Mestre em Psicologia Clínica (PUCRS). Membro efetivo da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Diretora Administrativa/financeira do Instituto Sig – Psicanálise & Política. Porto Alegre/RS. ORCID: 0009-0007-9506-1584. E-mail: lisiarefosco@gmail.com

Psicanálise e democracia é um livro preciso. Ao longo de suas páginas, podemos observar com exatidão e nitidez os aspectos vertiginosos que estão atualmente no centro do debate público sobre a democracia. A obra, por conseguinte, tem a relevância de trazer para a discussão temas absolutamente cruciais para pensar o sujeito e o laço social.

A concepção do livro é derivada, inicialmente, da relação de amizade entre os seus organizadores – Andréa Mongeló e Pedro Mandelli –, que para tentar atravessar a pandemia, constituem um espaço (virtual) de discussão e trocas intitulado “conversas sobre o humano”. Em tempos nos quais a humanidade foi terrivelmente atacada (COVID-19 e Governo de Jair Bolsonaro), os autores apostaram naquilo que Freud (2010) apontou em 1932 como possibilidade de enfrentamento da destruição: os laços emocionais de Eros e de identificação.

A obra é composta de dez capítulos, nos quais distintos autores não somente abordam o período nefasto dos anos 2018-2022, mas também discorrem acerca da presença e os efeitos de elementos históricos incrustados no corpo social do país há séculos; sobre fenômenos sociais vigentes que vêm ao longo dos anos transformando as formas de discursividade e construção subjetiva; e as necessárias interpelações e interrogantes ao pensamento clínico e às práticas psicanalíticas. Assim, além de se apresentar como “testemunho do tempo presente”, *Democracia e psicanálise* consegue alinhar passado e presente no colar do desejo para pensar por um futuro menos violento e mais equânime.

Abordar o tema da democracia é falar necessariamente de política, “campo de sua constituição e avanço” (MONGELÓ; MANDELLI, 2023, p. 13), como afirma Mauro Mendes Dias no ensaio de abertura “Os três tempos da democracia, mais um, desde a psicanálise”. E pensar sobre psicanálise é discutir a respeito de política. Não é necessário aqui esmiuçarmos a origem grega da palavra e os seus significados, para afirmarmos as suas relações. Ao rapidamente lembrarmos, por exemplo, do início da psicanálise, nos deparamos com um alicerce inaugural de sua fundação – a liberdade da palavra. Emy Von N., uma mulher, diz a Freud para escutá-la, para deixá-la associar livremente em busca daquilo que a faz sofrer. Neste primeiro capítulo, Mendes assinala de maneira enfática que tratar sobre democracia, hoje, implica desenvolver um raciocínio que contemple os motivos pelos quais ela passou a se apresentar, em praça pública e à luz do dia, de maneira completamente anômala. Ainda sustenta que, para tentar compreender seu estatuto hoje, faz-se imperioso refletir sobre religião, economia e mídia, forças que participam dela estruturalmente.

Em “Psicanálise e democracia: um enlace?”, Deborah Gehres desenvolve um percurso teórico e histórico para estabelecer ligações entre o campo psicanalítico e o conceito de democracia. Para tal, faz articulações com as ciências sociais e políticas e discute aspectos concernentes à epistemologia e etimologia das palavras. O texto é atravessado pelos escritos de Freud que mais diretamente abordam a cultura e seus impasses, como o próprio *O mal-estar na cultura*. Um texto que faz um sobrevoo sobre os temas que irão ser trabalhados ao longo do livro.

No que concerne ao aspecto religioso, o capítulo “Democracia, voz do povo, voz de Deus? A psicanálise diante da guerra religiosa no Brasil”, de Gabriel Binkowski, aborda a temática considerando a centralidade que o discurso religioso, principalmente de vertente neopentecostal, vem assumindo nos últimos anos no Brasil. Não se trata, é claro, de travar uma guerra contra os evangélicos, mas segundo o autor, de questionarmos, enquanto psicanalistas, o lugar que a religião ocupa na economia psíquica, bem como o seu papel na construção de uma ideia de democracia como promotora de uma unidade para um povo. Ou seja, um “fantasma chamado democracia” que oculta violências – reais, imaginárias e simbólicas – e que retorna sob forma de sintoma. Binkowski, que vem pesquisando sobre tais questões nos últimos anos, trata nesse ensaio de uma série de indagações que as instituições de psicanálise, em sua maioria, parecem marginalizar ou mesmo ignorar. Se consideramos que a produção da subjetividade se dá no laço social e a partir dos discursos que se fazem

presentes num determinado tempo, “não podemos mais denegar tal questão para a própria transformação da psicanálise” (MONGELÓ; MANDELLI, 2023, p. 116).

Em “Vivemos o mito da democracia racial nas instituições de psicanálise?”, Andréa Mongeló também interpela os psicanalistas sobre o silenciamento e a denegação, nesse caso, do racismo. A autora traz alguns elementos a fim de pensar historicamente o racismo no país, bem como conceitos importantes para, a partir disso, debater a reprodução de práticas racistas no seio das instituições psicanalíticas de formação. Tomando como base a ideia de uma sociedade estruturalmente racista, ou seja, de que comportamentos individuais e toda forma de organização têm origem em uma sociedade em que há racismo em sua estrutura, Mongeló lança mais uma camada em sua argumentação ao colocar em cena a falaciosa ideia de *democracia racial* no Brasil. Tal mito, incontestavelmente, repercute nas práticas das instituições de psicanálise, pois estas, obviamente, não estão à parte de uma discursividade impregnada no tecido social que coloca a branquitude no lugar do universal. Com a ajuda de Cida Bento, trabalha o conceito de pacto narcísico branco e das manutenções e perpetuações de seus privilégios, por exemplo, nas sociedades de psicanálise, que são, em sua amplíssima maioria, compostas por pessoas brancas. Importante ensaio para refletir sobre a necessária implementação de ações afirmativas nas instituições, tais como o letramento racial, a inserção de autores negros nas referências bibliográficas dos seminários e cotas para o acesso à formação, que sabemos, é bastante dispendiosa financeiramente. E tudo isso, é certo, se trata de falar de democracia.

Seguindo nessa toada, “O tempo lógico das ações afirmativas na formação psicanalítica”, capítulo produzido por Alexei Conte Indursky e Carolina Mousquer Lima, aborda, como sugere o título, as questões do tempo e da urgência no estabelecimento das ações afirmativas nas instituições de psicanálise. Propõem que a depender da forma como tais registros são compreendidos, pode-se revelar precisamente a dimensão resistencial presente nas instituições. Para os autores, a urgência é tomada, muitas vezes, como sinônimo de pressa em responder a demandas sociais de transformação, ou seja, estaria em contraposição ao tempo da elaboração psíquica. Entretanto, tal entendimento mostraria a predominância de uma lógica de separação entre o político e o clínico, como se “a urgência social necessitasse de uma espécie de depuração clínica, para que, somente então, pudesse se alçar ao estatuto de um ato” (MONGELÓ; MANDELLI, 2023, p. 147). Na contramão dessa leitura, os autores trabalham o texto “tempo lógico” de Lacan, produzido em um contexto pós-guerra, em que a Europa precisava se responsabilizar pela morte de 6 milhões de judeus. Nesse sentido, retomam a ideia de que a urgência, na teoria lacaniana, é parte constitutiva do ato, o motor que o torna possível – tanto na clínica quanto na esfera política. Dessa forma, sustentam que a “urgência seja escutada não como pressa mas como interpretação de um sintoma coletivo da branquitude, que aparece sob forma de um atraso na ação” (MONGELÓ; MANDELLI, 2023, p. 155). Embora o titubeio faça também parte, é necessário indagar-se sobre o que estaria em jogo nesse tempo de hesitação, que para os autores, seria exatamente o pacto narcísico da branquitude. Por fim, tocam em um ponto fundamental dessa discussão, a necessidade de o branco reconhecer os privilégios e responsabilizar-se diante disso, pois tal ato de abertura, como afirmam, não visa a criar uma “facilitação” de acesso aos negros à formação, mas propõe que possa situar-se em relação à sua própria branquitude.

Já em “Descurso”, Tiasmin Ohnmacht trabalha de maneira muito interessante a forma como a nossa língua, o português, revela no seu uso cotidiano o que ao mesmo tempo busca encobrir: o racismo absolutamente entranhado na sociedade brasileira. A autora, assim como nos outros capítulos sobre o tema, destaca também o impacto do mito da democracia racial em nosso país, mas concentra seu ensaio nas marcas de uma discursividade violenta que busca determinar a invisibilidade e a eliminação de corpos não brancos. É aí que aparece Lélia Gonzales em seu texto, e a perspectiva de engendrar outros cursos, caminhos que fazem resistência e buscam construir formas de reexistência. O “pretuguês” entra então como

um significante, que abre para pensar, por exemplo, o lugar da mulher negra no discurso e a condição de possibilidade de uma outra forma de fazer laço. Nesse sentido, afirma Ohnmacht que o “pretuguês” pode produzir brechas, pois “ser capaz de escutar e reconhecer a reexistência da mulher negra é reconhecê-la como sujeito de sua própria história e da enunciação, sem negar a realidade da violência racial, de gênero e classe que encontra o seu corpo e a procura silenciar” (MONGELÓ; MANDELLI, 2023, p. 46).

O livro também contempla alguns escritos que falam mais diretamente do período de Jair Bolsonaro na presidência e o desvario institucional que foi instaurado, contemplando a pandemia e seus efeitos na subjetividade. Esse é o mote de “Agora é assim” de Simone Engbrecht, no qual é abordado o uso corriqueiro dessa expressão no período pandêmico, que segundo a autora, passou a ser empregado com o intuito de explicar “novos padrões de comportamento, submetidos ao esquema neoliberal de dessubjetivação” (MONGELÓ; MANDELLI, 2023, p. 75). Ao citar exemplos como “agora o mundo é violento”, “agora a comunicação é pela tela”, “agora o mundo é desigual”, Engbrecht aponta a presença da renegação, mecanismo que acaba por eclipsar uma história social repleta de crimes, injustiças e hostilidade. Por meio principalmente de textos freudianos, a autora se contrapõe a esse movimento ao apostar na psicanálise e na possibilidade de escutar a complexidade de um fenômeno, com interrogantes e sem imperativos.

Nesse sentido de interrogar a cultura, o texto “Sobre o esvaziamento do desejo na melancolia”, de Maria Izabel Freitas, busca ensejar uma crítica social através da metapsicologia freudiana. Para tal, percorre o texto *Luto e melancolia* de Freud, tomando-o como forma de compreender o sofrimento atual do país. Para a autora, a melancolia pode ser pensada “como o efeito da negação do lugar de responsabilização de um governante frente à necessidade da inscrição de leis civilizatórias” (MONGELÓ; MANDELLI, 2023, p. 91). Tendo como pano de fundo a gestão (da necropolítica) da pandemia pelo governo de Bolsonaro, Freitas fala sobre o “desamparo dos filhos deste solo” e na melancolia como resposta à violência, prestando queixa do maltrato de descuido.

Seguindo ainda nessa direção, Pedro Mandelli, em “Rompimento do silenciamento para a reconstrução da história”, apresenta uma leitura de determinados acontecimentos da vida nacional e os impactos destes na subjetivação. O autor cita o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura que a partir disso instaurou-se no Brasil por 21 anos; a votação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 – na qual o então deputado Bolsonaro presta homenagem a um notório torturador, o coronel Ustra; e a posse de Jair Messias na presidência do país em 2019. Com isso, a ideia central é mostrar as atualizações no presente de momentos históricos no país que ficaram silenciados ou supostamente conciliados, como no caso da Lei da Anistia em 1979.

Fechando o livro, mas provocando aberturas, está o ensaio de Bárbara Conte, “Nem sempre uma ponte é uma travessia”. O texto apresenta uma reflexão que se dá em dois tempos: um tempo de escuridão – que se inicia com a assunção de Michel Temer ao poder e a proposta cínica de fazer uma “ponte para o futuro”, e se agudiza com a eleição de Bolsonaro – e um tempo de esperar, que surge com o resultado das eleições de 2022, se colocando como um tempo de travessia. A autora cita alguns exemplos do exercício da destrutividade do primeiro tempo, como o desmonte do SUS, a negação da eficácia da vacina contra a COVID-19 e a negação da dor da perda do outro, e o império da necropolítica e do desmentido da realidade. Dessa forma, com o apoio de Freud, Adorno, Brecht, entre outros, Conte alerta para os efeitos deletérios da repetição quando predominam os “distúrbios da memória” no laço social.

Por tudo isso, *Psicanálise e democracia* se configura como uma obra importante para que a psicanálise e os psicanalistas possam tomar posição frente aos acontecimentos de ontem e hoje que tensionam a democracia. A obra vai na esteira de outros lançamentos recentes

que buscam fazer esse diálogo, mostrando o quanto a história da psicanálise coloca a clínica como indissociável da questão política e social (GABARRON-GARCIA, 2023). O livro, portanto, é a soma de esforços de psicanalistas que, sob o empuxo do desejo, e diante de um modelo de gestão político-econômica gerador de desigualdade, intolerância ao diferente e adoecimento psíquico, se contrapõem ao peso da violência e da indiferença.

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. Por que a guerra? In: FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização, conferências introdutórias à psicanálise e outros textos*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 417-435.

GABARRON-GARCIA, Florent. *Uma história da psicanálise popular*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SOBRE O INTERMINÁVEL: DA EXPERIÊNCIA ANALÍTICA AO TRAUMA HISTÓRICO

ABOUT THE ENDLESS: FROM ANALYTICAL EXPERIENCE TO HISTORICAL TRAUMA

SOBRE LO INFINITO: DE LA EXPERIENCIA ANALÍTICA AL TRAUMA HISTÓRICO

Fernanda Faerman¹

LIVRO: PSICANÁLISE E JUDAÍSMO: DO LIVRO À ESCUTA

ORGANIZADORES: GABRIEL TEITELBAUM, FELIPE CANTERJI GERCHMAN, AMADEU DE OLIVEIRA WEINMANN

PORTO ALEGRE: ARTES & ECOS, 2022. 189 P.

Resumo: Psicanálise e judaísmo: do livro à escuta é uma leitura valiosa onde sete autores promovem intersecções entre esses dois potentes campos que são a psicanálise e o judaísmo, dentro da história do humano. Composta por um material farto em criatividade, filosofia, sensibilidade e humanidade, a obra suscita reflexões e contribui certamente para uma continuada discussão a respeito dos temas propostos.

Palavras-chave: Psicanálise. Judaísmo. Escuta. Trauma.

Abstract: Psicanálise e judaísmo: do livro à escuta is a valuable read where seven authors promote intersections between these two powerful fields Psychoanalysis and Judaism, within human history. Composed of rich material in creativity, philosophy, sensitivity, and humanity, this work raises reflections and certainly contributes to a continued discussion regarding the proposed themes.

Keywords: Psychoanalysis. Judaism. Listening. Trauma.

Resumen: Psicanálise e judaísmo: do livro à escuta es una valiosa lectura donde siete autores promueven las intersecciones entre estos dos poderosos campos que son el psicoanálisis y el judaísmo, dentro de la historia humana. Compuesto por material rico en creatividad, filosofía, sensibilidad y humanidad, la obra suscita reflexiones y ciertamente contribuye a una discusión continua sobre los temas propuestos.

Palabras clave: Psicoanálisis. Judaísmo. Escucha. Trauma.

¹ Psicanalista pelo CEP de Porto Alegre, continuamente em formação. ORCID: 0009-0007-3232-5220. E-mail: ferfaerman@gmail.com

“Toda a boa literatura nos transforma em homens e mulheres de outras culturas, de outros países, de diferentes religiões, diferentes tempos e nos faz sentir em casa em lugares muito distantes. É esse o milagre e a magia da literatura.”

Amós Oz

Um texto é um pretexto. Uma resenha também pode ser? Nesse caso, meu pretexto para dizer: leiam este livro. Mas um imperativo não deve vir desacompanhado de boas e justas razões.

Não vou discorrer sobre o quanto me impacta, desde o título, no encontro com minha judeidade. Seria egoísta com textos tão democráticos.

Eu acreditei ser um livro para judeus. Não é um livro somente para judeus. Talvez tenha deduzido ser um livro para psicanalistas. Conclusão frustrada (essas coisas que a gente faz a partir do imaginário, antes do contato com alguma realidade). Mas, então, este é um livro para quem?

Como penso que a escuta analítica seria um atributo humano, e não unicamente reservado a qualquer outra classe específica, talvez eu possa dizer que é um livro para todo o ser humano.

As sessões de análise, nas quais sentimos as transformações através da experiência emocional, a ponto de nem sempre localizarmos, na memória consciente, o que foi dito ou vivido exatamente, ou ainda, qual elemento em si pode ter produzido aquele efeito transformador, penso serem as sessões que merecem o nome de analíticas.

Então, tudo isso para tentar começar a dizer que o livro *Psicanálise e judaísmo: do livro à escuta* é um livro analítico.

Será que, desde essa definição, precisaria dizer mais? Segue a tentativa de compartilhar algumas palavras, pensamentos, sentimentos (transformações?) que me atravessam no encontro com a leitura, que como produto, já penso se poderia ser também subtítulo “da escuta ao livro”.

Fazer uma resenha, após o contato com uma coletânea que carrega um caráter de continuidade, como já aponta a psicanalista Betty Fuks no prefácio, talvez só seja possível se não tentarmos escapar do improvável de uma narrativa puramente objetiva, onde as palavras não são as únicas (e principais?) habitantes. Por aí, o livro já inicia, aliás, com as imagens de capa e miolo, onde encontramos a pintura *Simchat Torá* de Paulina Laks Eizirik e *Moisés com as Tábuas da Lei* e *A Menorah*, ambas de Clara Pechansky. Um escrito que não contém apenas palavras.

Nisso, já encontramos notícias de textos que remetem a várias outras expressões humanas, produzindo associações que se dirigem à criatividade, sonhos, literatura, arte e vivências, dor e trauma. Há algo mais analítico que isso?

O desafio de compor uma resenha só aumenta. Cada escrito, de cada autor, poderia ser um livro à parte. Ou seja, a contar disso, já me vejo privada da capacidade de construir o que escrevo aqui, dentro de uma fiel descrição, do que se trata a riqueza dos textos.

Mas isso em si já aponta para o primeiro trabalho, “O resto do representável”, de Gabriel Teitelbaum, Alexei Conte Indursky e Amadeu de Oliveira Weinmann, onde se coloca a questão de como transmitir a experiência inenarrável. Seria possível pensar e transmitir o que não se inscreve?

Caminhando pela poesia, pela filosofia, pelo cinema, pelos mitos, os autores propõem o pensar das experiências traumáticas e suas possibilidades de representação. O *outsider*, o infa-

miliar, as dimensões ética, estética e política dentro do sofrimento, durante e após Auschwitz, e a intersecção da trajetória analítica como esse caminho de transformar a repetição em recordação, atendo-se à simbolização da morte e nossos necessários enterros.

Na sequência dos textos, Ricardo Timm de Souza nos oferece, já no título “Só há uma expressão para a verdade: o pensamento que nega a injustiça – filosofia, judaísmo e uma questão para a psicanálise”, um ponto que vai acompanhar todo o texto do autor, desde a ideia da filosofia como resistência, trazendo reflexões de o que fazemos com a verdade, na ética da alteridade, responsabilidade não apenas por si mesmo, mas por outrem, do pensamento ético nunca neutro, apostando no encontro, entrelaçando a psicanálise neste viés da procura à espera do outro, esperançosa por justiça. E dessas sincronias curiosas, quando estava a reler o texto de Ricardo (24/3/2024), chega até mim a notícia da prisão dos mandantes do assassinato da socióloga e política brasileira Marielle Franco, após mais de dois mil dias de silêncios e descaso, contribuindo para um cenário de ausência de justiça.

Em “Viagem do Bom Fim até a Moldávia”, Eduardo Kives “deixa o judaísmo falar” e nos faz passear, junto com ele e com seu avô, na profundidade rara de narrativas livres como um conto, por regiões e experiências como descendente que é. Humor, leveza e muito cuidado se veem nesse texto, sem se furtar de falar nos mortos e nas tumbas.

Num texto que igualmente não poderia ser mais atual, Renata Cromberg expõe a política latente entre o judaísmo de Freud e o arianismo de Jung e seu antissemitismo oculto, na relação com Sabina Spielrein.

“Spielrein, Freud e Jung: entre judaísmo e antissemitismo” aborda com excelência como Freud sempre buscou desobrigar a psicanálise de uma identidade judaica, buscando uma não redução do seu aporte, ainda que demonstrando algumas ambivalências próprias do momento nascente em que se situava a psicanálise, bem como do seu próprio judaísmo.

Sem aprofundar detalhes ricos do texto, para que o leitor possa se surpreender, penso que cabe destacar a relevância do tema quando sabemos claras algumas tensões históricas entre ciência e religião.

“Paulina Laks Eizirik: arte, judaísmo e psicanálise”, texto de Cláudio Laks Eizirik, não traz somente a visão de filho, mas também de psicanalista, lançando olhar a partir de duas principais questões: que tipo de pessoa e de judia era a sua mãe e que presença tinha o judaísmo na sua pintura. Interrogações estas impossíveis de abarcar em poucas linhas, correndo o risco de reduzir a trajetória rica desta grande mulher. O autor coloca o judaísmo de Paulina como próprio, mais secular do que religioso, trazendo fatos e vivências que acompanham esta mãe e artista, em associações com suas pinturas e inúmeros elementos que unem judaísmo, história, psicanálise, em seus ciclos destrutivos e construtivos, na permanente esperança da condição humana de resistir.

Celso Gutfreind, em “Judaísmo no divã”, nos põe a pensar e sentir as conexões entre psicanálise e judaísmo, em seu modo mais criativo no terreno da narrativa, da letra, da palavra, do mito. Mostrando aproximações entre a cultura judaica em sua busca por relatos de elaboração e a psicanálise em seu âmago do encontro para elaborar e simbolizar, vamos nos deparando com um texto reflexivo, onde o humor e a esperança se encontram mostrando como, de fato, são pilares para a própria existência humana.

Relacionando termos que constroem e fazem sentido ao que chamamos de psicanálise com referências e essências de palavras hebraicas, “Breve ensaio sobre judaísmo e psicanálise” vai surpreendendo e revelando toda uma comunicação possível entre termos que nos conduzem a esta percepção de continuidade, movimento permanente e não saturação tanto do psiquismo como de toda criação que se diz humana. Felipe Gerchman mostra cuidado e responsabilidade neste texto ao trazer palavras e sentido que ligam psicanálise e judaísmo

sem menosprezar diferenças existentes, o que aguça a curiosidade em compreender mais sobre a importância da linguística para ambas as áreas.

Ao final do livro, encontramos o texto de Otto Rank “A essência do judaísmo”, escrito em 1905, onde deixo ao leitor a tarefa de se envolver nesse escrito, tendo em vista não ter sido preparado diretamente para esta coletânea. No entanto, pode caber um apontamento quanto à seleção deste texto, que penso de fôlego e coragem dos organizadores, como analistas que não zarpam diante das ciclônicas transferências negativas, como se entendessem que as marés altas nos mostram serem os pontos mais próximos ao sol e à lua.



Sigmund Freud Associação Psicanalítica
Rua Rua Doutor Timóteo, 752
Moinhos de Vento · Porto Alegre, RS · Brasil
CEP 90570-140 · (51) 3062.7400
www.sig.org.br · sig@sig.org.br
revista@sig.org.br

